



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

Conselho Superior

RESOLUÇÃO Nº 91/2013

**CRIA OS ÓRGÃOS DE ATUAÇÃO DA DEFENSORIA
PÚBLICA GERAL DO ESTADO E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

O CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 105-A, da Lei Complementar nº 80/94, e nos termos do artigo 6ºB, XXIII da Lei Complementar nº 06/97.

CONSIDERANDO a ampliação das funções institucionais da Defensoria Pública, nos termos da Lei Complementar 80/94, alterada pela Lei Complementar 132/2009 e as alterações trazidas pela Lei Complementar Estadual nº 118/2012.

CONSIDERANDO que a Defensoria tem como dever atuar na orientação jurídica, na promoção dos direitos humanos e na defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita;

CONSIDERANDO a função institucional prioritária de promover a solução extrajudicial dos litígios, nos termos do art. 4º, II da Lei Complementar 80/94;

CONSIDERANDO que a organização dos órgãos de atuação da Defensoria Pública deve se basear em um quantitativo compatível a atender todas as suas funções institucionais;

CONSIDERANDO que ainda não foram criados por Lei e preenchidos em número suficiente os cargos necessários para que a Defensoria do Estado do Ceará exerça suas funções institucionais de maneira plena;

RESOLVE:



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

Conselho Superior

**CAPÍTULO I
DOS ÓRGÃOS DE ATUAÇÃO**

Art. 1º Ficam criados os órgãos de atuação da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará, os quais encontram-se nos anexos I e II desta resolução.

**CAPÍTULO II
DO PREENCHIMENTO DOS ÓRGÃOS DE ATUAÇÃO**

~~**Art. 2º** Cada Defensor Público da carreira é titular de um órgão de atuação descrito no Anexo I.~~

Art. 2º Cada Defensor Público da carreira é titular de um órgão de atuação descrito no Anexo II. (Redação dada pela Resolução nº 142/2017)

~~**Art. 3º** Cada Defensor Público será lotado, preferencialmente, seja por titularidade ou designação, em apenas um órgão de atuação.~~

~~**Art. 3º** Cada Defensor Público será lotado ou designado em apenas um órgão de atuação, podendo ser este um dos previstos no Anexo II ou no Anexo III desta resolução, ressalvadas as hipóteses do §1º do presente artigo e do art. 13-C, §4º desta Resolução. (Redação dada pela Resolução nº 142, de 10 de fevereiro de 2017)~~

Art. 3º Cada Defensor Público será lotado ou designado em apenas um órgão de atuação, podendo ser este um dos previstos no Anexo II ou no Anexo III desta Resolução, ressalvadas as hipóteses do §1º do presente artigo, do art. 13-C, §4º e do art. 13-F, §4º e §5º desta Resolução. (Redação dada pela Resolução nº 189/2021).

§1º Nos núcleos defensoriais, da entrância intermediária, que contenham 03 (três) órgãos de atuação e apenas 02 (dois) destes órgãos estejam efetivamente preenchidos, será facultado aos Defensores Públicos oficiantes nestes, a atuação simultânea, isolada ou conjunta, no órgão remanescente. (Incluído pela Resolução nº 142/2017)

§2º O Defensor Público que atuar, sozinho, na forma do §1º fará jus à concessão de folgas compensatórias, na proporção de 03 (três) dias de folga, para cada período de 30 (trinta) dias em que permanecer designado. (Incluído pela Resolução nº 142/2017)

§3º Os Defensores Públicos que atuarem, conjuntamente, na forma do §1º farão jus à concessão de folgas compensatórias, na proporção de 02 (dois) dias de folga, para cada período de 30 (trinta) dias em que permanecerem designados. (Incluído pela Resolução nº 142/2017)



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

Conselho Superior

§4º Não serão computados para aferimento da concessão das folgas compensatórias mencionadas nos parágrafos 2º e 3º deste artigo os períodos de licença e afastamentos do beneficiário. (Incluído pela Resolução nº 142/2017)

§5º Não serão concedidas folgas compensatórias se da respectiva cumulação resultar compensação financeira. (Incluído pela Resolução nº 142/2017)

Art. 4º O Defensor Público-Geral deliberará acerca do preenchimento dos órgãos de atuação, observando os seguintes critérios, além dos já previstos em lei:

~~I—demanda social;~~

~~II—efetividade da atuação institucional;~~

~~III—demanda judicial de interesse dos usuários da Defensoria Pública.~~

I- Adensamento Populacional; (Redação dada pela Resolução nº 141/2017)

II- Exclusão Social; (Redação dada pela Resolução nº 141/2017)

III- Acervo Processual; (Redação dada pela Resolução nº 141/2017)

IV- Efetividade da Atuação Institucional. (Redação dada pela Resolução nº 141/2017)

**SEÇÃO I
DA DESIGNAÇÃO**

Art. 5º A designação é ato discricionário do Defensor Público-Geral.

~~**Parágrafo Único.** Os órgãos de atuação do Anexo II serão providos somente por designação. (Revogado pela Resolução nº 142/2017)~~

~~**Art. 6º** As portarias de designação serão publicadas no Diário Oficial, exceto quando se tratar de período inferior a 30 (trinta) dias.~~

Art. 6º As portarias de designação serão sempre publicadas no órgão oficial de publicação eletrônica. (Redação dada pela Resolução nº 142/2017)

Art. 7º Da decisão que determina ou revoga a designação poderá o interessado formalizar pedido de reconsideração ao Defensor Público-Geral, no prazo de 5 (cinco) dias da data da publicação.



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

Conselho Superior

~~**Art. 8º** O membro da Defensoria Pública poderá retornar ao órgão de atuação do qual é titular, e, caso exista Defensor designado naquele órgão de atuação, será comunicado previamente sobre o retorno e ficará vinculado à Coordenação da Capital ou Interior até nova designação.~~

Art. 8º O membro da Defensoria Pública poderá retornar ao órgão de atuação do qual é titular, e, caso exista Defensor designado naquele órgão de atuação, será comunicado previamente sobre o retorno e ficará vinculado à Coordenação da Capital ou Interior até nova designação, garantindo-se ao Defensor designado, o gozo de férias e/ou folgas compensatórias, anteriormente solicitadas e deferidas, atendendo às exigências do serviço, nos termos disciplinados na Resolução nº 59/2012-CONSUP. [\(Redação dada pela Resolução nº 174/2019\)](#)

§1º Os Defensores Públicos que estiverem vinculados às Coordenadorias da Capital e do Interior receberão designações temporárias, as quais serão publicadas no sítio eletrônico da Defensoria Pública do Estado e Diário de Justiça. [\(Incluído pela Resolução nº 123/2015\)](#)

§2º O Órgão temporariamente preenchido será oferecido por meio de edital na sessão pública seguinte de designação, pelo critério da antiguidade, caso a administração verifique ainda ser necessária sua lotação. [\(Incluído pela Resolução nº 123/2015\)](#)

§3º O Defensor Público que estiver na situação do §1º deverá escolher lotação na sessão de designação seguinte, de acordo com sua antiguidade. [\(Incluído pela Resolução nº 123/2015\)](#)

Art. 9º Antes da posse, os candidatos nomeados para o cargo de Defensor Público serão convocados para realizar a escolha de sua titularidade na entrância inicial, dentre as ofertadas, seguindo a ordem de classificação no concurso.

~~**Art. 10** A critério do Defensor Público-Geral, de acordo com a necessidade do serviço, os Defensores recém-empossados poderão ser designados para órgãos de atuação distintos de sua titularidade, seguindo a ordem de classificação no concurso.~~

Art. 10 A critério do Defensor Público-Geral, de acordo com a necessidade do serviço, os Defensores Públicos mencionados no artigo anterior poderão ser designados para órgãos de atuação distintos de sua titularidade, seguindo a ordem de classificação no concurso. [\(Redação dada pela Resolução nº 142/2017\)](#)

~~**Art. 10-A** Os Defensores Públicos designados poderão atuar em no máximo dois órgãos de atuação ou função, sendo possibilitada a ampliação desse limite mediante expressa anuência do Defensor Público. [\(Incluído pela Resolução nº 165, de 21 de maio de 2018\)](#)~~



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

Conselho Superior

Art. 10-A Os Defensores Públicos designados poderão atuar em no máximo dois órgãos de atuação ou função, ressalvada a hipótese do art. 13-F, §4º e §5º desta Resolução, sendo possibilitada a ampliação desse limite mediante expressa anuência do Defensor Público. *(Redação dada pela Resolução nº 189/2021)*.

Parágrafo Único. As demais designações obedecerão ao critério de antiguidade, segundo a lista a que alude o §1º do art. 34 da Lei Complementar 06/94.

SEÇÃO II

**DAS SUBSTITUIÇÕES AUTOMÁTICAS NOS CASOS DE IMPEDIMENTO, FÉRIAS,
AFASTAMENTO, LICENÇAS OU VACÂNCIA**

~~**Art. 11** Os órgãos de execução da Defensoria Pública na capital e interior substituir-se-ão pela posterior de forma automática e independente de qualquer portaria ou designação, sucessivamente na ordem indicada no anexo III, seja nos casos de impedimento, férias, afastamento, licenças ou vacância, ressaltando-se que a anterior da primeira é a última e a posterior da última é a primeira.~~

Art. 11 Os órgãos de execução da Defensoria Pública substituir-se-ão pelo posterior, de acordo com o Anexo V, de forma automática e independente de qualquer portaria ou designação, seja nos casos de impedimento, férias, afastamento, licenças ou vacâncias, ressaltando-se que o anterior do primeiro é o último e o posterior do último é o primeiro. *(Redação dada pela Resolução nº 142/2017)*

§1º Aplica-se o disposto no caput deste artigo dentro de cada um dos grupos defensoriais ou demais órgãos de atuação onde exista mais de um órgão de execução.

§2º Salvo a atuação automática constante no caput deste artigo, o exercício fora das atribuições do seu órgão de atuação somente ocorrerá mediante portaria.

~~**§3º** Nos casos de afastamento por mais de sessenta dias ou vacância, o Defensor Público-Geral expedirá portaria mantendo a substituição, alterando-a ou definindo os atos pelos quais o Defensor Público substituto a exercerá.~~

§3º Nos casos de afastamento ou de vacância, a substituição se dará por, no máximo, trinta dias, salvo na hipótese de concordância do Defensor Público, em que deverá ser expedida portaria mantendo a substituição, garantindo-se ao substituto a concessão de folgas compensatórias, na proporção de 03 (três) dias de folga, para cada período de 30 (trinta) dias em que permanecer em substituição. *(Redação dada pela Resolução nº 142/2017)*

§4º O disposto neste artigo não impede quaisquer designações posteriores desde que o Defensor Público-Geral julgue necessárias para suprir situações eventuais de substituição.



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

Conselho Superior

~~§5º Onde houver intimação eletrônica não se aplicarão as regras de substituições automáticas do caput deste artigo, exceto nos casos de impedimento e urgência a serem definidos por ato das Coordenadorias das Defensorias da Capital e do Interior. (Incluído pela Resolução nº 124, de 22 de outubro de 2015).~~

§5º O Defensor Público que estiver exercendo a substituição automática não ficará responsável pelas intimações eletrônicas. (Redação dada pela Resolução nº 142/2017)

§6º O Defensor Público deverá ser retirado do sistema de distribuição de processos e atendimentos da Defensoria Pública e de intimações eletrônicas 03 (três) dias antes de entrar em gozo de férias, afastamento ou licença, devendo voltar a ser inserido no sistema de comunicação eletrônica 03 (três) dias antes de encerrado o período. (Incluído pela Resolução nº 205/2022)

Art. 11-A O Núcleo das Defensorias Criminais de Juazeiro do Norte e Núcleo das Defensorias do Juizado de Violência Contra a Mulher de Juazeiro do Norte terá a seguinte ordem de substituição automática: 1ª Defensoria Criminal de Juazeiro do Norte, 3ª Defensoria Criminal de Juazeiro do Norte, 2ª Defensoria Criminal de Juazeiro do Norte e 1ª Defensoria do Juizado de Violência Contra a Mulher, observado o disposto no art. 11 desta Resolução. (Incluído pela Resolução nº 149/2017).

Art. 11-B Nos núcleos locais do interior do Estado com 2 (dois) órgãos de execução sediados em comarcas com dois órgãos jurisdicionais, a substituição de que trata o art. 11 dar-se-á reciprocamente. (Incluído pela Resolução nº 189/2021).

Parágrafo Único. Não incide a substituição automática prevista no caput em relação aos casos de impedimento ou suspeição quanto aos atos para os quais houver auxílio de Defensor(a) Público(a) distinto(a) com atribuição para o desempenho do ato. (Incluído pela Resolução nº 189/2021).

Art. 11-C Nos núcleos locais do interior do Estado com 3 (três) órgãos de execução sediados em comarcas com três órgãos jurisdicionais, a substituição automática prevista no art. 11 se dará: (Incluído pela Resolução nº 189/2021).

I - Nos casos de impedimento e suspeição:

a) reciprocamente entre as Defensorias Cíveis;

b) da 1ª Defensoria Criminal, pela 1ª Defensoria Cível, seguindo-se a 2ª Defensoria Cível;

II - Nos casos de férias, afastamento, licenças ou vacâncias:



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

Conselho Superior

a) a da 1ª Defensoria Criminal, pela 1ª Defensoria Cível; a da 1ª Defensoria Cível, pela 2ª Defensoria Cível; a da 2ª Defensoria Cível, pela Defensoria Criminal, na forma do anexo V; ou

b) reciprocamente entre dois órgãos de atuação, quando um dos três órgãos de atuação não estiver com membro lotado, ou a atuação se der por Defensor(a) Auxiliar em Apoio Remoto.

§1º Em caso de vacância de uma das Defensorias, serão aplicadas as regras de substituição descritas no artigo anterior.

§2º A atribuição prevista do inciso I, alínea “b”, não incidirá quanto aos(as) Defensores(as) Auxiliares em Apoio Remoto descritos no art. 13-F, salvo aquiescência destes(as) em sentido contrário.

Art. 11-D Nos núcleos locais do interior do Estado sediados em comarcas com quatro órgãos jurisdicionais, a substituição automática prevista no art. 11 se dará: [\(Incluído pela Resolução nº 189/2021\)](#)

I - Nos casos de impedimento e suspeição:

a) reciprocamente entre as Defensorias Cíveis;

b) reciprocamente entre a Defensoria Criminal e a Defensoria do Juizado Especial Cível e Criminal.

II - Nos casos de férias, afastamento, licenças ou vacâncias:

a) reciprocamente entre as Defensorias Cíveis;

b) reciprocamente entre a Defensoria Criminal e a Defensoria do Juizado Especial Cível e Criminal.

§1º Em caso de vacância da Defensoria do Juizado Especial Cível e Criminal, serão aplicadas as regras de substituição descritas no artigo anterior.

§2º A atribuição prevista do inciso I, alínea “b”, não incidirá quanto aos(as) Defensores(as) Auxiliares em Apoio Remoto descritos no art. 13-F, salvo aquiescência destes(as) em sentido contrário.

Art. 11-E Nos núcleos locais do interior do Estado sediados em comarcas com cinco órgãos jurisdicionais, a substituição automática prevista no art. 11 se dará: [\(Incluído pela Resolução nº 189/2021\)](#)

I - Nos casos de impedimento e suspeição:

a) da 1ª Defensoria Cível, pela 2ª Defensoria Cível, da 2ª Defensoria Cível, pela Defensoria do Juizado Especial Cível e Criminal, da Defensoria do Juizado Especial Cível e Criminal pela 1ª Defensoria Cível;

b) reciprocamente entre as Defensorias Criminais.

II - Nos casos de férias, afastamento, licenças ou vacâncias:



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

Conselho Superior

c) reciprocamente entre as Defensorias Criminais;

d) da 1ª Defensoria Cível, pela 2ª Defensoria Cível, da 2ª Defensoria Cível, pela Defensoria do Juizado Especial Cível e Criminal, da Defensoria do Juizado Especial Cível e Criminal pela 1ª Defensoria Cível.

§1º Em caso de vacância da Defensoria do Juizado Especial Cível e Criminal, substituir-se-ão, reciprocamente, as Defensorias Cíveis e Defensorias Criminais.

§2º Em caso de existência de apenas três Defensorias em efetivo exercício, estas substituir-se-ão em sucessão, com possibilidade de atuação do Defensor em matéria diversa da Defensoria em que lotado.

§3º A atribuição prevista no inciso I, alínea b, não incidirá quanto aos(as) Defensores(as) Auxiliares em Apoio Remoto descritos no art. 13-F, salvo aquiescência destes(as) em sentido contrário.

Art. 11-F Nas hipóteses previstas nos arts. 11-B, 11-C, 11-D e 11-E, nos casos de substituição decorrentes de férias, afastamento, licenças ou vacâncias, e em havendo necessidade, o órgão de execução em substituição pode restringir os atendimentos às situações de urgência e de risco de perecimento de direito. [\(Incluído pela Resolução nº 189/2021\)](#).

Art. 11-G Os Defensores da 3ª Defensoria da Infância e Juventude e da 6ª Defensoria da Infância e Juventude substituem-se mutuamente em casos de impedimentos, suspeição, afastamentos e férias. [\(Incluído pela Resolução nº 198/2021\)](#).

Art. 11-H Em caso de impedimento dos 2 (dois) Defensores com atuação na 3ª Vara da Infância e Juventude, ou por necessidade das partes, utilizar-se-á como critério de substituição, os demais Defensores com atuação nas outras Varas infracionais da Infância Juventude, de forma automática e independente de qualquer portaria ou designação. [\(Incluído pela Resolução nº 198/2021\)](#).

Art. 12 A substituição de que trata o §3º do artigo 11 também poderá se dar por meio de rodízio, a critério do Defensor Público-Geral e mediante portaria, tendo como critério objetivo a avaliação dos relatórios mensais de produtividade dos Defensores Públicos integrantes da mesma área de atuação nos últimos 3 (três) meses de efetivo trabalho.



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

Conselho Superior

Art. 13 Na excepcionalidade dos órgãos de execução do Núcleo de Petição Inicial no interior se encontrarem, ao mesmo tempo, sem Defensores Públicos em razão de licença, vacância ou afastamento, todos os demais órgãos de execução da Comarca passarão a substituir o Núcleo de Petição Inicial através de rodízio, sem prejuízo de suas funções e mediante portaria.

**CAPÍTULO II-A
DAS MACRORREGIÕES**

Art. 13-A Ficam criadas, para efeitos administrativos de atuação, no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Ceará, as macrorregiões constantes no Anexo I desta Resolução. [\(Incluído pela Resolução nº 141/2017\)](#)

**CAPÍTULO II-B
DOS ÓRGÃOS DE ATUAÇÃO**

Art. 13-B Ficam criados e alterados os órgãos de atuação da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará, na forma dos anexos II e III desta Resolução. [\(Incluído pela Resolução nº 141/2017\)](#)

**CAPÍTULO II-C
DOS DEFENSORES PÚBLICOS AUXILIARES DEFINIDOS PELO ART. 10-A, INCISOS III, V e VII
DA LEI COMPLEMENTAR 06/97**

Art. 13-C Os Defensores Públicos Auxiliares definidos pelo art. 10-A, incisos III, V e VII da LC 06/97 exercerão suas funções em substituição nos órgãos de atuação cujos titulares estejam afastados, de férias, de licença, exercício de cargo de direção ou de assessoramento e outros previstos em lei, observando-se a continuidade do serviço público. [\(Incluído pela Resolução nº 142/2017\)](#)

~~§1º Os 7 (sete) Defensores Públicos Auxiliares de Entrância Final ficarão vinculados à macrorregião Fortaleza I.~~
[\(Incluído pela Resolução nº 142/2017\)](#)

§1º Os 9 (nove) Defensores Públicos Auxiliares de Entrância Final ficarão vinculados a macrorregião Fortaleza I.
[\(Redação dada pela Resolução nº 142/2017\)](#)

§2º Os 10 (dez) Defensores Públicos Auxiliares de Entrância Intermediária ficarão vinculados às macrorregiões a seguir discriminadas: [\(Incluído pela Resolução nº 142/2017\)](#)



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

Conselho Superior

-
- I** – a 1ª Defensoria Auxiliar de Entrância Intermediária: 2ª Macrorregião – Região da Grande Fortaleza II;
II – a 2ª Defensoria Auxiliar de Entrância Intermediária: 2ª Macrorregião – Região da Grande Fortaleza II;
III – a 3ª Defensoria Auxiliar de Entrância Intermediária: 2ª Macrorregião – Região da Grande Fortaleza II;
IV – a 4ª Defensoria Auxiliar de Entrância Intermediária: 3ª Macrorregião – Região do Cariri;
V – a 5ª Defensoria Auxiliar de Entrância Intermediária: 5ª Macrorregião – Região do Litoral Leste;
VI – a 6ª Defensoria Auxiliar de Entrância Intermediária: 6ª Macrorregião – Região do Litoral Norte;
VII – a 7ª Defensoria Auxiliar de Entrância Intermediária: 7ª Macrorregião – Região do Litoral Oeste/Vale do Curu;
VIII – a 8ª Defensoria Auxiliar de Entrância Intermediária: 9ª Macrorregião – Região da Serra da Ibiapaba;
IX – a 9ª Defensoria Auxiliar de Entrância Intermediária: 10ª Macrorregião – Região do Sertão Central;
X – a 10ª Defensoria Auxiliar de Entrância Intermediária: 15ª Macrorregião – Região do Vale do Jaguaribe;

§3º Os 10 (dez) Defensores Públicos Auxiliares de Entrância Inicial ficarão vinculados às macrorregiões a seguir discriminadas: [\(Incluído pela Resolução nº 142/2017\)](#)

- I** – a 1ª Defensoria Auxiliar de Entrância Inicial: 3ª Macrorregião – Região do Cariri;
II – a 2ª Defensoria Auxiliar de Entrância Inicial: 4ª Macrorregião – Região Centro-Sul;
III – a 3ª Defensoria Auxiliar de Entrância Inicial: 8ª Macrorregião Região do Maciço de Baturité;
IV – a 4ª Defensoria Auxiliar de Entrância Inicial: 10ª Macrorregião – Região do Sertão Central;
V – a 5ª Defensoria Auxiliar de Entrância Inicial: 11ª Macrorregião – Região Sertão de Canindé;
VI – a 6ª Defensoria Auxiliar de Entrância Inicial: 12ª Macrorregião – Região do Sertão de Sobral;
VII – a 7ª Defensoria Auxiliar de Entrância Inicial: 12ª Macrorregião – Região do Sertão de Sobral;
VIII – a 8ª Defensoria Auxiliar de Entrância Inicial: 13ª Macrorregião – Região do Sertão dos Crateús;
IX – a 9ª Defensoria Auxiliar de Entrância Inicial: 14ª Macrorregião – Região do Sertão dos Inhamuns;
X – a 10ª Defensoria Auxiliar de Entrância Inicial: 15ª Macrorregião – Região do Vale do Jaguaribe.

§4º Os Defensores Públicos Auxiliares mencionados no caput do presente artigo poderão atuar em, no máximo, dois órgãos de atuação ou função, sendo possibilitada a ampliação desse limite mediante expressa anuência do Defensor Público. [\(Incluído pela Resolução nº 142/2017\)](#)

§5º Os Defensores Públicos Auxiliares de Entrância Inicial e os Defensores Públicos Auxiliares de Entrância Intermediária podem atuar em Defensorias de Entrância Inicial, Intermediária e Final, desde que integrantes da



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

Conselho Superior

macrorregião à qual estiverem vinculados, na forma do disposto no artigo 10, II, d e f, da LC nº 6/1997. [\(Incluído pela Resolução nº 142/2017\)](#)

§6º Na hipótese do parágrafo anterior, caso haja exercício de funções em órgãos de atuação de categoria superior, o Defensor Público Auxiliar terá assegurado o direito de perceber a diferença de subsídios, proporcionalmente ao período trabalhado. [\(Incluído pela Resolução nº 142/2017\)](#)

§7º Os Defensores Públicos Auxiliares mencionados no caput do presente artigo perceberão ajuda de custo quando precisarem se deslocar para município diverso daquele em que exercem suas funções em mais dias da semana. [\(Incluído pela Resolução nº 142/2017\)](#)

Art. 13-D Os Defensores Públicos titulares de órgãos de atuação ainda não instalados na Entrância Final e os Auxiliares terão prioridade na escolha, em caso de oferta de órgão ou função vagos, em razão de afastamento, licenças, exercício de cargo direção ou assessoramento e outros previstos em lei, respeitado o critério de antiguidade. [\(Incluído pela Resolução nº 165/2018\)](#)

Art. 13-E Quando do retorno do Defensor Público titular de órgão ocupado por Defensores Públicos titulares de órgãos de atuação ainda não instalados na Entrância Final e Auxiliares, será realizada nova escolha de todos os cargos ocupados por estes e pelos designados, de acordo com o critério de antiguidade. [\(Incluído pela Resolução nº 165/2018\)](#)

Parágrafo Único. O Defensor Público designado que deixar de atuar no órgão de atuação ou função em razão da escolha prevista neste artigo, ficará vinculado à Coordenação das Defensorias da Capital ou Interior até nova designação. [\(Incluído pela Resolução nº 165/2018\)](#)

CAPÍTULO II-D

DOS(AS) DEFENSORES(AS) PÚBLICOS(AS) AUXILIARES EM APOIO REMOTO

Art. 13-F Os(as) Defensores(as) Públicos(as) Auxiliares em Apoio Remoto exercerão suas funções em órgãos de atuação de núcleos defensoriais distintos de forma remota, conforme Edital da Coordenadoria das Defensorias do Interior. [\(Incluído pela Resolução nº 189/2021\)](#)



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

Conselho Superior

~~§1º O exercício das funções deve se dar de maneira presencial por dois dias da semana em um dos núcleos defensoriais, a ser previamente escolhido pelo(a) Defensor(a) e indicado à Coordenadoria das Defensorias do Interior. (Incluído pela Resolução nº 189/2021)~~

§1º O exercício das funções deve se dar de maneira presencial por um dia da semana, se necessário, em um dos núcleos defensoriais, a ser previamente escolhido pelo(a) Defensor(a) e indicado à Coordenadoria das Defensorias do Interior. (Alterado pela Resolução nº 196/2021)

§2º A Coordenadoria das Defensorias do Interior indicará em Edital os órgãos de atuação ou funções nos quais serão exercidas as atividades. (Incluído pela Resolução nº 189/2021)

§3º Os órgãos de atuação ou funções nos quais serão exercidas as atividades pelo(a) Defensor(a) Auxiliar em Apoio Remoto podem estar localizados em macrorregiões distintas. (Incluído pela Resolução nº 189/2021)

~~§4º A atuação do(a) Defensor(a) Auxiliar em Apoio Remoto se dará em órgãos de atuação ou funções de três núcleos defensoriais distintos e abrangerá o acompanhamento das demandas protocoladas pela Defensoria Pública em tramitação na unidade jurisdicional indicada, bem como os casos cíveis de impedimento e suspeição. (Incluído pela Resolução nº 189/2021)~~

§4º A atuação do(a) Defensor(a) Auxiliar em Apoio Remoto se dará em órgãos de atuação ou funções de dois núcleos defensoriais distintos e abrangerá o acompanhamento das demandas protocoladas pela Defensoria Pública em tramitação na unidade jurisdicional indicada, bem como os casos cíveis de impedimento e suspeição. (Alterado pela Resolução nº 196/2021).

§5º A atuação do(a) Defensor(a) Auxiliar em Apoio Remoto poderá se dar em órgãos de atuação ou funções de mais do que três núcleos defensorias distintos, conforme previamente indicado em Edital e assegurada a equivalência de trabalho com os(as) demais Defensores(as) Auxiliares em Apoio Remoto. (Incluído pela Resolução nº 189/2021)

§6º O(a) Defensor(a) Público(a) Auxiliar em Apoio Remoto não exerce substituição automática nos casos de férias, afastamento, licenças ou vacâncias. (Incluído pela Resolução nº 189/2021)

**CAPÍTULO III
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

Conselho Superior

~~Art. 14~~ Não haverá atuação automática nos termos do caput do art. 11, nos órgãos de atuação ainda não preenchidos, nem em quaisquer unidades judiciárias criadas posteriormente a essa Resolução.

~~Art. 15~~ Até que ocorra o preenchimento dos cargos em número suficiente, os Defensores Públicos atuarão, temporariamente, em mais de um órgão de atuação, nos termos do Anexo IV. [\(Revogado pela Resolução nº 142/2017\)](#)

~~Art. 15-A~~ A 1ª Defensoria de defesa da Mulher presente na resolução nº 22/2008 fica redenominada 1ª Defensoria Civil de Sobral, conforme estabelecido no anexo I desta resolução. [\(Redação dada pela Resolução nº 99/2014\)](#)

~~Art. 16~~ Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a resolução nº 22/2008 e demais disposições em contrário.

**CAPÍTULO III
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 14 Os Defensores Públicos titulares de órgãos de atuação ainda não instalados na Entrância Final ficarão como auxiliares da Coordenadoria das Defensorias da Capital e atuarão, temporariamente, em substituição nos órgãos de atuação cujos titulares estejam afastados, de férias, de licença, exercício de cargo de direção e assessoramento e outros previstos em lei, observando-se a continuidade do serviço público. [\(Incluído pela Resolução nº 141/2017\)](#)

§1º É vedada a designação dos Defensores Públicos titulares de órgãos ainda não instalados para atuar, concomitantemente, em mais de um órgão de atuação. [\(Incluído pela Resolução nº 141/2017\)](#)

§2º Os Defensores Públicos mencionados no caput do presente artigo serão exclusivamente designados na comarca de Fortaleza, respeitada sua área de atuação, cível ou criminal, em sentido amplo. [\(Incluído pela Resolução nº 141/2017\)](#)

§3º No processo de escolha das designações mencionado no parágrafo anterior deverá ser respeitado o critério de antiguidade. [\(Incluído pela Resolução nº 141/2017\)](#)

~~Art. 15~~ Os Defensores Públicos Auxiliares definidos em lei poderão atuar em no máximo dois órgãos de atuação ou função. [\(Incluído pela Resolução nº 141/2017\)](#)



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

Conselho Superior

Art. 15 Os Defensores Públicos auxiliares definidos em lei poderão atuar em no máximo dois órgãos de atuação ou função, desde que assegurada a equivalência de trabalho com os respectivos titulares. [\(Redação dada pela Resolução nº 174/2019\)](#)

~~**Parágrafo Único.** A atuação em mais de dois órgãos ou funções dependerá de sua anuência. [\(Incluído pela Resolução nº 141, de 24 de janeiro de 2017\)](#) [\(Revogado pela Resolução nº 174/2019\)](#).~~

§1º Em caso de atuação em mais de um órgão ou função, o trabalho deverá respeitar a paridade com os titulares em volume e divisão de trabalho, assegurando a igualdade de tratamento entre os membros da carreira, não podendo responder integralmente por dois órgãos de atuação. [\(Incluído pela Resolução nº 174/2019\)](#)

§2º Quando a atuação se der de forma integral, desempenhando todas as atividades desenvolvidas pelo Defensor titular, não poderá haver atuação compulsória em outro órgão ou função. [\(Incluído pela Resolução nº 174/2019\)](#)

Art. 16 A 2ª Defensoria da Fazenda Pública deverá ser disponibilizada no mesmo procedimento dos demais cargos de entrância final disciplinados nesta resolução. [\(Incluído pela Resolução nº 141/2017\)](#)

Art. 17 Os órgãos de atuação perante as Defensorias Públicas da 1ª, 2ª e 3ª Defensorias Públicas da Fazenda Pública terão suas atribuições modificadas da seguinte forma: [\(Incluído pela Resolução nº 141/2017\)](#)

I - 1ª Defensoria Pública da Fazenda Pública, atuação perante a 10ª e 12ª Varas da Fazenda Pública;

II - 2ª Defensoria da Fazenda Pública, atuação perante a 4ª e 13ª Varas da Fazenda Pública;

III - 3ª Defensoria da Fazenda Pública, atuação perante a 8ª e 9ª Varas da Fazenda Pública.

Art. 18 A 17ª Defensoria Pública Criminal será redenominada 8ª Defensoria do Núcleo de Assistência aos Presos Provisórios e às Vítimas de Violência, com as atribuições inerentes a este. [\(Incluído pela Resolução nº 141/2017\)](#)

~~**Art. 19** As 5ª e a 6ª Defensorias do Núcleo de Assistência aos Presos Provisórios e às Vítimas de Violência terão atribuição para realização das audiências de custódia. [\(Incluído pela Resolução nº 141/2017\)](#)~~



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

Conselho Superior

Art. 19 A substituição a que se refere o art. 11 desta Resolução em relação à 19, 20ª e 21ª Defensorias Criminais da Comarca de Fortaleza dar-se-á do seguinte modo: [\(Redação dada pela Resolução nº 203/2022\)](#)

I - a 19ª e 20ª Defensorias Criminais substituir-se-ão entre si automaticamente nas hipóteses legais;

II - a 21ª Defensoria Criminal, com atuação perante o 2º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Fortaleza substituirá a 2ª Defensoria de Orientação e Assistência do(a) acusado(a), que atua perante o 1º Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Fortaleza, sendo substituída pela 1ª Defensoria de Orientação e Assistência do(a) acusado(a), que atua perante o 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Fortaleza.

Parágrafo Único. A 3ª Defensoria do Núcleo de Atendimento aos Presos Provisórios e Vítimas de Violência – NUAPP, com atribuição perante a "Rede Acolhe", não participa das substituições automáticas deste Núcleo.

Art. 20 Os órgãos de execução atuantes perante as Defensorias de Execução Criminal, terão atribuição comum para atuarem na Vara Única de Execução de Penas Alternativas e Habeas Corpus. [\(Incluído pela Resolução nº 141/2017\)](#)

Art. 21 Todos os órgãos de execução com atuação perante os Juizados Especiais terão competência para atuar nas Instituições de Ensino Superior – IES, de forma equânime. [\(Incluído pela Resolução nº 141/2017\)](#)

Art. 22 Até a instalação do Núcleo de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar na Região do Cariri, o titular atuará em auxílio junto as Defensorias de Atendimento e Petição Inicial de Juazeiro do Norte. [\(Incluído pela Resolução nº 141/2017\)](#)

Art. 23 Em cumprimento da nova redação dada pela Lei Complementar nº 171/2016 ao art. 10-A da Lei Complementar nº 06, de 28 de abril de 1997, o Conselho Superior da Defensoria Pública deverá promover sessões extraordinárias, durante os meses de janeiro e fevereiro de 2017, com vistas a redistribuir o quantitativo de membros por Entrância, observando que: [\(Incluído pela Resolução nº 141/2017\)](#)



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

Conselho Superior

I - As sessões de redistribuição serão precedidas de sessões de remoção, oferecidas aos atuais ocupantes da Entrância;

II - Em todos os casos, deverá ser respeitada e mantida a antiguidade;

III - Nenhum Defensor Público participará de mais de uma sessão extraordinária;

IV - Só poderão participar das sessões extraordinárias os Defensores Públicos estáveis na carreira;

V - O Defensor Público poderá se fazer representar por meio de procurador munido de instrumento específico para realizar os atos inerentes à sessão extraordinária da qual pretende participar;

§1º Entende-se por remoção, para efeitos do disposto no art. 6º da Lei Complementar nº 171/2016, o deslocamento do Defensor Público titular, dentre os órgãos de atuação de sua respectiva entrância, conforme previsto no Anexo II desta Resolução. [\(Incluído pela Resolução nº 141/2017\)](#)

§2º Entende-se por redistribuição, para efeitos do disposto no art. 6º da Lei Complementar nº171/2016, a reorganização dos órgãos de atuação conforme quantitativos de cargos estabelecidos pela nova redação dada, por entrância, ao art.10-A da Lei Complementar 06 de 28 de abril de 1997. [\(Incluído pela Resolução nº 141/2017\)](#)

§3º A quantidade de cargos, criados por lei, é redefinida pela Lei Complementar 171/2016 da seguinte forma: 214 (duzentos e quatorze) de entrância final, sendo 7 (sete) auxiliares, 108 (cento e oito) de entrância intermediária, sendo 10 auxiliares, e 98 de entrância inicial, sendo 10 auxiliares. [\(Incluído pela Resolução nº 141/2017\)](#)

§4º As sessões previstas no art. 6º da Lei Complementar nº171/2016, ocorrerão na seguinte ordem: [\(Incluído pela Resolução nº 141/2017\)](#)

I - remoção dos órgãos defensoriais na entrância final constantes no Anexo II desta Resolução;

II - redistribuição na entrância final dos órgãos defensoriais remanescentes da sessão anterior;

III - remoção nos órgãos defensoriais da entrância intermediária;

IV – redistribuição na entrância intermediária dos órgãos defensoriais remanescentes na sessão anterior;

§5º Em cada sessão de redistribuição será feita a escolha de acordo com a quantidade de órgãos de atuação ofertados, distribuídos em cada entrância. [\(Incluído pela Resolução nº 141/2017\)](#)



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

Conselho Superior

§6º Na entrância intermediária, preferencialmente, serão ofertados para preenchimento, os órgãos de atuação que atualmente tenham Defensor Público em efetivo exercício. [\(Incluído pela Resolução nº 141/2017\)](#)

§7º Os Defensores Públicos que não optarem, presencialmente ou por procuração, nas sessões de redistribuição, serão mantidos na titularidade atual. [\(Incluído pela Resolução nº 141/2017\)](#)

§8º No caso de o Defensor Público não optar por nenhuma das vagas de fixação de titularidade em órgãos de atuação disponíveis no momento da sua escolha, poderá ressaltar oralmente o direito à remoção de vaga posteriormente surgida na mesma sessão. [\(Incluído pela Resolução nº 141/2017\)](#)

§9º Será publicado um edital com os órgãos de atuação disponíveis, com suas respectivas atribuições, para escolha conforme os critérios dessa Resolução. [\(Incluído pela Resolução nº 141/2017\)](#)

§10 A redistribuição para a entrância final poderá ser feita por salto de entrância obedecida a regra da antiguidade em todos os casos. [\(Incluído pela Resolução nº 141/2017\)](#)

§11 Os Defensores Públicos assumirão suas novas titularidades após a publicação no órgão oficial eletrônico e entrarão em exercício perante a Coordenadoria da Capital e do Interior. [\(Incluído pela Resolução nº 141/2017\)](#)

§12 Caso seja necessário deslocamento entre Comarcas fora da sua Região Metropolitana terá o Defensor Público após a entrada em exercício até dez dias para o início de suas atividades em seu órgão de atuação. [\(Incluído pela Resolução nº 141/2017\)](#)

Art. 24 Os anexos I, II, III, IV e V são partes integrantes da presente resolução e substituem integralmente os anexos da Resolução 91/2013. [\(Incluído pela Resolução nº 141/2017\)](#)

Art. 25 A estrutura física das sedes das macrorregiões será instalada progressivamente, pelo Defensor Público Geral, de acordo com a disponibilidade financeira e orçamentária. [\(Incluído pela Resolução nº 141/2017\)](#)

Art. 25-A Em cumprimento da nova redação dada pela Lei Complementar nº 177/2018 ao art. 10-A da Lei Complementar nº 06, de 28 de abril de 1997, o Conselho Superior da Defensoria Pública deverá aprovar, em até 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir da publicação da referida lei, a presente Resolução e promover



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

Conselho Superior

sessões extraordinárias, com vistas a redistribuir o quantitativo de membros por Entrância, observando que: [\(Incluído pela Resolução nº 165/2018\)](#)

I - As sessões de redistribuição serão precedidas de sessões de remoção, oferecidas aos atuais ocupantes da Entrância; [\(Incluído pela Resolução nº 165/2018\)](#)

II - Em todos os casos, deverá ser respeitada e mantida a antiguidade; [\(Incluído pela Resolução nº 165, de 21 de maio de 2018\)](#)

III - O Defensor Público poderá se fazer representar por meio de procurador munido de instrumento específico para realizar os atos inerentes à sessão extraordinária da qual pretende participar. [\(Incluído pela Resolução nº 165/2018\)](#)

§1º Entende-se por remoção, para efeitos do disposto no art. 4º da Lei Complementar nº 177/2018, o deslocamento do Defensor Público titular, dentre os órgãos de atuação de sua respectiva entrância, conforme previsto no Anexo II da Resolução nº 91/2013, com as alterações desta Resolução. [\(Incluído pela Resolução nº 165/2018\)](#)

§2º Entende-se por redistribuição, para efeitos do disposto no art. 4º da Lei Complementar nº177/2018, a reorganização dos órgãos de atuação, por entrância, conforme quantitativos de cargos estabelecidos pela nova redação dada ao art.10-A da Lei Complementar 06 de 28 de abril de 1997. [\(Incluído pela Resolução nº 165/2018\)](#)

§3º A quantidade de cargos foi redefinida pela Lei Complementar 177/2018 da seguinte forma: 216 (duzentos e dezesseis) de entrância final, 9 (nove) auxiliares de entrância final, 94 (noventa e quatro) de entrância intermediária, 10 auxiliares de entrância intermediária, e 81 de entrância inicial, 10 auxiliares de entrância inicial. [\(Incluído pela Resolução nº 165/2018\)](#)

§4º As sessões previstas no art. 4º da Lei Complementar nº177/2018, ocorrerão na seguinte ordem: [\(Incluído pela Resolução nº 165/2018\)](#)

I - remoção dos órgãos defensoriais na entrância final constantes no Anexo II da Resolução 91/2013 e alterados por esta Resolução; [\(Incluído pela Resolução nº 165/2018\)](#)

II - redistribuição na entrância final dos órgãos defensoriais remanescentes da sessão anterior;



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

Conselho Superior

III - remoção nos órgãos defensoriais da entrância intermediária; [\(Incluído pela Resolução nº 165/2018\)](#)

IV – redistribuição na entrância intermediária dos órgãos defensoriais remanescentes na sessão anterior; [\(Incluído pela Resolução nº 165/2018\)](#)

§5º Em cada sessão de redistribuição será feita a escolha de acordo com a quantidade de órgãos de atuação ofertados em Edital, de acordo com os prazos de lotação estabelecidos na Lei Complementar nº 177/2018. [\(Incluído pela Resolução nº 165/2018\)](#)

§6º As vagas surgidas após a remoção ou redistribuição somente serão ofertadas, na entrância intermediária e inicial, se forem órgãos de atuação que contam com Defensor Público em efetivo exercício na unidade. [\(Incluído pela Resolução nº 165/2018\)](#)

§7º Fica transformada a 3ª Defensoria dos Juizados Especiais em 4ª Defensoria de Delitos sobre Tráfico e Uso de Substâncias Entorpecentes. [\(Incluído pela Resolução nº 165/2018\)](#)

§8º Os Defensores Públicos que não optarem, presencialmente ou por procuração, nas sessões de redistribuição, serão mantidos nas titularidades atuais, exceto os Defensores Públicos titulares das até então Defensorias de Entrância Intermediária de Crato, que foram transformadas em Defensorias de Entrância Final. [\(Incluído pela Resolução nº 165/2018\)](#)

§9º No caso do Defensor Público não optar por qualquer das vagas de fixação de titularidade em órgãos de atuação disponíveis no momento da sua escolha, poderá ressaltar oralmente o direito à remoção de vaga posteriormente surgida na mesma sessão. [\(Incluído pela Resolução nº 165/2018\)](#)

§10 Serão publicados editais com os órgãos de atuação disponíveis para escolha conforme os critérios desta Resolução. [\(Incluído pela Resolução nº 165/2018\)](#)

§11 A redistribuição para a entrância final poderá ser feita por salto de entrância obedecida a regra da antiguidade em todos os casos. [\(Incluído pela Resolução nº 165/2018\)](#)

§12 No caso de alteração na titularidade em qualquer das Defensorias Cíveis de Juazeiro do Norte, por remoção ou redistribuição de que trata esta Resolução, a atuação constante do Anexo IV da Resolução 91/2013, automaticamente, passará a integrar, além da Vara Cível respectiva, a Vara de Infância e Juventude a ser instalada. [\(Incluído pela Resolução nº 165/2018\)](#)



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

Conselho Superior

§13 Até a instalação da 2ª Vara de Família e Sucessões de Juazeiro do Norte, pelo Tribunal de Justiça, o Defensor Público titular da 2ª Defensoria Pública de Família e Sucessões de Juazeiro do Norte ficará como auxiliar da 3ª Macrorregião Defensorial-Região do Cariri. [\(Incluído pela Resolução nº 165/2018\)](#)

§14 Fica extinto o órgão de atuação de entrância intermediária: Defensoria do Juizado Especial de Senador Pompeu. [\(Incluído pela Resolução nº 165/2018\)](#)

§15 Ficam extintos os seguintes órgãos de atuação de entrância inicial: 1ª Defensoria de Baixio, 1ª Defensoria de Antonina do Norte, 1ª Defensoria de Aratuba e 1ª Defensoria de Iraporanga. [\(Incluído pela Resolução nº 165/2018\)](#)

§16 As Defensorias de Crato passam a compor as Defensorias Públicas de Entrância Final, nos termos do art. 5º da presente Resolução. [\(Incluído pela Resolução nº 165/2018\)](#)

Publique-se.

CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza (CE), 09 de janeiro de 2014.



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

ANEXO I

DAS MACRORREGIÕES DEFENSORIAIS

1ª Macrorregião Defensorial – Região da Grande Fortaleza I, composta pelos seguintes municípios: Fortaleza, Caucaia e Maracanaú;

2ª Macrorregião Defensorial – Região da Grande Fortaleza II - Aquiraz, Cascavel, Chorozinho, Eusébio, Guaiúba, Horizonte, Itaitinga, Maranguape, Pacajus, Pacatuba, Paracuru, Paraipaba, Pindoretama, São Gonçalo do Amarante, São Luís do Curu, e Trairi;

3ª Macrorregião Defensorial – Região do Cariri, composta pelos seguintes municípios: Abaiara, Altaneira, Antonina do Norte, Araripe, Assaré, Aurora, Barbalha, Barro, Brejo Santo, Campos Sales, Caririaçu, Crato, Farias Brito, Granjeiro, Jardim, Jati, Juazeiro do Norte, Lavras da Mangabeira, Mauriti, Milagres, Missão Velha, Nova Olinda, Penaforte, Porteiras, Potengi, Salitre, Santana do Cariri, Tarrafas e Várzea Alegre;

4ª Macrorregião Defensorial – Região Centro-Sul, composta pelos seguintes municípios: Acopiara, Baixio, Cariús, Catarina, Cedro, Icó, Iguatu, Ipaumirim, Jucás, Orós, Quixelô, Saboeiro e Umari;

5ª Macrorregião Defensorial – Região do Litoral Leste, composta pelos seguintes municípios: Aracati, Beberibe, Fortim, Icapuí, Itaiçaba e Jaguaruana;

6ª Macrorregião Defensorial – Região do Litoral Norte, composta pelos seguintes municípios: Acaraú, Barroquinha, Bela Cruz, Camocim, Chaval, Cruz, Granja, Itarema, Jijoca de Jericoacoara, Marco, Martinópolis, Morrinhos e Uruoca;

7ª Macrorregião Defensorial – Região do Litoral Oeste/Vale do Curu, composta pelos seguintes municípios: Amontada, Apuiarés, General Sampaio, Irauçuba, Itapajé, Itapipoca, Miraíma, Pentecoste, Tejuçuoca, Tururu, Umirim e Uruburetama;



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

Conselho Superior

8ª Macrorregião Defensorial – Região do Maciço de Baturité, composta pelos seguintes municípios: Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Capistrano, Guaramiranga, Itapiúna, Mulungu, Ocara, Pacoti, Palmácia e Redenção;

9ª Macrorregião Defensorial – Região da Serra da Ibiapaba, composta pelos seguintes municípios: Carnaubal, Croatá, Guaraciaba do Norte, Ibiapina, Ipu, São Benedito, Tianguá, Ubajara e Viçosa do Ceará;

10ª Macrorregião Defensorial – Região do Sertão Central, composta pelos seguintes municípios: Banabuiú, Choró, Deputado Irapuan Pinheiro, Ibaretama, Ibicuitinga, Milhã, Mombaça, Pedra Branca, Piquet Carneiro, Quixadá, Quixeramobim, Senador Pompeu e Solonópole;

11ª Macrorregião Defensorial – Região do Sertão de Canindé, composta pelos seguintes municípios: Boa Viagem, Canindé, Caridade, Itatira, Madalena e Paramoti;

12ª Macrorregião Defensorial – Região Sertão de Sobral, composta pelos seguintes municípios: Alcântaras, Cariré, Coreaú, Forquilha, Frecheirinha, Graça, Groaíras, Massapê, Meruoca, Moraújo, Mucambo, Pacujá, Pires Ferreira, Reriutaba, Santana do Acaraú, Senador Sá, Sobral e Varjota;

13ª Macrorregião Defensorial – Região do Sertão dos Crateús, composta pelos seguintes municípios: Ararendá, Catunda, Crateús, Hidrolândia, Independência, Ipaporanga, Ipueiras, Monsenhor Tabosa, Nova Russas, Novo Oriente, Poranga, Santa Quitéria e Tamboril;

14ª Macrorregião Defensorial – Região do Sertão dos Inhamuns, composta pelos seguintes municípios: Aiuaba, Arneiroz, Parambu, Quiterianópolis e Tauá;

15ª Macrorregião Defensorial – Região do Vale do Jaguaribe, composta pelos seguintes municípios: Alto Santo, Ererê, Iracema, Jaguaretama, Jaguaribara, Jaguaribe, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Palhano, Pereiro, Potiretama, Quixeré, Russas, São João do Jaguaribe e Tabuleiro do Norte.



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

ANEXO II

ÓRGÃOS DE ATUAÇÃO

DEFENSORIAS DE 2º GRAU

Núcleo local:	Defensorias de Fortaleza			
Núcleo Defensorial	Núcleos das Defensorias de 2º Grau			
	Órgão de atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria Cível do 2º Grau	Judicial	2º Grau	Lei
	2ª Defensoria Cível do 2º Grau (Alterado pela Resolução nº 241/2025)	Judicial	2º Grau	Lei
	3ª Defensoria Cível do 2º Grau	Judicial	2º Grau	Lei
	4ª Defensoria Cível do 2º Grau	Judicial	2º Grau	Lei
	5ª Defensoria Cível do 2º Grau	Judicial	2º Grau	Lei
	6ª Defensoria Cível do 2º Grau	Judicial	2º Grau	Lei
	7ª Defensoria Cível do 2º Grau	Judicial	2º Grau	Lei
	8ª Defensoria Cível do 2º Grau (Extinta pela Resolução nº 191/2021)	Judicial	2º Grau	Lei
	9ª Defensoria Cível do 2º Grau	Judicial	2º Grau	Lei
	10ª Defensoria Cível do 2º Grau	Judicial	2º Grau	Lei
	11ª Defensoria Cível do 2º Grau	Judicial	2º Grau	Lei
	12ª Defensoria Cível do 2º Grau	Judicial	2º Grau	Lei



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

Conselho Superior

13ª Defensoria Cível do 2º Grau	Judicial	2º Grau	Lei
14ª Defensoria Cível do 2º Grau	Judicial	2º Grau	Lei
15ª Defensoria Cível do 2º Grau	Judicial	2º Grau	Lei
16ª Defensoria Cível do 2º Grau	Judicial	2º Grau	Lei
17ª Defensoria Cível do 2º Grau	Judicial	2º Grau	Lei
18ª Defensoria Cível do 2º Grau	Judicial	2º Grau	Lei
19ª Defensoria Cível do 2º Grau	Judicial	2º Grau	Lei
20ª Defensoria Cível do 2º Grau	Judicial	2º Grau	Lei
21ª Defensoria Cível do 2º Grau	Judicial	2º Grau	Lei
22ª Defensoria Cível do 2º Grau	Judicial	2º Grau	Lei
23ª Defensoria Cível do 2º Grau	Judicial	2º Grau	Lei
24ª Defensoria Cível do 2º Grau	Judicial	2º Grau	Lei
25ª Defensoria Cível do 2º Grau	Judicial	2º Grau	Lei
26ª Defensoria Cível do 2º Grau	Judicial	2º Grau	Lei
27ª Defensoria Cível do 2º Grau	Judicial	2º Grau	Lei
28ª Defensoria Cível do 2º Grau	Judicial	2º Grau	Lei
29ª Defensoria Cível do 2º Grau	Judicial	2º Grau	Lei
30ª Defensoria Cível do 2º Grau	Judicial	2º Grau	Lei
31ª Defensoria Cível do 2º Grau	Judicial	2º Grau	Lei
32ª Defensoria Cível do 2º Grau	Judicial	2º Grau	Lei



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

33ª Defensoria Cível do 2º Grau (Incluída pela Resolução nº 229/2024)	Judicial	2º Grau	Lei
34ª Defensoria Cível do 2º Grau (Incluída pela Resolução nº 229/2024)	Judicial	2º Grau	Lei
35ª Defensoria Cível do 2º Grau (Incluída pela Resolução nº 229/2024)	Judicial	2º Grau	Lei
36ª Defensoria Cível do 2º Grau (Incluída pela Resolução nº 229/2024)	Judicial	2º Grau	Lei
37ª Defensoria Cível do 2º Grau (Incluída pela Resolução nº 229/2024)	Judicial	2º Grau	Lei
38ª Defensoria Cível do 2º Grau (Incluída pela Resolução nº 229/2024)	Judicial	2º Grau	Lei
39ª Defensoria Cível do 2º Grau (Incluída pela Resolução nº 229/2024)	Judicial	2º Grau	Lei
1ª Defensoria Criminal do 2º Grau	Judicial	2º Grau	Lei
2ª Defensoria Criminal do 2º Grau	Judicial	2º Grau	Lei
3ª Defensoria Criminal do 2º Grau	Judicial	2º Grau	Lei
4ª Defensoria Criminal do 2º Grau	Judicial	2º Grau	Lei
5ª Defensoria Criminal do 2º Grau	Judicial	2º Grau	Lei
6ª Defensoria Criminal do 2º Grau	Judicial	2º Grau	Lei
7ª Defensoria Criminal do 2º Grau	Judicial	2º Grau	Lei
8ª Defensoria Criminal do 2º Grau	Judicial	2º Grau	Lei
9ª Defensoria Criminal do 2º Grau	Judicial	2º Grau	Lei
10ª Defensoria Criminal do 2º Grau	Judicial	2º Grau	Lei
11ª Defensoria Criminal do 2º Grau	Judicial	2º Grau	Lei
12ª Defensoria Criminal do 2º Grau	Judicial	2º Grau	Lei



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

	13ª Defensoria Criminal do 2º Grau	Judicial	2º Grau	Lei
	14ª Defensoria Criminal do 2º Grau	Judicial	2º Grau	Lei
	15ª Defensoria Criminal do 2º Grau	Judicial	2º Grau	Lei
	16ª Defensoria Criminal do 2º Grau	Judicial	2º Grau	Lei
	17ª Defensoria Criminal do 2º Grau (Incluída pela Resolução nº 229/2024)	Judicial	2º Grau	Lei
	18ª Defensoria Criminal do 2º Grau (Incluída pela Resolução nº 229/2024)	Judicial	2º Grau	Lei
	19ª Defensoria Criminal do 2º Grau (Incluída pela Resolução nº 229/2024)	Judicial	2º Grau	Lei
	20ª Defensoria Criminal do 2º Grau (Incluída pela Resolução nº 241/2025)	Judicial	2º Grau	Lei
DEFENSORIAS DE ENTRÂNCIA FINAL				
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias das Turmas Recursais dos Juizados Cíveis e Criminais			
	Órgão de atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria das Turmas Recursais dos Juizados Cíveis e Criminais (Extinta pela Resolução nº 227/2024)	Judicial	Final	Lei
	2ª Defensoria das Turmas Recursais dos Juizados Cíveis e Criminais	Judicial	Final	Lei
	Defensoria das Turmas Recursais dos Juizados Cíveis e Criminais (Alterada pela Resolução nº 243/2025)	Judicial	Final	Lei
Núcleo Defensorial	Defensorias Cíveis			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria Cível de Fortaleza	Judicial	Final	Lei



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

	2ª Defensoria Cível de Fortaleza	Judicial	Final	Lei
	3ª Defensoria Cível de Fortaleza	Judicial	Final	Lei
	4ª Defensoria Cível de Fortaleza (Extinta pela Resolução nº 205/2022)	Judicial	Final	Lei
	5ª Defensoria Cível de Fortaleza	Judicial	Final	Lei
	6ª Defensoria Cível de Fortaleza	Judicial	Final	Lei
	7ª Defensoria Cível de Fortaleza	Judicial	Final	Lei
	8ª Defensoria Cível de Fortaleza	Judicial	Final	Lei
	9ª Defensoria Cível de Fortaleza	Judicial	Final	Lei
	10ª Defensoria Cível de Fortaleza	Judicial	Final	Lei
	11ª Defensoria Cível de Fortaleza	Judicial	Final	Lei
	12ª Defensoria Cível de Fortaleza	Judicial	Final	Lei
	13ª Defensoria Cível de Fortaleza	Judicial	Final	Lei
	14ª Defensoria Cível de Fortaleza	Judicial	Final	Lei
	15ª Defensoria Cível de Fortaleza	Judicial	Final	Lei
	16ª Defensoria Cível de Fortaleza	Judicial	Final	Lei
	17ª Defensoria Cível de Fortaleza	Judicial	Final	Lei
	18ª Defensoria Cível de Fortaleza	Judicial	Final	Lei
	19ª Defensoria Cível de Fortaleza	Judicial	Final	Lei
	20ª Defensoria Cível de Fortaleza	Judicial	Final	Lei
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias de Família			



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
1ª Defensoria de Família de Fortaleza	Judicial	Final	Lei
2ª Defensoria de Família de Fortaleza	Judicial	Final	Lei
3ª Defensoria de Família de Fortaleza	Judicial	Final	Lei
4ª Defensoria de Família de Fortaleza	Judicial	Final	Lei
5ª Defensoria de Família de Fortaleza	Judicial	Final	Lei
6ª Defensoria de Família de Fortaleza	Judicial	Final	Lei
7ª Defensoria de Família de Fortaleza	Judicial	Final	Lei
8ª Defensoria de Família de Fortaleza	Judicial	Final	Lei
9ª Defensoria de Família de Fortaleza	Judicial	Final	Lei
10ª Defensoria de Família de Fortaleza	Judicial	Final	Lei
11ª Defensoria de Família de Fortaleza	Judicial	Final	Lei
12ª Defensoria de Família de Fortaleza	Judicial	Final	Lei
13ª Defensoria de Família de Fortaleza	Judicial	Final	Lei
14ª Defensoria de Família de Fortaleza	Judicial	Final	Lei
15ª Defensoria de Família de Fortaleza	Judicial	Final	Lei
16ª Defensoria de Família de Fortaleza	Judicial	Final	Lei
17ª Defensoria de Família de Fortaleza	Judicial	Final	Lei
18ª Defensoria de Família de Fortaleza	Judicial	Final	Lei
19ª Defensoria de Família de Fortaleza (Extinta pela Resolução nº 224/2023)	Judicial	Final	Lei



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

	20ª Defensoria de Família de Fortaleza (Extinta pela Resolução nº 224/2023)	Judicial	Final	Lei
	21ª Defensoria de Família de Fortaleza	Judicial	Final	Lei
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias de Sucessões			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Sucessões de Fortaleza	Judicial	Final	Lei
	2ª Defensoria de Sucessões (Extinta pela Resolução nº 249/2026)	Judicial	Final	Lei
	3ª Defensoria de Sucessões (Alterado pela Resolução nº 249/2026) 2ª Defensoria de Sucessões de Fortaleza	Judicial	Final	Lei
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias da Fazenda Pública de Fortaleza			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria da Fazenda Pública de Fortaleza	Judicial	Final	Lei
	2ª Defensoria da Fazenda Pública de Fortaleza	Judicial	Final	Lei
	3ª Defensoria da Fazenda Pública de Fortaleza	Judicial	Final	Lei
	4ª Defensoria da Fazenda Pública de Fortaleza	Judicial	Final	Lei
	5ª Defensoria da Fazenda Pública de Fortaleza	Judicial	Final	Lei
	6ª Defensoria da Fazenda Pública de Fortaleza	Judicial	Final	Lei
	7ª Defensoria da Fazenda Pública de Fortaleza	Judicial	Final	Lei
	8ª Defensoria da Fazenda Pública de Fortaleza (Criada pela Resolução nº 238/2025)	Judicial	Final	Lei



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

	9ª Defensoria da Fazenda Pública de Fortaleza (Criada pela Resolução nº 238/2025)	Judicial	Final	Lei
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias de Registro Público			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Registro Público de Fortaleza	Judicial	Final	Lei
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias da Infância e Juventude			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria da Infância e Juventude de Fortaleza	Judicial	Final	Lei
	2ª Defensoria da Infância e Juventude de Fortaleza	Judicial	Final	Lei
	3ª Defensoria da Infância e Juventude de Fortaleza	Judicial	Final	Lei
	4ª Defensoria da Infância e Juventude de Fortaleza	Judicial	Final	Lei
	5ª Defensoria da Infância e Juventude de Fortaleza	Judicial	Final	Lei
	6ª Defensoria da Infância e Juventude de Fortaleza (Criada pela Resolução nº 198/2021)	Judicial	Final	Lei
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Criminais de Fortaleza			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria Criminal de Fortaleza	Judicial	Final	Lei
	2ª Defensoria Criminal de Fortaleza	Judicial	Final	Lei
	3ª Defensoria Criminal de Fortaleza	Judicial	Final	Lei



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

	4ª Defensoria Criminal de Fortaleza	Judicial	Final	Lei
	5ª Defensoria Criminal de Fortaleza	Judicial	Final	Lei
	6ª Defensoria Criminal de Fortaleza	Judicial	Final	Lei
	7ª Defensoria Criminal de Fortaleza	Judicial	Final	Lei
	8ª Defensoria Criminal de Fortaleza	Judicial	Final	Lei
	9ª Defensoria Criminal de Fortaleza	Judicial	Final	Lei
	10ª Defensoria Criminal de Fortaleza	Judicial	Final	Lei
	11ª Defensoria Criminal de Fortaleza	Judicial	Final	Lei
	12ª Defensoria Criminal de Fortaleza	Judicial	Final	Lei
	13ª Defensoria Criminal de Fortaleza	Judicial	Final	Lei
	14ª Defensoria Criminal de Fortaleza	Judicial	Final	Lei
	15ª Defensoria Criminal de Fortaleza	Judicial	Final	Lei
	16ª Defensoria Criminal de Fortaleza	Judicial	Final	Lei
	18ª Defensoria Criminal de Fortaleza	Judicial	Final	Lei
	19ª Defensoria Criminal de Fortaleza	Judicial	Final	Lei
	20ª Defensoria Criminal de Fortaleza	Judicial	Final	Lei
	21ª Defensoria Criminal de Fortaleza	Judicial	Final	Lei
	22ª Defensoria Criminal de Fortaleza (Extinta pela Resolução nº 198/2021)	Judicial	Final	Lei
	22ª Defensoria Criminal de Fortaleza (Criada pela Resolução nº 233/2024)			
	23ª Defensoria Criminal de Fortaleza (Criada pela Resolução nº 237/2025)	Judicial	Final	Lei
	24ª Defensoria Criminal de Fortaleza (Criada pela Resolução nº 238/2025)	Judicial	Final	Lei



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

	25ª Defensoria Criminal de Fortaleza (Criada pela Resolução nº 249/2026)	Judicial	Final	Lei
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias do Júri			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria do Júri de Fortaleza	Judicial	Final	Lei
	2ª Defensoria do Júri de Fortaleza	Judicial	Final	Lei
	3ª Defensoria do Júri de Fortaleza	Judicial	Final	Lei
	4ª Defensoria do Júri de Fortaleza	Judicial	Final	Lei
	5ª Defensoria do Júri de Fortaleza	Judicial	Final	Lei
	6ª Defensoria do Júri de Fortaleza (Criada pela Resolução nº 238/2025)	Judicial	Final	Lei
	7ª Defensoria do Júri de Fortaleza (Criada pela Resolução nº 238/2025)	Judicial	Final	Lei
	8ª Defensoria do Júri de Fortaleza (Criada pela Resolução nº 238/2025)	Judicial	Final	Lei
	9ª Defensoria do Júri de Fortaleza (Criada pela Resolução nº 238/2025)	Judicial	Final	Lei
	10ª Defensoria do Júri de Fortaleza (Criada pela Resolução nº 238/2025)	Judicial	Final	Lei
	11ª Defensoria do Júri de Fortaleza (Criada pela Resolução nº 238/2025)	Judicial	Final	Lei
12ª Defensoria do Júri de Fortaleza (Criada pela Resolução nº 238/2025)	Judicial	Final	Lei	
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias de Delitos Sobre Tráfico e Uso de Substâncias Entorpecentes			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Delitos Sobre Tráfico e Uso de Substâncias Entorpecentes de Fortaleza	Judicial	Final	Lei



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

	2ª Defensoria de Delitos Sobre Tráfico e Uso de Substâncias Entorpecentes de Fortaleza	Judicial	Final	Lei
	3ª Defensoria de Delitos Sobre Tráfico e Uso de Substâncias Entorpecentes de Fortaleza	Judicial	Final	Lei
	4ª Defensoria de Delitos Sobre Tráfico e uso de Substâncias Entorpecentes de Fortaleza (Criada pela Resolução nº 165/2018)	Judicial	Final	Lei
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias do Juízo Militar			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria do Juízo Militar de Fortaleza (Alterado pela Resolução nº 233/2024) 1ª Defensoria da Justiça Militar	Judicial Extrajudicial e Judicial	Final	Lei
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias de Execução Fiscal			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria das Execuções Fiscais	Judicial	Final	Lei
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias de Execução Criminal, corregedoria de presídios, habeas corpus e penas alternativas			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Execução Criminal de Fortaleza	Judicial	Final	Lei
	2ª Defensoria de Execução Criminal de Fortaleza	Judicial	Final	Lei
	3ª Defensoria de Execução Criminal de Fortaleza	Judicial	Final	Lei



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

	4ª Defensoria De Execução Criminal de Fortaleza (Incluída pela Resolução nº 205/2022)	Judicial	Final	Lei
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias de Curadoria Especial de Fortaleza			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Curadoria Especial de Fortaleza (Criada pela Resolução nº 224/2023)	Judicial	Final	Lei
	2ª Defensoria de Curadoria Especial de Fortaleza	Judicial	Final	Lei
	3ª Defensoria de Curadoria Especial de Fortaleza	Judicial	Final	Lei
	4ª Defensoria de Curadoria Especial de Fortaleza	Judicial	Final	Lei
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais de Fortaleza			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	2ª Defensoria dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais de Fortaleza	JECC	Final	Lei
	3ª Defensoria dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais de Fortaleza (Alterada pela Resolução nº 165/2018)	JECC	Final	Lei
	5ª Defensoria dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais de Fortaleza	JECC	Final	Lei
	6ª Defensoria dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais de Fortaleza	JECC	Final	Lei
	9ª Defensoria dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais de Fortaleza (Extinta pela Resolução nº 237/2025)	JECC	Final	Lei
	10ª Defensoria dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais de Fortaleza	JECC	Final	Lei
	12ª Defensoria dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais de Fortaleza	JECC	Final	Lei



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

	13ª Defensoria dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais de Fortaleza	JECC	Final	Lei
	14ª Defensoria dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais de Fortaleza	JECC	Final	Lei
	15ª Defensoria dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais de Fortaleza	JECC	Final	Lei
	16ª Defensoria dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais de Fortaleza	JECC	Final	Lei
	17ª Defensoria dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais de Fortaleza	JECC	Final	Lei
	18ª Defensoria dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais de Fortaleza	JECC	Final	Lei
	19ª Defensoria dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais de Fortaleza	JECC	Final	Lei
	20ª Defensoria dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais de Fortaleza	JECC	Final	Lei
	Núcleo das Defensorias do Juizado da Violência Contra a Mulher de Fortaleza			
Núcleo Defensorial	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria do Juizado da Violência Contra a Mulher	Judicial	Final	Lei
	1ª Defensoria de Orientação e Assistência Jurídica do(a) Acusado(a)	Judicial	Final	Lei
	2ª Defensoria de Orientação e Assistência Jurídica do(a) Acusado(a)	Judicial	Final	Lei
	3ª Defensoria de Orientação e Assistência Jurídica do(a) Acusado(a) (Criada pela Resolução nº 224/2023)	Judicial	Final	Lei
	Núcleo de Atendimento e Petição Inicial (NAPI) de Fortaleza			
Núcleo Defensorial	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria do Núcleo de Atendimento e Petição Inicial de Fortaleza	Extrajudicial	Final	Lei
	2ª Defensoria do Núcleo de Atendimento e Petição Inicial de Fortaleza	Extrajudicial	Final	Lei



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

	3ª Defensoria do Núcleo de Atendimento e Petição Inicial de Fortaleza	Extrajudicial	Final	Lei
	4ª Defensoria do Núcleo de Atendimento e Petição Inicial de Fortaleza	Extrajudicial	Final	Lei
	5ª Defensoria do Núcleo de Atendimento e Petição Inicial de Fortaleza	Extrajudicial	Final	Lei
	6ª Defensoria do Núcleo de Atendimento e Petição Inicial e Unidade Móvel (Alterada pela Resolução nº 245/2026)	Extrajudicial	Final	Lei
	6ª Defensoria do Núcleo de Atendimento e Petição Inicial de Fortaleza			
	7ª Defensoria do Núcleo de Atendimento e Petição Inicial de Fortaleza	Extrajudicial	Final	Lei
	8ª Defensoria do Núcleo de Atendimento e Petição Inicial e Unidade Móvel (Alterada pela Resolução nº 245/2026)	Extrajudicial	Final	Lei
	8ª Defensoria do Núcleo de Atendimento e Petição Inicial de Fortaleza			
	9ª Defensoria do Núcleo de Atendimento e Petição Inicial de Fortaleza (Extinta pela Resolução nº 245/2026)	Extrajudicial	Final	Lei
	10ª Defensoria do Núcleo de Atendimento e Petição Inicial de Fortaleza	Extrajudicial	Final	Lei
Núcleo Defensorial	Núcleo de Solução Extrajudicial de Conflitos (NUSOL) de Fortaleza			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria do Núcleo de Solução Extrajudicial de Conflitos de Fortaleza	Extrajudicial	Final	Lei
	2ª Defensoria do Núcleo de Solução Extrajudicial de Conflitos de Fortaleza	Extrajudicial	Final	Lei
	3ª Defensoria do Núcleo de Solução Extrajudicial de Conflitos de Fortaleza (Extinta pela Resolução nº 233/2024)	Extrajudicial	Final	Lei
Núcleo Defensorial	Núcleo de Resposta do Réu (NURDP) de Fortaleza			



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria do Núcleo de Resposta do Réu	Extrajudicial	Final	Lei
	2ª Defensoria do Núcleo de Resposta do Réu	Extrajudicial	Final	Lei
	3ª Defensoria do Núcleo de Resposta do Réu	Extrajudicial	Final	Lei
	4ª Defensoria do Núcleo de Resposta do Réu	Extrajudicial	Final	Lei
Núcleo Defensorial	Núcleo de Direitos Humanos e Ações Coletivas (NUDHAC) de Fortaleza			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria do Núcleo de Direitos Humanos e Ações Coletivas de Fortaleza	Extrajudicial	Final	Lei
	2ª Defensoria do Núcleo de Direitos Humanos e Ações Coletivas de Fortaleza	Extrajudicial	Final	Lei
Núcleo Defensorial	Núcleo de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher (NUDEM) de Fortaleza			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria do Núcleo de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher de Fortaleza	Extrajudicial	Final	Lei
	2ª Defensoria do Núcleo de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher de Fortaleza	Extrajudicial	Final	Lei
	3ª Defensoria do Núcleo de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher de Fortaleza	Extrajudicial	Final	Lei
Núcleo Defensorial	Núcleo de Defesa da Saúde (NUDESA) de Fortaleza			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

	1ª Defensoria do Núcleo de Defesa da Saúde de Fortaleza	Extrajudicial	Final	Lei
	2ª Defensoria do Núcleo de Defesa da Saúde de Fortaleza	Extrajudicial	Final	Lei
	3ª Defensoria do Núcleo de Defesa da Saúde de Fortaleza	Extrajudicial	Final	Lei
Núcleo Defensorial	Núcleo de Defesa do Consumidor (NUDECON) de Fortaleza			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria do Núcleo de Defesa do Consumidor de Fortaleza	Judicial	Final	Lei
	2ª Defensoria do Núcleo de Defesa do Consumidor de Fortaleza	Judicial	Final	Lei
	3ª Defensoria do Núcleo de Defesa do Consumidor de Fortaleza (Criada pela Resolução nº 227/2024)	Judicial	Final	Lei
Núcleo Defensorial	Núcleo de Habitação e Moradia (NUHAM) de Fortaleza			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria do Núcleo de Habitação e Moradia de Fortaleza	Extrajudicial	Final	Lei
	2ª Defensoria do Núcleo de Habitação e Moradia de Fortaleza	Extrajudicial	Final	Lei
Núcleo Defensorial	Núcleo de Atendimento da Defensoria Pública da Infância e Juventude (NADIJ) de Fortaleza			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria do Núcleo de Atendimento da Defensoria Pública da Infância e Juventude de Fortaleza	Extrajudicial/ Judicial	Final	Lei



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

	2ª Defensoria do Núcleo de Atendimento da Defensoria Pública da Infância e Juventude de Fortaleza	Extrajudicial/ Judicial	Final	Lei
Núcleo Defensorial	Núcleo de Atendimento aos Jovens e Adolescentes em Conflito com a Lei (NUAJA) de Fortaleza e Projeto Justiça Já			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria do Núcleo de Atendimento aos Jovens e Adolescentes em Conflito com a Lei de Fortaleza	Extrajudicial/ Judicial	Final	Lei
	2ª Defensoria do Núcleo de Atendimento aos Jovens e Adolescentes em Conflito com a Lei de Fortaleza	Extrajudicial/ Judicial	Final	Lei
	3ª Defensoria do Núcleo de Atendimento aos Jovens e Adolescentes em Conflito com a Lei de Fortaleza	Judicial	Final	Lei
Núcleo Defensorial	Núcleo Especializado de Atendimento à Pessoa Idosa (NEAPI)			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria do Núcleo do Idoso	Extrajudicial	Final	Lei
	2ª Defensoria do Núcleo do Idoso	Extrajudicial	Final	Lei
	3ª Defensoria do Núcleo do Idoso (Criada pela Resolução nº 245/2026)	Extrajudicial	Final	Lei
Núcleo Defensorial	Núcleos Descentralizados de Fortaleza			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria do Núcleo Descentralizado do Mucuripe	Extrajudicial	Final	Lei
	2ª Defensoria do Núcleo Descentralizado do Mucuripe	Extrajudicial	Final	Lei



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

	1ª Defensoria do Núcleo Descentralizado do Tancredo Neves (Extinta pela Resolução nº 235/2025)	Extrajudicial	Final	Lei
	1ª Defensoria do Núcleo Descentralizado do João XXIII	Extrajudicial	Final	Lei
	2ª Defensoria do Núcleo Descentralizado do João XXIII	Extrajudicial	Final	Lei
	3ª Defensoria do Núcleo Descentralizado do João XXIII	Extrajudicial	Final	Lei
	Núcleo Defensorial			
	Núcleo de Assistência aos Presos Provisórios e às Vítimas de Violência (NUAPP) de Fortaleza			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria do Núcleo de Assistência aos Presos Provisórios e às Vítimas de Violência de Fortaleza	Judicial/ Extrajudicial	Final	Lei
	2ª Defensoria do Núcleo de Assistência aos Presos Provisórios e às Vítimas de Violência de Fortaleza	Judicial/ Extrajudicial	Final	Lei
	3ª Defensoria do Núcleo de Assistência aos Presos Provisórios e às Vítimas de Violência de Fortaleza	Judicial/ Extrajudicial	Final	Lei
	4ª Defensoria do Núcleo de Assistência aos Presos Provisórios e às Vítimas de Violência de Fortaleza	Judicial/ Extrajudicial	Final	Lei
	5ª Defensoria do Núcleo de Assistência aos Presos Provisórios e às Vítimas de Violência de Fortaleza	Judicial/ Extrajudicial	Final	Lei
	6ª Defensoria do Núcleo de Assistência aos Presos Provisórios e às Vítimas de Violência de Fortaleza	Judicial/ Extrajudicial	Final	Lei
	7ª Defensoria do Núcleo de Assistência aos Presos Provisórios e às Vítimas de Violência de Fortaleza	Judicial/ Extrajudicial	Final	Lei
	8ª Defensoria do Núcleo de Assistência aos Presos Provisórios e às Vítimas de	Judicial/	Final	Lei



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

	Violência de Fortaleza	Extrajudicial		
Núcleo Defensorial	Núcleo da Defensoria Pública Especializado em Execução Penal (NUDEP) de Fortaleza			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria do Núcleo da Defensoria Pública Especializado em Execução Penal de Fortaleza	Extrajudicial	Final	Lei
	2ª Defensoria do Núcleo da Defensoria Pública Especializado em Execução Penal de Fortaleza	Extrajudicial	Final	Lei
	3ª Defensoria do Núcleo da Defensoria Pública Especializado em Execução Penal de Fortaleza	Extrajudicial	Final	Lei
	4ª Defensoria do Núcleo da Defensoria Pública Especializado em Execução Penal de Fortaleza	Extrajudicial	Final	Lei
	5ª Defensoria do Núcleo da Defensoria Pública Especializado em Execução Penal de Fortaleza	Extrajudicial	Final	Lei
	6ª Defensoria do Núcleo da Defensoria Pública Especializado em Execução Penal de Fortaleza	Extrajudicial	Final	Lei
	7ª Defensoria do Núcleo da Defensoria Pública Especializado em Execução Penal de Fortaleza	Extrajudicial	Final	Lei
Núcleo Local:	Defensorias Auxiliares de Entrância Final			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Auxiliares de Entrância Final			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria Auxiliar de Entrância Final	Auxiliar	Final	Lei



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

	2ª Defensoria Auxiliar de Entrância Final	Auxiliar	Final	Lei
	3ª Defensoria Auxiliar de Entrância Final	Auxiliar	Final	Lei
	4ª Defensoria Auxiliar de Entrância Final	Auxiliar	Final	Lei
	5ª Defensoria Auxiliar de Entrância Final	Auxiliar	Final	Lei
	6ª Defensoria Auxiliar de Entrância Final	Auxiliar	Final	Lei
	7ª Defensoria Auxiliar de Entrância Final	Auxiliar	Final	Lei
	8ª Defensoria Auxiliar de Entrância Final	Auxiliar	Final	Lei
	9ª Defensoria Auxiliar de Entrância Final	Auxiliar	Final	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Caucaia			
Núcleo Defensorial	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria Cível de Caucaia (Criada pela Resolução nº 235/2025)	Judicial	Final	Lei
	2ª Defensoria Cível de Caucaia	Judicial	Final	Lei
Núcleo Defensorial	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Família e Sucessões de Caucaia	Judicial	Final	Lei
	2ª Defensoria de Família e Sucessões de Caucaia	Judicial	Final	Lei
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Criminais de Caucaia			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	2ª Defensoria Criminal de Caucaia	Judicial	Final	Lei



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

	3ª Defensoria Criminal de Caucaia	Judicial	Final	Lei
	4ª Defensoria Criminal de Caucaia	Judicial	Final	Lei
	5ª Defensoria Criminal de Caucaia (Criada pela Resolução nº 222/2023)	Judicial	Final	Lei
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias do Júri de Caucaia			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria do Júri de Caucaia	Judicial	Final	Lei
Núcleo Defensorial	Núcleo de Atendimento e Petição Inicial (NAPI) de Caucaia			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria do Núcleo de Atendimento e Petição Inicial de Caucaia	Extrajudicial	Final	Lei
	2ª Defensoria do Núcleo de Atendimento e Petição Inicial de Caucaia	Extrajudicial	Final	Lei
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias do 4º Núcleo Regional de Custódia Inquérito em Caucaia (Criada pela Resolução nº 222/2023)			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria do 4º Núcleo Regional de Custódia e Inquérito em Caucaia	Judicial	Final	Lei
	2ª Defensoria do 4º Núcleo Regional de Custódia e Inquérito em Caucaia	Judicial	Final	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Maracanaú			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Cíveis de Maracanaú			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

	1ª Defensoria Cível de Maracanaú (Alterada pela Resolução nº 175/2019)	Judicial	Final	Lei
	2ª Defensoria Cível de Maracanaú	Judicial	Final	Lei
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias de Família e Sucessões de Maracanaú			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Família e Sucessões de Maracanaú	Judicial	Final	Lei
	2ª Defensoria de Família e Sucessões de Maracanaú (Criada pela Resolução nº 175/2019)	Judicial	Final	Lei
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Criminais de Maracanaú			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria Criminal de Maracanaú	Judicial	Final	Lei
	2ª Defensoria Criminal de Maracanaú	Judicial	Final	Lei
	3ª Defensoria Criminal de Maracanaú	Judicial	Final	Lei
Núcleo Defensorial	Núcleo de Atendimento e Petição Inicial de Maracanaú			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria do Núcleo de Atendimento e Petição Inicial de Maracanaú	Extrajudicial	Final	Lei
	2ª Defensoria do Núcleo de Atendimento e Petição Inicial de Maracanaú	Extrajudicial	Final	Lei
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias do Juizado da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Maracanaú (Criado pela Resolução nº 222/2023)			



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria do Juizado de Violência Doméstica e Familiar da Comarca de Maracanaú	Judicial	Final	Lei
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias do 7º Núcleo Regional de Custódia Inquérito em Maracanaú (Criado pela Resolução nº 238/2025)			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria do 7º Núcleo Regional de Custódia Inquérito em Maracanaú	Judicial	Final	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Juazeiro do Norte			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Cíveis de Juazeiro do Norte			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria Cível de Juazeiro do Norte	Judicial	Final	Lei
	2ª Defensoria Cível de Juazeiro do Norte	Judicial	Final	Lei
	3ª Defensoria Cível de Juazeiro do Norte	Judicial	Final	Lei
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias de Família e Sucessões de Juazeiro do Norte			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Família e Sucessões de Juazeiro do Norte	Judicial	Final	Lei
	2ª Defensoria de Família e Sucessões de Juazeiro do Norte	Judicial	Final	Lei
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Criminais de Juazeiro do Norte			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

	1ª Defensoria Criminal de Juazeiro do Norte	Judicial	Final	Lei
	2ª Defensoria Criminal de Juazeiro do Norte	Judicial	Final	Lei
	3ª Defensoria Criminal de Juazeiro do Norte	Judicial	Final	Lei
	4ª Defensoria Criminal de Juazeiro do Norte (Criada pela Resolução nº 222/2023)	Judicial	Final	Lei
	5ª Defensoria Criminal de Juazeiro do Norte (Criado pela Resolução nº 238/2025)	Judicial	Final	Lei
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias do Juizado da Violência Contra a Mulher de Juazeiro do Norte			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria do Juizado da Violência Contra a Mulher de Juazeiro do Norte	Judicial	Final	Lei
Núcleo Defensorial	Núcleo de Atendimento e Petição Inicial (NAPI) de Juazeiro do Norte			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria do Núcleo de Atendimento e Petição Inicial de Juazeiro do Norte	Extrajudicial	Final	Lei
	2ª Defensoria do Núcleo de Atendimento e Petição Inicial de Juazeiro do Norte	Extrajudicial	Final	Lei
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias do 1º Núcleo Regional de Custódia Inquérito em Juazeiro do Norte (Criado pela Resolução nº 222/2023)			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria do 1º Núcleo Regional de Custódia e Inquérito em Juazeiro do Norte	Judicial	Final	Lei
	2ª Defensoria do 1º Núcleo Regional de Custódia e Inquérito em Juazeiro do Norte	Judicial	Final	Lei



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

Núcleo Defensorial	Núcleo de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher (NUDEM) do Cariri			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria do Núcleo de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher do Cariri	Extrajudicial	Final	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Sobral			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Cíveis de Sobral			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria Cível de Sobral	Judicial	Final	Lei
	2ª Defensoria Cível de Sobral	Judicial	Final	Lei
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias de Família e Sucessões de Sobral			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Família e Sucessões de Sobral	Judicial	Final	Lei
	2ª Defensoria de Família e Sucessões de Sobral	Judicial	Final	Lei
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Criminais de Sobral			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria Criminal de Sobral	Judicial	Final	Lei
	2ª Defensoria Criminal de Sobral	Judicial	Final	Lei
	3ª Defensoria Criminal de Sobral	Judicial	Final	Lei
	4ª Defensoria Criminal de Sobral (Criada pela Resolução nº 222/2023)	Judicial	Final	Lei



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

Núcleo Defensorial	Núcleo de Atendimento e Petição Inicial (NAPI) de Sobral			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria do Núcleo de Atendimento e Petição Inicial de Sobral	Extrajudicial	Final	Lei
	2ª Defensoria do Núcleo de Atendimento e Petição Inicial de Sobral	Extrajudicial	Final	Lei
	3ª Defensoria do Núcleo de Atendimento e Petição Inicial de Sobral	Extrajudicial	Final	Lei
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias do Juizado da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Sobral (Criado pela Resolução nº 222/2023)			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria do Juizado de Violência Doméstica e Familiar da Comarca de Sobral	Judicial	Final	Lei
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias do 5º Núcleo Regional de Custódia e Inquérito em Sobral (Criado pela Resolução nº 222/2023)			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria do 5º Núcleo Regional de Custódia e Inquérito em Sobral	Judicial	Final	Lei
	2ª Defensoria do 5º Núcleo Regional de Custódia e Inquérito em Sobral	Judicial	Final	Lei
Núcleo Local:	Defensorias do Crato			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Cíveis do Crato			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

	1ª Defensoria Cível do Crato	Judicial	Final	Lei
	2ª Defensoria Cível do Crato	Judicial	Final	Lei
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias de Família e Sucessões do Crato			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Família e Sucessões do Crato	Judicial	Final	Lei
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Criminais do Crato			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria Criminal do Crato	Judicial	Final	Lei
	2ª Defensoria Criminal do Crato	Judicial	Final	Lei
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias do Juizado da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca do Crato (Criado pela Resolução nº 222/2023)			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria do Juizado de Violência Doméstica e Familiar da Comarca do Crato	Judicial	Final	Lei
Núcleo Defensorial	Núcleo de Atendimento e Petição Inicial (NAPI) do Crato			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria do Núcleo de Atendimento e Petição Inicial do Crato	Extrajudicial	Final	Lei
	2ª Defensoria do Núcleo de Atendimento e Petição Inicial do Crato (Extinta pela Resolução nº 235/2025)	Extrajudicial	Final	Lei



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

	2ª Defensoria do Núcleo de Atendimento e Petição Inicial do Crato (Criada pela Resolução nº 238/2025)	Extrajudicial	Final	Lei
Núcleo Defensorial	Núcleo de Defesa da Saúde do Cariri			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria do Núcleo de Defesa da Saúde do Cariri (Criada pela Resolução nº 235/2025)	Judicial	Final	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Iguatu (Incluído pela Resolução nº 222/2023)			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Iguatu			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria Criminal de Iguatu (Alterada pela Resolução nº 189/2021)	Judicial	Final	Lei
	2ª Defensoria Criminal de Iguatu (Criado pela Resolução nº 222/2023)	Judicial	Final	Lei
	1ª Defensoria Cível de Iguatu (Alterada pela Resolução nº 189/2021) Defensoria de Família e Sucessões da Comarca de Iguatu (Alterado pela Resolução nº 239/2025)	Judicial	Final	Lei
	2ª Defensoria Cível de Iguatu (Alterada pela Resolução nº 189/2021) Defensorias Cíveis de Iguatu (Alterado pela Resolução nº 239/2025)	Judicial	Final	Lei
Órgão Defensorial:	Núcleo das Defensorias dos Juizados Especiais de Iguatu (Criado pela Resolução nº 222/2023)			
	Órgão atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Iguatu	Judicial	Final	Lei



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

Órgão Defensorial:	Núcleo das Defensorias do 2º Núcleo Regional de Custódia e Inquérito em Iguatu (Criado pela Resolução nº 222/2023)			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria do 2º Núcleo Regional de Custódia e Inquérito em Iguatu	Judicial	Final	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Tauá (Incluído pela Resolução nº 222/2023)			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Tauá			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria Criminal de Tauá (Alterada pela Resolução nº 189/2021)	Judicial	Final	Lei
	2ª Defensoria Criminal de Tauá (Criado pela Resolução nº 222/2023) (Extinto pela Resolução nº 238/2025)	Judicial	Final	Lei
	1ª Defensoria Cível de Tauá (Alterada pela Resolução nº 189/2021) (Extinto pela Resolução nº 238/2025)	Judicial	Final	Lei
	2ª Defensoria Cível de Tauá (Alterada pela Resolução nº 189/2021)	Judicial	Final	Lei
Órgão Defensorial:	Núcleo das Defensorias dos Juizados Especiais de Tauá (Criado pela Resolução nº 222/2023)			
	Órgão atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Tauá (Extinto pela Resolução nº 238/2025)	Judicial	Final	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Quixadá (Incluído pela Resolução nº 222/2023)			
	Núcleo das Defensorias Forenses de Quixadá			



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

Núcleo Defensorial	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria Criminal de Quixadá (Alterada pela Resolução nº 189/2021)	Judicial	Final	Lei
	2ª Defensoria Criminal de Quixadá (Criado pela Resolução nº 222/2023)	Judicial	Final	Lei
	1ª Defensoria Cível de Quixadá (Criado pela Resolução nº 240/2025)	Judicial	Final	Lei
	2ª Defensoria Cível de Quixadá (Alterada pela Resolução nº 189/2021)	Judicial	Final	Lei
Órgão Defensorial:	Núcleo das Defensorias dos Juizados Especiais de Quixadá (Criado pela Resolução nº 222/2023)			
	Órgão atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Quixadá (Alterado pela Resolução nº 240/2025)	Judicial	Final	Lei
Órgão Defensorial:	Núcleo das Defensorias do 3º Núcleo Regional de Custódia e Inquérito em Quixadá (Criado pela Resolução nº 222/2023)			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria do 3º Núcleo Regional de Custódia e Inquérito em Quixadá	Judicial	Final	Lei
DEFENSORIAS DE ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA				
Núcleo Local:	Defensorias de Aurora			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Aurora			



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Aurora (Extinta pela Resolução nº 238/2025)	Judicial	Intermediária	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Barbalha			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Barbalha			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Barbalha (Alterado pela Resolução nº 189/2021) Defensoria Criminal de Barbalha	Judicial	Intermediária	Lei
	2ª Defensoria de Barbalha (Alterado pela Resolução nº 189/2021) 1ª Defensoria Cível de Barbalha	Judicial	Intermediária	Lei
	3ª Defensoria de Barbalha (Alterado pela Resolução nº 189/2021) 2ª Defensoria Cível de Barbalha	Judicial	Intermediária	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Brejo Santo			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Brejo Santo			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Brejo Santo (Alterada pela Resolução nº 189/2021) Defensoria Cível de Brejo Santo	Judicial	Intermediária	Lei
	2ª Defensoria de Brejo Santo (Alterada pela Resolução nº 189/2021) Defensoria Criminal de Brejo Santo	Judicial	Intermediária	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Acopiara			



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Acopiara			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Acopiara (Alterada pela Resolução nº 189/2021) Defensoria Cível de Acopiara	Judicial	Intermediária	Lei
	2ª Defensoria de Acopiara (Alterada pela Resolução nº 189/2021) Defensoria Criminal de Acopiara	Judicial	Intermediária	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Cedro			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Cedro			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Cedro	Judicial	Intermediária	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Icó			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Icó			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	Defensoria Cível de Icó	Judicial	Intermediária	Lei
	Defensoria Criminal de Icó (Criada pela Resolução nº 238/2025)	Judicial	Intermediária	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Lavras da Mangabeira			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Lavras da Mangabeira			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

	1ª Defensoria de Lavras da Mangabeira	Judicial	Intermediária	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Várzea Alegre			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Várzea Alegre			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Várzea Alegre	Judicial	Intermediária	Lei
	2ª Defensoria de Várzea Alegre (Extinto pela Resolução nº 179/2019)	Judicial	Intermediária	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Aracoiaba			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Aracoiaba			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Aracoiaba (Extinto pela Resolução nº 179/2019)	Judicial	Intermediária	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Baturité			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Baturité			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Baturité (Alterado pela Resolução nº 189/2021) Defensoria Cível de Baturité	Judicial	Intermediária	Lei
	2ª Defensoria de Baturité (Alterado pela Resolução nº 189/2021) Defensoria Criminal de Baturité	Judicial	Intermediária	Lei



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

Núcleo Local:	Defensorias de Canindé			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Canindé			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Canindé (Alterado pela Resolução nº 189/2021) Defensoria Cível de Canindé	Judicial	Intermediária	Lei
	2ª Defensoria de Canindé (Alterado pela Resolução nº 189/2021) Defensoria Criminal de Canindé	Judicial	Intermediária	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Mombaça			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Mombaça			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Mombaça (Alterada pela Resolução nº 189/2021) Defensoria Cível de Mombaça	Judicial	Intermediária	Lei
	2ª Defensoria de Mombaça (Alterada pela Resolução nº 189/2021) Defensoria Criminal de Mombaça	Judicial	Intermediária	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Quixeramobim			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Quixeramobim			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Quixeramobim (Alterada pela Resolução nº 189/2021) Defensoria Cível de Quixeramobim	Judicial	Intermediária	Lei
	2ª Defensoria de Quixeramobim (Alterada pela Resolução nº 189/2021)	Judicial	Intermediária	Lei



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

	Defensoria Criminal de Quixeramobim			
Núcleo Local:	Defensorias de Senador Pompeu			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Senador Pompeu			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Senador Pompeu (Alterada pela Resolução nº 189/2021) Defensoria Cível de Senador Pompeu	Judicial	Intermediária	Lei
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias dos Juizados Especiais de Senador Pompeu			
	Defensoria do Juizado Especial de Senador Pompeu (Extinto pela Resolução nº 165/2018)	Judicial	Intermediária	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Russas			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Russas			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Russas (Alterada pela Resolução nº 189/2021) Defensoria Cível de Russas	Judicial	Intermediária	Lei
	2ª Defensoria de Russas (Alterada pela Resolução nº 189/2021) Defensoria Criminal de Russas	Judicial	Intermediária	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Aracati			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Aracati			



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Aracati Defensoria Criminal de Aracati (Alterada pela Resolução nº 189/2021)	Judicial	Intermediária	Lei
	2ª Defensoria de Aracati (Alterada pela Resolução nº 189/2021) 1ª Defensoria Cível de Aracati	Judicial	Intermediária	Lei
	3ª Defensoria de Aracati (Alterada pela Resolução nº 189/2021) 2ª Defensoria Cível de Aracati	Judicial	Intermediária	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Beberibe			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Beberibe			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Beberibe	Judicial	Intermediária	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Cascavel			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Cascavel			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Cascavel (Alterado pela Resolução nº 189/2021) Defensoria Cível de Cascavel	Judicial	Intermediária	Lei
	2ª Defensoria de Cascavel (Alterado pela Resolução nº 189/2021) Defensoria Criminal de Cascavel	Judicial	Intermediária	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Limoeiro do Norte			



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Limoeiro do Norte			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Limoeiro do Norte (Alterada pela Resolução nº 189/2021) 1ª Defensoria Criminal de Limoeiro do Norte	Judicial	Intermediária	Lei
	2ª Defensoria de Limoeiro do Norte (Alterada pela Resolução nº 189/2021) 1ª Defensoria Cível de Limoeiro do Norte	Judicial	Intermediária	Lei
	3ª Defensoria de Limoeiro do Norte (Alterada pela Resolução nº 189/2021) 2ª Defensoria Cível de Limoeiro do Norte	Judicial	Intermediária	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Morada Nova			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Morada Nova			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Morada Nova (Alterada pela Resolução nº 189/2021) 1ª Defensoria Criminal de Morada Nova	Judicial	Intermediária	Lei
	2ª Defensoria de Morada Nova (Alterada pela Resolução nº 189/2021) 1ª Defensoria Cível de Morada Nova	Judicial	Intermediária	Lei
	3ª Defensoria de Morada Nova (Alterada pela Resolução nº 189/2021) 2ª Defensoria Cível de Morada Nova	Judicial	Intermediária	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Aquiraz			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Aquiraz			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

	1ª Defensoria de Aquiraz (Alterada pela Resolução nº 189/2021) Defensoria Cível de Aquiraz	Judicial	Intermediária	Lei
	2ª Defensoria de Aquiraz (Alterada pela Resolução nº 189/2021) Defensoria Criminal de Aquiraz	Judicial	Intermediária	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Eusébio			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Eusébio			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Eusébio (Alterada pela Resolução nº 189/2021) Defensoria Criminal de Eusébio	Judicial	Intermediária	Lei
	2ª Defensoria de Eusébio (Alterada pela Resolução nº 189/2021) 1ª Defensoria Cível de Eusébio	Judicial	Intermediária	Lei
	3ª Defensoria de Eusébio (Alterada pela Resolução nº 189/2021) 2ª Defensoria Cível de Eusébio	Judicial	Intermediária	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Maranguape			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Maranguape			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Maranguape (Alterada pela Resolução nº 189/2021) 2ª Defensoria Cível de Maranguape	Judicial	Intermediária	Lei
	2ª Defensoria de Maranguape (Alterada pela Resolução nº 189/2021) Defensoria Criminal de Maranguape	Judicial	Intermediária	Lei



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

	3ª Defensoria de Maranguape (Alterada pela Resolução nº 189/2021) 1ª Defensoria Cível de Maranguape	Judicial	Intermediária	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Pacajus			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Pacajus			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Pacajus (Alterada pela Resolução nº 189/2021) Defensoria Cível de Pacajus	Judicial	Intermediária	Lei
	2ª Defensoria de Pacajus (Alterada pela Resolução nº 189/2021) Defensoria Criminal de Pacajus	Judicial	Intermediária	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Pacatuba			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Pacatuba			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Pacatuba (Alterada pela Resolução nº 189/2021) Defesnsoria Cível de Pacajus	Judicial	Intermediária	Lei
	2ª Defensoria de Pacatuba (Alterada pela Resolução nº 189/2021) Defensoria Criminal de Pacatuba	Judicial	Intermediária	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Itapajé			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Itapajé			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

	1ª-Defensoria de Itapajé (Alterada pela Resolução nº 189/2021) Defensoria Cível de Itapajé	Judicial	Intermediária	Lei
	2ª-Defensoria de Itapajé (Alterada pela Resolução nº 189/2021) Defensoria Criminal de Itapajé	Judicial	Intermediária	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Itapipoca			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Itapipoca			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª-Defensoria de Itapipoca (Alterada pela Resolução nº 189/2021) Defensoria Criminal de Itapipoca	Judicial	Intermediária	Lei
	2ª-Defensoria de Itapipoca (Alterada pela Resolução nº 189/2021) 1ª Defensoria Cível de Itapipoca	Judicial	Intermediária	Lei
	3ª-Defensoria de Itapipoca (Alterada pela Resolução nº 189/2021) 2ª Defensoria Cível de Itapipoca	Judicial	Intermediária	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de São Gonçalo do Amarante (Alterada pela Resolução nº 179/2019)			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de São Gonçalo do Amarante			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª-Defensoria de São Gonçalo do Amarante (Alterada pela Resolução nº 189/2021) Defensoria Cível de São Gonçalo do Amarante	Judicial	Intermediária	Lei
	2ª-Defensoria de São Gonçalo do Amarante (Alterada pela Resolução nº 189/2021) Defensoria Criminal de São Gonçalo do Amarante	Judicial	Intermediária	Lei



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

Núcleo Local:	Defensorias de Uruburetama			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Uruburetama			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Uruburetama (Extinto pela Resolução nº 179/2019)	Judicial	Intermediária	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Camocim			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Camocim			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Camocim (Alterada pela Resolução nº 189/2021) Defensoria Cível de Camocim	Judicial	Intermediária	Lei
	2ª Defensoria de Camocim (Alterada pela Resolução nº 189/2021) Defensoria Criminal de Camocim	Judicial	Intermediária	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Granja			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Granja			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Granja (Alterada pela Resolução nº 189/2021) Defensoria Cível de Granja	Judicial	Intermediária	Lei
	2ª Defensoria de Granja (Alterada pela Resolução nº 189/2021) Defensoria Criminal de Granja	Judicial	Intermediária	Lei



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

Núcleo Local:	Defensorias de Massapê			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Massapê			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Massapê (Alterada pela Resolução nº 189/2021) Defensoria Cível de Massapê	Judicial	Intermediária	Lei
	2ª Defensoria de Massapê (Alterada pela Resolução nº 189/2021) Defensoria Criminal de Massapê	Judicial	Intermediária	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Tianguá			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Tianguá			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Tianguá (Alterada pela Resolução nº 189/2021) 2ª Defensoria Cível de Tianguá	Judicial	Intermediária	Lei
	2ª Defensoria de Tianguá (Alterada pela Resolução nº 189/2021) Defensoria Criminal de Tianguá	Judicial	Intermediária	Lei
	3ª Defensoria de Tianguá (Alterada pela Resolução nº 189/2021) 1ª Defensoria Cível de Tianguá	Judicial	Intermediária	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Ipu			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Ipu			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Ipu	Judicial	Intermediária	Lei



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

Conselho Superior

Núcleo Local:	Defensorias de São Benedito			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de São Benedito			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de São Benedito	Judicial	Intermediária	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Ubajara			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Ubajara			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Ubajara	Judicial	Intermediária	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Viçosa do Ceará			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Viçosa do Ceará			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Viçosa do Ceará	Judicial	Intermediária	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Crateús			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Crateús			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Crateús (Alterada pela Resolução nº 189/2021) Defensoria Criminal de Crateús	Judicial	Intermediária	Lei



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

	2ª Defensoria de Crateús (Alterada pela Resolução nº 189/2021) 1ª Defensoria Cível de Crateús	Judicial	Intermediária	Lei
	3ª Defensoria de Crateús (Alterada pela Resolução nº 189/2021) 2ª Defensoria Cível de Crateús	Judicial	Intermediária	Lei
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias dos Juizados Especiais de Crateús			
	Defensoria do Juizado Especial de Crateús (Extinto pela Resolução nº 179/2019)	Judicial	Intermediária	Lei
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias do 6º Núcleo Regional de Custódia e Inquérito em Crateús (Criada pela Resolução nº 225/2023)			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria do 6º Núcleo Regional de Custódia e Inquérito em Crateús	Judicial	Intermediária	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Nova Russas			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Nova Russas			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Nova Russas (Alterada pela Resolução nº 189/2021) Defensoria Cível de Nova Russas	Judicial	Intermediária	Lei
	2ª Defensoria de Nova Russas (Alterada pela Resolução nº 189/2021) Defensoria Criminal de Nova Russas	Judicial	Intermediária	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Santa Quitéria			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Santa Quitéria			



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Santa Quitéria (Alterada pela Resolução nº 189/2021) Defensoria Cível de Santa Quitéria	Judicial	Intermediária	Lei
	2ª Defensoria de Santa Quitéria (Alterada pela Resolução nº 189/2021) Defensoria Criminal de Santa Quitéria	Judicial	Intermediária	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Boa Viagem			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Boa Viagem			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Boa Viagem (Alterada pela Resolução nº 189/2021) Defensoria Cível de Boa Viagem	Judicial	Intermediária	Lei
	2ª Defensoria de Boa Viagem (Alterada pela Resolução nº 189/2021) Defensoria Criminal de Boa Viagem	Judicial	Intermediária	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Independência			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Independência			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Independência	Judicial	Intermediária	Lei
Núcleo Defensorial	Defensorias de Acaraú (Alterada pela Resolução nº 179/2019)			
	Núcleo das Defensorias Forenses de Acaraú			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

	1ª Defensoria de Acaraú	Judicial	Intermediária	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Horizonte (Alterada pela Resolução nº 179/2019)			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Horizonte			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Horizonte (Alterada pela Resolução nº 189/2021) Defensoria Cível de Horizonte	Judicial	Intermediária	Lei
	2ª Defensoria de Horizonte (Alterada pela Resolução nº 179/2019) Defensoria Criminal de Horizonte	Judicial	Intermediária	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Itaitinga (Alterada pela Resolução nº 179/2019)			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Itaitinga			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Itaitinga	Judicial	Intermediária	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Trairi (Alterada pela Resolução nº 179/2019)			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Trairi			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Trairi (Alterada pela Resolução nº 189/2021) Defensoria Cível de Trairi	Judicial	Intermediária	Lei
	2ª Defensoria de Trairi (Alterada pela Resolução nº 189/2021) Defensoria Criminal e Trairi	Judicial	Intermediária	Lei



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

Núcleo Local:	Defensorias Auxiliares de Entrância Intermediária			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Auxiliares de Entrância Intermediária			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria Auxiliar de Entrância Intermediária (2ª Macrorregião - Região da Grande Fortaleza II)	Judicial/ Extrajudicial	Intermediária	Lei
	2ª Defensoria Auxiliar de Entrância Intermediária (2ª Macrorregião - Região da Grande Fortaleza II)	Judicial/ Extrajudicial	Intermediária	Lei
	3ª Defensoria Auxiliar de Entrância Intermediária (2ª Macrorregião - Região Grande Fortaleza II)	Judicial/ Extrajudicial	Intermediária	Lei
	4ª Defensoria Auxiliar de Entrância Intermediária (3ª Macrorregião - Região do Cariri)	Judicial/ Extrajudicial	Intermediária	Lei
	5ª Defensoria Auxiliar de Entrância Intermediária (5ª Macrorregião - Litoral Leste)	Judicial/ Extrajudicial	Intermediária	Lei
	6ª Defensoria Auxiliar de Entrância Intermediária (6ª Macrorregião - Litoral do Norte)	Judicial/ Extrajudicial	Intermediária	Lei
	7ª Defensoria Auxiliar de Entrância Intermediária (7ª Macrorregião - Litoral Oeste/Vale do Curu)	Judicial/ Extrajudicial	Intermediária	Lei
	8ª Defensoria Auxiliar de Entrância Intermediária (9ª Macrorregião - Região da Serra da Ibiapaba)	Judicial/ Extrajudicial	Intermediária	Lei
	9ª Defensoria Auxiliar de Entrância Intermediária (10ª Macrorregião - Região do Sertão Central)	Judicial/ Extrajudicial	Intermediária	Lei
10ª Defensoria Auxiliar de Entrância Intermediária (15ª Macrorregião - Região do Vale do Jaguaribe)	Judicial/ Extrajudicial	Intermediária	Lei	



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

DEFENSORIAS DE ENTRÂNCIA INICIAL				
Núcleo Local:	Defensorias de Antonina do Norte			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Antonina do Norte			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Antonina do Norte (Extinta pela Resolução nº 165/2018)	Judicial	Inicial	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Araripe			
Núcleo Defensorial	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Araripe	Judicial	Inicial	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Assaré			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Assaré			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Assaré	Judicial	Inicial	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Barro			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Barro			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

	1ª Defensoria de Barro	Judicial	Inicial	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Campos Sales			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Campos Sales			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Campos Sales	Judicial	Inicial	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Caririaçu			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Caririaçu			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Caririaçu (Extinta pela Resolução nº 238/2025)	Judicial	Inicial	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Farias Brito			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Farias Brito			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Farias Brito	Judicial	Inicial	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Jardim			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Jardim			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Jardim (Extinta pela Resolução nº 238/2025)	Judicial	Inicial	Lei



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

Núcleo Local:	Defensorias de Jati			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Jati			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Jati (Extinta pela Resolução nº 179/2019)	Judicial	Inicial	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Milagres			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Milagres			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Milagres (Extinta pela Resolução nº 238/2025)	Judicial	Inicial	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Missão Velha			
Núcleo Defensorial	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Missão Velha	Judicial	Inicial	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Nova Olinda			
Núcleo Defensorial	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	Núcleo das Defensorias Forenses de Nova Olinda			
	1ª Defensoria de Nova Olinda	Judicial	Inicial	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Porteiras			



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Porteiras			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Porteiras (Extinta pela Resolução nº 222/2023)	Judicial	Inicial	Lei
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Baixio			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Baixio (Extinta pela Resolução nº 165/2018)	Judicial	Inicial	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Cariús			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Cariús			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Cariús (Extinta pela Resolução nº 179/2019)	Judicial	Inicial	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Catarina			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Catarina			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Catarina (Extinta pela Resolução nº 222/2023)	Judicial	Inicial	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Jucás			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Jucás			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

	1ª Defensoria de Jucás	Judicial	Inicial	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Orós			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Orós			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Orós (Extinta pela Resolução nº 222/2023)	Judicial	Inicial	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Parambu			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Parambu			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Parambu (Extinta pela Resolução nº 222/2023)	Judicial	Inicial	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Quixelô			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Quixelô			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Quixelô (Extinta pela Resolução nº 222/2023)	Judicial	Inicial	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Saboeiro			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Saboeiro			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Saboeiro (Extinta pela Resolução nº 222/2023)	Judicial	Inicial	Lei



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

Núcleo Local:	Defensorias de Aratuba			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Aratuba			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Aratuba (Extinta pela Resolução nº 165/2018)	Judicial	Inicial	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Capistrano			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Capistrano			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Capistrano (Extinta pela Resolução nº 238/2025)	Judicial	Inicial	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Itapiúna			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Itapiúna			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Itapiúna (Extinta pela Resolução nº 222/2023)	Judicial	Inicial	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Itatira			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Itatira			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Itatira (Extinta pela Resolução nº 222/2023)	Judicial	Inicial	Lei



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

Núcleo Local:	Defensorias de Mulungu			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Mulungu			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Mulungu (Extinta pela Resolução nº 238/2025)	Judicial	Inicial	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Pacoti			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Pacoti			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Pacoti	Judicial	Inicial	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Pedra Branca			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Pedra Branca			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Pedra Branca	Judicial	Inicial	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Piquet Carneiro			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Piquet Carneiro			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Piquet Carneiro (Extinta pela Resolução nº 222/2023)	Judicial	Inicial	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Solonópole			



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Solonópole			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Solonópole	Judicial	Inicial	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Alto Santo			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Alto Santo			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Alto Santo	Judicial	Inicial	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Fortim			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Fortim			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Fortim (Extinta pela Resolução nº 232/2024)	Judicial	Inicial	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Ibicuitinga			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Ibicuitinga			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Ibicuitinga (Extinta pela Resolução nº 222/2023)	Judicial	Inicial	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Icapuí			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Icapuí			



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Jeapuí (Extinta pela Resolução nº 232/2024)	Judicial	Inicial	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Iracema			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Iracema			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Iracema	Judicial	Inicial	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Jaguaretama			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Jaguaretama			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Jaguaretama	Judicial	Inicial	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Jaguaribe			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Jaguaribe			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Jaguaribe	Judicial	Inicial	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Jaguaruana			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Jaguaruana			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

	1ª Defensoria de Jaguaruana	Judicial	Inicial	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Pereiro			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Pereiro			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Pereiro	Judicial	Inicial	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Tabuleiro do Norte			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Tabuleiro do Norte			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Tabuleiro do Norte	Judicial	Inicial	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Acarape			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Acarape			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Acarape (Extinta pela Resolução nº 222/2023)	Judicial	Inicial	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Barreira			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Barreira			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Barreira (Extinta pela Resolução nº 222/2023)	Judicial	Inicial	Lei



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

Núcleo Local:	Defensorias de Chorozinho			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Chorozinho			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Chorozinho (Extinta pela Resolução nº 232/2024)	Judicial	Inicial	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Guaiúba			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Guaiúba			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Guaiúba (Extinta pela Resolução nº 232/2024)	Judicial	Inicial	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Palmácia			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Palmácia			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Palmácia (Extinta pela Resolução nº 179/2019)	Judicial	Inicial	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Pindoretama			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Pindoretama			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Pindoretama (Extinta pela Resolução nº 238/2025)	Judicial	Inicial	Lei



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

Conselho Superior

Núcleo Local:	Defensorias de Redenção			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Redenção			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Redenção	Judicial	Inicial	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Caridade			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Caridade			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Caridade	Judicial	Inicial	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Paracuru			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Paracuru			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Paracuru	Judicial	Inicial	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Paraipaba			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Paraipaba			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Paraipaba	Judicial	Inicial	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Pentecoste			



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Pentecoste			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Pentecoste	Judicial	Inicial	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de São Luís do Curu			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de São Luís do Curu			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de São Luís do Curu (Extinta pela Resolução nº 179/2019)	Judicial	Inicial	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Umirim			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Umirim			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Umirim (Extinta pela Resolução nº 238/2025)	Judicial	Inicial	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Amontada			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Amontada			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Amontada	Judicial	Inicial	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Barroquinha			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Barroquinha			



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Barroquinha (Extinta pela Resolução nº 179/2019)	Judicial	Inicial	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Cariré			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Cariré			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Cariré	Judicial	Inicial	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Chaval			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Chaval			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Chaval	Judicial	Inicial	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Coreaú			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Coreaú			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Coreaú	Judicial	Inicial	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Cruz			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Cruz			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

	1ª Defensoria de Cruz	Judicial	Inicial	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Forquilha			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Forquilha			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Forquilha (Extinta pela Resolução nº 222/2023)	Judicial	Inicial	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Groaíras			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Groaíras			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Groaíras (Extinta pela Resolução nº 179/2019)	Judicial	Inicial	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Irauçuba			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Irauçuba			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Irauçuba (Extinta pela Resolução nº 232/2024)	Judicial	Inicial	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Itarema			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Itarema			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Itarema	Judicial	Inicial	Lei



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

Núcleo Local:	Defensorias de Jijoca de Jericoacoara			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Jijoca de Jericoacoara			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Jijoca de Jericoacoara	Judicial	Inicial	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Marco			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Marco			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Marco	Judicial	Inicial	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Meruoca			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Meruoca			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Meruoca (Extinta pela Resolução nº 232/2024)	Judicial	Inicial	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Morrinhos			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Morrinhos			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Morrinhos	Judicial	Inicial	Lei



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

Núcleo Local:	Defensorias de Santana do Acaraú			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Santana do Acaraú			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Santana do Acaraú	Judicial	Inicial	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Uruoca			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Uruoca			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Uruoca (Extinta pela Resolução nº 238/2025)	Judicial	Inicial	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Carnaubal			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Carnaubal			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Carnaubal (Extinta pela Resolução nº 223/2023)	Judicial	Inicial	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Croatá			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Croatá			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Croatá (Extinta pela Resolução nº 232/2024)	Judicial	Inicial	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Frecheirinha			



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Frecheirinha			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Frecheirinha	Judicial	Inicial	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Graça			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Graça			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Graça (Extinta pela Resolução nº 223/2023)	Judicial	Inicial	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Guaraciaba do Norte			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Guaraciaba do Norte			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Guaraciaba do Norte	Judicial	Inicial	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Ibiapina			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Ibiapina			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Ibiapina	Judicial	Inicial	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Mucambo			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Mucambo			



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Mucambo (Extinta pela Resolução nº 238/2025)	Judicial	Inicial	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Reriutaba			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Reriutaba			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Reriutaba	Judicial	Inicial	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Varjota			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Varjota			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Varjota (Extinta pela Resolução nº 232/2024)	Judicial	Inicial	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Hidrolândia			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Hidrolândia			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Hidrolândia (Extinta pela Resolução nº 232/2024)	Judicial	Inicial	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Ipaporanga			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Ipaporanga			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

	1ª Defensoria de Ipaoranga (Extinta pela Resolução nº 165/2018)	Judicial	Inicial	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Madalena			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Madalena			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Madalena (Extinta pela Resolução nº 223/2023)	Judicial	Inicial	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Monsenhor Tabosa			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Monsenhor Tabosa			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Monsenhor Tabosa	Judicial	Inicial	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Quiterianópolis			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Quiterianópolis			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Quiterianópolis (Extinta pela Resolução nº 222/2023)	Judicial	Inicial	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Tamboril			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Tamboril			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Tamboril	Judicial	Inicial	Lei



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

Conselho Superior

Núcleo Local:	Defensorias de Ipueiras			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias de Ipueiras			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Ipueiras (Criada pela Resolução nº 179/2019)	Judicial	Inicial	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Bela Cruz			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias de Bela Cruz			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Bela Cruz (Criada pela Resolução nº 179/2019)	Judicial	Inicial	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Ocara			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias de Ocara			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Ocara (Criada pela Resolução nº 179/2019)	Judicial	Inicial	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Ipaumirim			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias de Ipaumirim			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Ipaumirim (Criada pela Resolução nº 179/2019) (Extinta pela Resolução nº 222/2023)	Judicial	Inicial	Lei



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

Núcleo Local:	Defensorias de Mauriti			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias de Mauriti			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Mauriti (Criada pela Resolução nº 179/2019) (Extinta pela Resolução nº 238/2025)	Judicial	Inicial	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Santana do Cariri			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias de Santana do Cariri			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Santana do Cariri (Criada pela Resolução nº 179/2019) (Extinta pela Resolução nº 232/2024)	Judicial	Inicial	Lei
Núcleo Local:	Defensorias de Novo Oriente			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias de Novo Oriente			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação
	1ª Defensoria de Novo Oriente (Criada pela Resolução nº 179/2019)	Judicial	Inicial	Lei
Núcleo Local:	Defensorias Auxiliares de Entrância Inicial			
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Auxiliares de Entrância Inicial			
	Órgão de Atuação	Natureza	Entrância	Criação



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

Conselho Superior

1ª Defensoria Auxiliar de Entrância Inicial	Judicial/ Extrajudicial	Inicial	Lei
2ª Defensoria Auxiliar de Entrância Inicial	Judicial/ Extrajudicial	Inicial	Lei
3ª Defensoria Auxiliar de Entrância Inicial	Judicial/ Extrajudicial	Inicial	Lei
4ª Defensoria Auxiliar de Entrância Inicial	Judicial/ Extrajudicial	Inicial	Lei
5ª Defensoria Auxiliar de Entrância Inicial	Judicial/ Extrajudicial	Inicial	Lei
6ª Defensoria Auxiliar de Entrância Inicial	Judicial/ Extrajudicial	Inicial	Lei
7ª Defensoria Auxiliar de Entrância Inicial	Judicial/ Extrajudicial	Inicial	Lei
8ª Defensoria Auxiliar de Entrância Inicial	Judicial/ Extrajudicial	Inicial	Lei
9ª Defensoria Auxiliar de Entrância Inicial	Judicial/ Extrajudicial	Inicial	Lei
10ª Defensoria Auxiliar de Entrância Inicial	Judicial/ Extrajudicial	Inicial	Lei



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

Conselho Superior

ANEXO III

ÓRGÃOS DE ATUAÇÃO SEM CARGOS CRIADOS POR LEI

ENTRÂNCIA FINAL

8ª Defensoria Auxiliar de Entrância Final

9ª Defensoria Auxiliar de Entrância Final

10ª Defensoria Auxiliar de Entrância Final

11ª Defensoria Auxiliar de Entrância Final

12ª Defensoria Auxiliar de Entrância Final

13ª Defensoria Auxiliar de Entrância Final

14ª Defensoria Auxiliar de Entrância Final

15ª Defensoria Auxiliar de Entrância Final

16ª Defensoria Auxiliar de Entrância Final

17ª Defensoria Auxiliar de Entrância Final



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

Conselho Superior

18ª Defensoria Auxiliar de Entrância Final
19ª Defensoria Auxiliar de Entrância Final
20ª Defensoria Auxiliar de Entrância Final
21ª Defensoria Auxiliar de Entrância Final
22ª Defensoria Auxiliar de Entrância Final
23ª Defensoria Auxiliar de Entrância Final
24ª Defensoria Auxiliar de Entrância Final
25ª Defensoria Auxiliar de Entrância Final
26ª Defensoria Auxiliar de Entrância Final
27ª Defensoria Auxiliar de Entrância Final
28ª Defensoria Auxiliar de Entrância Final
29ª Defensoria Auxiliar de Entrância Final
30ª Defensoria Auxiliar de Entrância Final
31ª Defensoria Auxiliar de Entrância Final
32ª Defensoria Auxiliar de Entrância Final
33ª Defensoria Auxiliar de Entrância Final
34ª Defensoria Auxiliar de Entrância Final



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

Conselho Superior

35ª Defensoria Auxiliar de Entrância Final
36ª Defensoria Auxiliar de Entrância Final
37ª Defensoria Auxiliar de Entrância Final
38ª Defensoria Auxiliar de Entrância Final
39ª Defensoria Auxiliar de Entrância Final
40ª Defensoria Auxiliar de Entrância Final
41ª Defensoria Auxiliar de Entrância Final
42ª Defensoria Auxiliar de Entrância Final
43ª Defensoria Auxiliar de Entrância Final
44ª Defensoria Auxiliar de Entrância Final
45ª Defensoria Auxiliar de Entrância Final
46ª Defensoria Auxiliar de Entrância Final
47ª Defensoria Auxiliar de Entrância Final
48ª Defensoria Auxiliar de Entrância Final
49ª Defensoria Auxiliar de Entrância Final
50ª Defensoria Auxiliar de Entrância Final
51ª Defensoria Auxiliar de Entrância Final



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

Conselho Superior

52ª Defensoria Auxiliar de Entrância Final
53ª Defensoria Auxiliar de Entrância Final
54ª Defensoria Auxiliar de Entrância Final
55ª Defensoria Auxiliar de Entrância Final
56ª Defensoria Auxiliar de Entrância Final
57ª Defensoria Auxiliar de Entrância Final
58ª Defensoria Auxiliar de Entrância Final
59ª Defensoria Auxiliar de Entrância Final
60ª Defensoria Auxiliar de Entrância Final
ENTRÂNCIA INTERMEDIARIA
11ª Defensoria Auxiliar de Entrância Intermediaria
12ª Defensoria Auxiliar de Entrância Intermediaria
13ª Defensoria Auxiliar de Entrância Intermediaria
14ª Defensoria Auxiliar de Entrância Intermediaria
15ª Defensoria Auxiliar de Entrância Intermediaria
16ª Defensoria Auxiliar de Entrância Intermediaria



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

Conselho Superior

17ª Defensoria Auxiliar de Entrância Intermediaria
18ª Defensoria Auxiliar de Entrância Intermediaria
19ª Defensoria Auxiliar de Entrância Intermediaria
20ª Defensoria Auxiliar de Entrância Intermediaria
21ª Defensoria Auxiliar de Entrância Intermediaria
22ª Defensoria Auxiliar de Entrância Intermediaria
23ª Defensoria Auxiliar de Entrância Intermediaria
24ª Defensoria Auxiliar de Entrância Intermediaria
25ª Defensoria Auxiliar de Entrância Intermediaria
26ª Defensoria Auxiliar de Entrância Intermediaria
27ª Defensoria Auxiliar de Entrância Intermediaria
28ª Defensoria Auxiliar de Entrância Intermediaria
29ª Defensoria Auxiliar de Entrância Intermediaria
30ª Defensoria Auxiliar de Entrância Intermediaria
31ª Defensoria Auxiliar de Entrância Intermediaria
32ª Defensoria Auxiliar de Entrância Intermediaria
33ª Defensoria Auxiliar de Entrância Intermediaria



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

Conselho Superior

34ª Defensoria Auxiliar de Entrância Intermediaria
35ª Defensoria Auxiliar de Entrância Intermediaria
36ª Defensoria Auxiliar de Entrância Intermediaria
37ª Defensoria Auxiliar de Entrância Intermediaria
38ª Defensoria Auxiliar de Entrância Intermediaria
39ª Defensoria Auxiliar de Entrância Intermediaria
40ª Defensoria Auxiliar de Entrância Intermediaria
41ª Defensoria Auxiliar de Entrância Intermediaria
42ª Defensoria Auxiliar de Entrância Intermediaria
43ª Defensoria Auxiliar de Entrância Intermediaria
44ª Defensoria Auxiliar de Entrância Intermediaria
45ª Defensoria Auxiliar de Entrância Intermediaria
46ª Defensoria Auxiliar de Entrância Intermediaria
47ª Defensoria Auxiliar de Entrância Intermediaria
48ª Defensoria Auxiliar de Entrância Intermediaria
49ª Defensoria Auxiliar de Entrância Intermediaria
50ª Defensoria Auxiliar de Entrância Intermediaria



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

Conselho Superior

51ª Defensoria Auxiliar de Entrância Intermediaria
52ª Defensoria Auxiliar de Entrância Intermediaria
53ª Defensoria Auxiliar de Entrância Intermediaria
54ª Defensoria Auxiliar de Entrância Intermediaria
55ª Defensoria Auxiliar de Entrância Intermediaria
56ª Defensoria Auxiliar de Entrância Intermediaria
57ª Defensoria Auxiliar de Entrância Intermediaria
58ª Defensoria Auxiliar de Entrância Intermediaria
59ª Defensoria Auxiliar de Entrância Intermediaria
60ª Defensoria Auxiliar de Entrância Intermediaria
ENTRÂNCIA INICIAL
11ª Defensoria Auxiliar de Entrância Inicial
12ª Defensoria Auxiliar de Entrância Inicial
13ª Defensoria Auxiliar de Entrância Inicial
14ª Defensoria Auxiliar de Entrância Inicial
15ª Defensoria Auxiliar de Entrância Inicial



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

Conselho Superior

16ª Defensoria Auxiliar de Entrância Inicial
17ª Defensoria Auxiliar de Entrância Inicial
18ª Defensoria Auxiliar de Entrância Inicial
19ª Defensoria Auxiliar de Entrância Inicial
20ª Defensoria Auxiliar de Entrância Inicial
21ª Defensoria Auxiliar de Entrância Inicial
22ª Defensoria Auxiliar de Entrância Inicial
23ª Defensoria Auxiliar de Entrância Inicial
24ª Defensoria Auxiliar de Entrância Inicial
25ª Defensoria Auxiliar de Entrância Inicial
26ª Defensoria Auxiliar de Entrância Inicial
27ª Defensoria Auxiliar de Entrância Inicial
28ª Defensoria Auxiliar de Entrância Inicial
29ª Defensoria Auxiliar de Entrância Inicial
30ª Defensoria Auxiliar de Entrância Inicial
31ª Defensoria Auxiliar de Entrância Inicial
32ª Defensoria Auxiliar de Entrância Inicial



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

Conselho Superior

33ª Defensoria Auxiliar de Entrância Inicial
34ª Defensoria Auxiliar de Entrância Inicial
35ª Defensoria Auxiliar de Entrância Inicial
36ª Defensoria Auxiliar de Entrância Inicial
37ª Defensoria Auxiliar de Entrância Inicial
38ª Defensoria Auxiliar de Entrância Inicial
39ª Defensoria Auxiliar de Entrância Inicial
40ª Defensoria Auxiliar de Entrância Inicial
41ª Defensoria Auxiliar de Entrância Inicial
42ª Defensoria Auxiliar de Entrância Inicial
43ª Defensoria Auxiliar de Entrância Inicial
44ª Defensoria Auxiliar de Entrância Inicial
45ª Defensoria Auxiliar de Entrância Inicial
46ª Defensoria Auxiliar de Entrância Inicial
47ª Defensoria Auxiliar de Entrância Inicial
48ª Defensoria Auxiliar de Entrância Inicial
49ª Defensoria Auxiliar de Entrância Inicial



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

Conselho Superior

50ª Defensoria Auxiliar de Entrância Inicial
51ª Defensoria Auxiliar de Entrância Inicial
52ª Defensoria Auxiliar de Entrância Inicial
53ª Defensoria Auxiliar de Entrância Inicial
54ª Defensoria Auxiliar de Entrância Inicial
55ª Defensoria Auxiliar de Entrância Inicial
56ª Defensoria Auxiliar de Entrância Inicial
57ª Defensoria Auxiliar de Entrância Inicial
58ª Defensoria Auxiliar de Entrância Inicial
59ª Defensoria Auxiliar de Entrância Inicial
60ª Defensoria Auxiliar de Entrância Inicial



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

Conselho Superior

ANEXO IV

ATUAÇÕES DOS CARGOS DEFENSORIAS

Defensorias do Segundo Grau de Jurisdição (Alterado pela Resolução nº 241/2025)

Órgão de Atuação	Atuação
1ª Defensoria Cível de 2º Grau	5ª Câmara de Direito Privado
2ª Defensoria Cível de 2º Grau (inexistente)	-
3ª Defensoria Cível de 2º Grau	3ª Câmara de Direito Público
4ª Defensoria Cível de 2º Grau	1ª Câmara de Direito Privado
5ª Defensoria Cível de 2º Grau	3ª Câmara de Direito Privado
6ª Defensoria Cível de 2º Grau	3ª Câmara de Direito Privado
8ª Defensoria Cível de 2º Grau (inexistente)	-
9ª Defensoria Cível de 2º Grau	3ª Câmara de Direito Público
10ª Defensoria Cível de 2º Grau	2ª Câmara de Direito Privado
11ª Defensoria Cível de 2º Grau	1ª Câmara de Direito Público
12ª Defensoria Cível de 2º Grau	4ª Câmara de Direito Privado



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

Conselho Superior

13ª Defensoria Cível de 2º Grau	4ª Câmara de Direito Privado
14ª Defensoria Cível de 2º Grau	2ª Câmara de Direito Público
15ª Defensoria Cível de 2º Grau	1ª Câmara de Direito Público
16ª Defensoria Cível de 2º Grau	1ª Câmara de Direito Privado
17ª Defensoria Cível de 2º Grau	2ª Câmara de Direito Público
18ª Defensoria Cível de 2º Grau	2ª Câmara de Direito Privado
19ª Defensoria Cível de 2º Grau	4ª Câmara de Direito Privado
20ª Defensoria Cível de 2º Grau	3ª Câmara de Direito Privado
21ª Defensoria Cível de 2º Grau	1ª Câmara de Direito Público
22ª Defensoria Cível de 2º Grau	5ª Câmara de Direito Privado
23ª Defensoria Cível de 2º Grau	3ª Câmara de Direito Privado
24ª Defensoria Cível de 2º Grau	3ª Câmara de Direito Público
25ª Defensoria Cível de 2º Grau	6ª Câmara de Direito Privado
26ª Defensoria Cível de 2º Grau	2ª Câmara de Direito Privado
27ª Defensoria Cível de 2º Grau	6ª Câmara de Direito Privado
28ª Defensoria Cível de 2º Grau	6ª Câmara de Direito Privado
29ª Defensoria Cível de 2º Grau	2ª Câmara de Direito Público
30ª Defensoria Cível de 2º Grau	1ª Câmara de Direito Privado
31ª Defensoria Cível de 2º Grau	2ª Câmara de Direito Público
32ª Defensoria Cível de 2º Grau	1ª Câmara de Direito Público



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

Conselho Superior

32ª Defensoria Cível de 2º Grau	1ª Câmara de Direito Público
33ª Defensoria Cível de 2º Grau	1ª Câmara de Direito Público
33ª Defensoria Cível de 2º Grau	1ª Câmara de Direito Público
34ª Defensoria Cível de 2º Grau	2ª Câmara de Direito Público
35ª Defensoria Cível de 2º Grau	3ª Câmara de Direito Público
36ª Defensoria Cível de 2º Grau	1ª Câmara de Direito Privado
37ª Defensoria Cível de 2º Grau	2ª Câmara de Direito Privado
38ª Defensoria Cível de 2º Grau	5ª Câmara de Direito Privado
39ª Defensoria Cível de 2º Grau	4ª Câmara de Direito Privado
1ª Defensoria Criminal de 2º Grau	4ª Câmara Criminal
2ª Defensoria Criminal de 2º Grau	2ª Câmara Criminal
3ª Defensoria Criminal de 2º Grau	3ª Câmara Criminal
4ª Defensoria Criminal de 2º Grau	3ª Câmara Criminal
5ª Defensoria Criminal de 2º Grau	1ª Câmara Criminal
6ª Defensoria Criminal de 2º Grau	1ª Câmara Criminal
7ª Defensoria Criminal de 2º Grau	1ª Câmara Criminal
8ª Defensoria Criminal de 2º Grau	3ª Câmara Criminal
9ª Defensoria Criminal de 2º Grau	4ª Câmara Criminal
10ª Defensoria Criminal de 2º Grau	1ª Câmara Criminal
11ª Defensoria Criminal de 2º Grau	2ª Câmara Criminal



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

12ª Defensoria Criminal de 2º Grau	1ª Câmara Criminal
13ª Defensoria Criminal de 2º Grau	3ª Câmara Criminal
14ª Defensoria Criminal de 2º Grau	3ª Câmara Criminal
15ª Defensoria Criminal de 2º Grau	2ª Câmara Criminal
16ª Defensoria Criminal de 2º Grau	2ª Câmara Criminal
17ª Defensoria Criminal de 2º Grau	4ª Câmara Criminal
18ª Defensoria Criminal de 2º Grau	2ª Câmara Criminal
19ª Defensoria Criminal de 2º Grau	4ª Câmara Criminal
20ª Defensoria Criminal de 2º Grau	4ª Câmara Criminal
Órgão de Atuação	Atuação
1ª Defensoria das Turmas Recursais dos Juizados Cíveis e Criminais 1ª Defensoria das Turmas Recursais dos Juizados Cíveis e Criminais	1ª 2ª e 3ª Turma Recursal (Alterado pela Resolução nº 227/2025) 1ª 2ª e 3ª Turma Recursal (Alterado pela Resolução nº 243/2025)
2ª Defensoria das Turmas Recursais dos Juizados Cíveis e Criminais 2ª Defensoria das Turmas Recursais dos Juizados Cíveis e Criminais	4ª 5ª e 6ª Turma Recursal (Alterado pela Resolução nº 227/2025) 4ª 5ª e 6ª Turma Recursal (Alterado pela Resolução nº 243/2025)
Defensorias das Turmas Recursais dos Juizados Cíveis e Criminais	1ª, 2ª, 3ª, 4ª 5ª e 6ª Turma Recursal (Alterado pela Resolução nº 243/2025)
Órgão de Atuação	Atuação
1ª Defensoria Cível de Fortaleza	1ª e 21ª Varas Cíveis
2ª Defensoria Cível de Fortaleza	2ª e 22ª Varas Cíveis



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

3ª Defensoria Cível de Fortaleza	3ª e 28ª Varas Cíveis
4ª Defensoria Cível de Fortaleza	4ª e 24ª Varas Cíveis (Extinta pela Resolução nº 206/2022)
5ª Defensoria Cível de Fortaleza	5ª e 27ª Varas Cíveis
6ª Defensoria Cível de Fortaleza	6ª e 23ª Varas Cíveis
7ª Defensoria Cível de Fortaleza	7ª e 26ª Varas Cíveis
8ª Defensoria Cível de Fortaleza	9ª e 14ª Varas Cíveis (Alterado pela Resolução nº 248/2026) 39ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza/CE e Núcleo de Justiça 4.0 – Execução de Título Extrajudicial
9ª Defensoria Cível de Fortaleza	10ª e 12ª Varas Cíveis (Alterado pela Resolução nº 206/2022) 4ª e 10ª Varas Cíveis
10ª Defensoria Cível de Fortaleza	11ª e 15ª Varas Cíveis
11ª Defensoria Cível de Fortaleza	13ª e 18ª Varas Cíveis
12ª Defensoria Cível de Fortaleza	16ª e 29ª Varas Cíveis
13ª Defensoria Cível de Fortaleza	17ª e 20ª Varas Cíveis
14ª Defensoria Cível de Fortaleza	8ª e 25ª Varas Cíveis
15ª Defensoria Cível de Fortaleza	19ª e 30ª Varas Cíveis
16ª Defensoria Cível de Fortaleza	31ª e 33ª Varas Cíveis
17ª Defensoria Cível de Fortaleza	32ª e 34ª Varas Cíveis



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

18ª Defensoria Cível de Fortaleza	35ª Vara Cível e 7ª Vara da Fazenda Pública
19ª Defensoria Cível de Fortaleza	36ª e 38ª Varas Cíveis
20ª Defensoria Cível de Fortaleza	37ª e 39ª Vara Cível (Alterado pela Resolução nº 248/2026) 9ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza/CE e 37ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza/CE
Órgão de Atuação	Atuação
1ª Defensoria de Família	1ª Vara de Família
2ª Defensoria de Família	2ª Vara de Família
3ª Defensoria de Família	3ª Vara de Família
4ª Defensoria de Família	4ª Vara de Família
5ª Defensoria de Família	5ª Vara de Família
6ª Defensoria de Família	6ª Vara de Família
7ª Defensoria de Família	7ª Vara de Família
8ª Defensoria de Família	8ª Vara de Família
9ª Defensoria de Família	9ª Vara de Família
10ª Defensoria de Família	10ª Vara de Família
11ª Defensoria de Família	11ª Vara de Família



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

12ª Defensoria de Família	12ª Vara de Família
13ª Defensoria de Família	13ª Vara de Família
14ª Defensoria de Família	14ª Vara de Família
15ª Defensoria de Família	15ª Vara de Família
16ª Defensoria de Família	16ª Vara de Família
17ª Defensoria de Família	17ª Vara de Família
18ª Defensoria de Família	18ª Vara de Família
19ª Defensoria de Família (Extinta pela Resolução nº 224/2023)	19ª Vara de Família
20ª Defensoria de Família (Extinta pela Resolução nº 224/2023)	20ª Vara de Família
21ª Defensoria de Família	21ª Vara de Família
Órgão de Atuação	Atuação
1ª Defensoria de Sucessões de Fortaleza (Alterado pela Resolução nº 249/2026)	1ª e 3ª Varas de Sucessões de Fortaleza
2ª Defensoria de Sucessões de Fortaleza (Alterado pela Resolução nº 249/2026)	4ª e 5ª Varas de Sucessões de Fortaleza
Órgão de Atuação	Atuação
1ª Defensoria da Fazenda Pública de Fortaleza	10ª e 15ª Varas da Fazenda Pública de Fortaleza (Alterada pela Resolução nº 219/2023) 8ª e 10ª Varas da Fazenda Pública de Fortaleza



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

2ª Defensoria da Fazenda Pública de Fortaleza	4ª e 13ª Varas da Fazenda Pública de Fortaleza
3ª Defensoria da Fazenda Pública de Fortaleza	8ª e 9ª Varas da Fazenda Pública de Fortaleza (Alterada pela Resolução nº 219/2023) 9ª e 15ª Varas da Fazenda Pública de Fortaleza
4ª Defensoria da Fazenda Pública de Fortaleza	1ª e 3ª Varas da Fazenda Pública de Fortaleza
5ª Defensoria da Fazenda Pública de Fortaleza	6ª e 12ª Varas da Fazenda Pública de Fortaleza
6ª Defensoria da Fazenda Pública de Fortaleza	2ª e 5ª Varas da Fazenda Pública de Fortaleza
7ª Defensoria da Fazenda Pública de Fortaleza	11ª e 14ª Varas da Fazenda Pública de Fortaleza
8ª Defensoria da Fazenda Pública de Fortaleza (Incluído pela Resolução nº 238/2025)	Núcleo 4.0 – Saúde Pública
9ª Defensoria da Fazenda Pública de Fortaleza (Incluído pela Resolução nº 238/2025)	Núcleo 4.0 – Saúde Pública
Órgão de Atuação	Atuação
1ª Defensoria de Execução Fiscal e Crimes Contra a Ordem Tributária (alterado pela Resolução nº 157/2018) 1ª Defensoria das Execuções Ficais (Alterado pela Resolução nº 173/2018)	1ª-2ª-3ª-4ª-5ª-6ª Varas das Execuções Fiscais e Crimes contra a Ordem Tributária e Curadorias Especiais das Varas de Execução Fiscais e Crimes contra a Ordem Tributária (alterado pela Resolução nº 157/2018) 1ª 2ª 3ª 4ª 5ª 6ª Varas das Execuções Fiscais (Alterado pela Resolução nº 173/2018)



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

Órgão de Atuação	Atuação
1ª Defensoria de Registro Público de Fortaleza	1ª e 2ª Varas de Registro Público de Fortaleza
Órgão de Atuação	Atuação
1ª Defensoria da Infância e Juventude	1ª Vara da Infância e da Juventude
2ª Defensoria da Infância e Juventude	2ª Vara da Infância e da Juventude
3ª Defensoria da Infância e Juventude	3ª Vara da Infância e da Juventude
4ª Defensoria da Infância e Juventude	4ª Vara da Infância e da Juventude
5ª Defensoria da Infância e Juventude	5ª Vara da Infância e da Juventude
6ª Defensoria da Infância e Juventude	3ª Vara da Infância e da Juventude (Incluído pela Resolução nº 198/2021)
Órgão de Atuação	Atuação
1ª Defensoria Criminal	1ª Vara Criminal
2ª Defensoria Criminal	2ª Vara Criminal
3ª Defensoria Criminal	3ª Vara Criminal
4ª Defensoria Criminal	5ª Vara de Delito de Tráfico de Drogas (Alterada pela Resolução nº 206/2022)
5ª Defensoria Criminal	5ª Vara Criminal
6ª Defensoria Criminal	6ª Vara Criminal



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

7ª Defensoria Criminal	7ª Vara Criminal
8ª Defensoria Criminal	8ª Vara criminal
9ª Defensoria Criminal	9ª Vara Criminal
10ª Defensoria Criminal	10ª Vara Criminal
11ª Defensoria Criminal	11ª Vara Criminal
12ª Defensoria Criminal	12ª vara criminal
13ª Defensoria Criminal	13ª Vara Criminal
14ª Defensoria Criminal	14ª Vara Criminal
15ª Defensoria Criminal	15ª Vara Criminal
16ª Defensoria Criminal	16ª Vara Criminal
18ª Defensoria Criminal	18ª Vara Criminal
19ª Defensoria Criminal (Alterado pela Resolução nº 203/2022)	Vara Única Privativa de Audiências de Custódia da Comarca de Fortaleza/CE
20ª Defensoria Criminal (Alterado pela Resolução nº 203/2022)	Vara Única Privativa de Audiências de Custódia da Comarca de Fortaleza/CE
21ª Defensoria Criminal (Alterado pela Resolução nº 203/2022)	2º Juizado de Violência Contra a Mulher (Defesa do(a) Acusado(a))
22ª Defensoria Criminal (Extinta pela Resolução nº 198/2021) 22ª Defensoria Criminal (Incluído pela Resolução nº 233/2024)	22ª Vara Criminal (Extinta pela Resolução nº 198/2021) Vara de Delitos de Organizações Criminosas (Incluído pela Resolução nº 233/2024)
23ª Defensoria Criminal (Incluído pela Resolução nº 237/2025)	Vara de Delitos de Organizações Criminosas



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

24ª Defensoria Criminal (Incluído pela Resolução nº 238/2025)	Vara Especializada em Crimes Contra Crianças e Adolescentes da Comarca de Fortaleza
25ª Defensoria Criminal (Incluído pela Resolução nº 249/2026)	Vara de Delitos de Organizações Criminosas
Órgão de Atuação	Atuação
1ª Defensoria do Júri	1ª Vara do Júri
2ª Defensoria do Júri	2ª Vara do Júri
3ª Defensoria do Júri	3ª Vara do Júri
4ª Defensoria do Júri	4ª Vara do Júri
5ª Defensoria do Júri	5ª Vara do Júri
6ª Defensoria do Júri (Incluído pela Resolução nº 238/2025)	6ª Vara do Júri da Comarca e Fortaleza
7ª Defensoria do Júri (Incluído pela Resolução nº 238/2025)	1ª Vara do Júri da Comarca e Fortaleza
8ª Defensoria do Júri (Incluído pela Resolução nº 238/2025)	2ª Vara do Júri da Comarca e Fortaleza
9ª Defensoria do Júri (Incluído pela Resolução nº 238/2025)	3ª Vara do Júri da Comarca e Fortaleza
10ª Defensoria do Júri (Incluído pela Resolução nº 238/2025)	4ª Vara do Júri da Comarca e Fortaleza
11ª Defensoria do Júri (Incluído pela Resolução nº 238/2025)	5ª Vara do Júri da Comarca e Fortaleza
12ª Defensoria do Júri (Incluído pela Resolução nº 238/2025)	6ª Vara do Júri da Comarca e Fortaleza



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

Órgão de Atuação	Atuação
1ª Defensoria de Delitos Sobre Tráfico e Uso de Substâncias Entorpecentes	1ª Vara de Tráfico e uso de Substâncias Entorpecentes
2ª Defensoria de Delitos Sobre Tráfico e Uso de Substâncias Entorpecentes	2ª Vara de Tráfico e uso de Substâncias Entorpecentes
3ª Defensoria de Delitos Sobre Tráfico e Uso de Substâncias Entorpecentes	3ª Vara de Tráfico e uso de Substâncias Entorpecentes
Órgão de Atuação	Atuação
1ª Defensoria do Juízo Militar de Fortaleza 1ª Defensoria da Justiça Militar (Alterado pela Resolução nº 233/2024)	Vara da Justiça Militar Vara da Auditoria Militar e Controladoria Geral de Disciplina – CGD
Órgão de Atuação	Atuação
1ª Defensoria de Execução Criminal de Fortaleza	1ª Vara das Execuções Penais e Vara Única de Execução de Penas Alternativas e Habeas Corpus
2ª Defensoria de Execução Criminal de Fortaleza	2ª Vara das Execuções Penais e Vara Única de Execução de Penas Alternativas e Habeas Corpus
3ª Defensoria de Execução Criminal de Fortaleza	3ª Vara das Execuções Penais e Vara Única de Execução de Penas Alternativas e Habeas Corpus
4ª Defensoria De Execução Criminal de Fortaleza	4ª Vara das Execuções Penais e Vara Única de Execução de Penas Alternativas e Habeas Corpus (Incluída pela Resolução nº 206/2022)



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

Conselho Superior

Órgão de Atuação	Atuação
2ª Defensoria dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais de Fortaleza	8º Juizado Especial Cível e Criminal de Fortaleza e IES
3ª Defensoria dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais de Fortaleza	3º Juizado Especial Cível e Criminal de Fortaleza e IES
5ª Defensoria dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais de Fortaleza	5º Juizado Especial Cível e Criminal de Fortaleza e IES
6ª Defensoria dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais de Fortaleza	6º Juizado Especial Cível e Criminal de Fortaleza e IES
9ª Defensoria dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais de Fortaleza (Extinto pela Resolução nº 237/2025)	9º Juizado Especial Cível e Criminal de Fortaleza e IES
10ª Defensoria dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais de Fortaleza	12º Juizado Especial Cível e Criminal de Fortaleza e IES
12ª Defensoria dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais de Fortaleza	19º Juizado Especial Cível e Criminal de Fortaleza e IES
13ª Defensoria dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais de Fortaleza	11º Juizado Especial Cível e Criminal de Fortaleza e IES
14ª Defensoria dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais de Fortaleza	20º Juizado Especial Cível e Criminal de Fortaleza e IES
15ª Defensoria dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais de Fortaleza	22º Juizado Especial Cível e Criminal de Fortaleza e IES
16ª Defensoria dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais de Fortaleza	23º Juizado Especial Cível e Criminal de Fortaleza e IES
17ª Defensoria dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais de Fortaleza	24º Juizado Especial Cível e Criminal de Fortaleza e IES
18ª Defensoria dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais de Fortaleza	25º Juizado Especial Cível e Criminal de Fortaleza e IES
19ª Defensoria dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais de Fortaleza	4º Juizado Especial Cível e Criminal de Fortaleza e IES
20ª Defensoria dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais de Fortaleza	14º Juizado Especial Cível e Criminal de Fortaleza e IES



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

Órgão de Atuação	Atuação
1ª Defensoria de Curadoria Especial de Fortaleza (Criada pela Resolução nº 224/2023)	1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 31ª e 32ª Varas Cíveis
	1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª Vara de Família
	1ª, 2ª e 15ª Vara da Fazenda Pública
	1ª Vara de Sucessões
	1ª Vara de Registros Públicos
2ª Defensoria de Curadoria Especial de Fortaleza	9ª a 16ª, 33ª e 34ª Varas Cíveis de Fortaleza
	7ª a 12ª Varas de Família de Fortaleza
	2ª Vara de Sucessões de Fortaleza
	3ª 4ª e 14ª Varas de Fazenda Pública de Fortaleza
	2ª Vara de Recuperação de Empresas e Falências
	2ª Vara de Execução Fiscal e Crimes Contra a Ordem Tributária de Fortaleza (Alterado pela Resolução nº 157/2018)
3ª Defensoria de Curadoria Especial de Fortaleza	17ª a 23ª, 35ª e 36ª Varas Cíveis de Fortaleza
	13ª a 18ª Varas de Família de Fortaleza



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

	4ª e 5ª Vara de Sucessões de Fortaleza
	7ª e 13ª Vara de Fazenda Pública de Fortaleza
	2ª Vara de Registro Público de Fortaleza
	4ª e 5ª Vara de Execução Fiscal e Crimes Contra a Ordem Tributária de Fortaleza (Alterado pela Resolução nº 157/2018)
4ª Defensoria de Curadoria Especial de Fortaleza	24ª a 30ª, 37ª a 39ª Varas Cíveis de Fortaleza
	3ª Vara de Sucessões de Fortaleza
	5ª, 6ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª e 12ª Varas da Fazenda Pública de Fortaleza
	3ª e 6ª Vara de Execução Fiscal e Crimes Contra a Ordem Tributária de Fortaleza (Alterado pela Resolução nº 157/2018)
	1ª Vara de Recuperação de Empresas e Falência de Fortaleza
	1ª a 4ª Vara da Infância e Juventude de Fortaleza
Órgão de Atuação	Atuação
1ª Defensoria do Juizado da Violência Contra a Mulher	1º Juizado da Violência Contra a Mulher
1ª Defensoria de Orientação e Assistência Jurídica do(a) Acusado(a)	1º Juizado da Violência Contra a Mulher
2ª Defensoria de Orientação e Assistência Jurídica do(a) Acusado(a)	1º Juizado da Violência Contra a Mulher



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

21ª Defensoria Criminal (Incluído pela Resolução nº 203/2022)	2º Juizado da Violência Contra a Mulher de Fortaleza (Defesa do(a) Acusado(a))
3ª Defensoria de Orientação e Assistência Jurídica do(a) Acusado(a) (Incluído pela Resolução nº 224/2023)	2º Juizado da Violência Contra a Mulher de Fortaleza
Órgão de Atuação	Atuação
1ª Defensoria do Núcleo de Atendimento e Petição Inicial	Núcleo da Petição Inicial
2ª Defensoria do Núcleo de Atendimento e Petição Inicial	Núcleo da Petição Inicial
3ª Defensoria do Núcleo de Atendimento e Petição Inicial	Núcleo da Petição Inicial
4ª Defensoria do Núcleo de Atendimento e Petição Inicial	Núcleo da Petição Inicial
5ª Defensoria do Núcleo de Atendimento e Petição Inicial	Núcleo da Petição Inicial
6ª Defensoria do Núcleo de Atendimento e Petição Inicial	Núcleo da Petição Inicial e Unidade Móvel (Alterada pela Resolução nº 245/2026) Núcleo da Petição Inicial
7ª Defensoria do Núcleo de Atendimento e Petição Inicial	Núcleo da Petição Inicial
8ª Defensoria do Núcleo de Atendimento e Petição Inicial	Núcleo da Petição Inicial e Unidade Móvel (Alterada pela Resolução nº 245/2026) Núcleo da Petição Inicial
9ª Defensoria do Núcleo de Atendimento e Petição Inicial	Núcleo da Petição Inicial (Extinta pela Resolução nº 245/2026)
10ª Defensoria do Núcleo de Atendimento e Petição Inicial	Núcleo da Petição Inicial



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

Órgão de Atuação	Atuação
3ª Defensoria do Núcleo de Atendimento aos Jovens e Adolescentes em Conflito com a Lei de Fortaleza	Projeto Justiça Já
Órgão de Atuação	Atuação
3ª Defensoria do Núcleo do Idoso	Núcleo do Idoso (tarde) (Criada pela Resolução nº 245/2026)
Órgão de Atuação	Atuação
3ª Defensoria do Núcleo de Assistência aos Presos Provisórios e às Vítimas de Violência	Rede Acolhe (Incluído pela Resolução nº 203/2022)
5ª Defensoria do Núcleo de Assistência aos Presos Provisórios e às Vítimas de Violência	Audiências de Custódia
6ª Defensoria do Núcleo de Assistência aos Presos Provisórios e às Vítimas de Violência	Audiências de Custódia
Órgão de Atuação	Atuação
1ª Defensoria do Núcleo de Resposta do Réu (Incluído pela Resolução nº 194/2021)	Elaborar as respostas dos réus nos processos distribuídos para as seguintes varas: 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Varas de Família da Comarca de Fortaleza e processos pares da 17ª Vara de Família da Comarca de Fortaleza. Elaborar as respostas dos réus nos processos distribuídos para as seguintes



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

Conselho Superior

	<p>varas: 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 10ª, 11ª e 13ª Varas Cíveis da Comarca de Fortaleza e os processos pares da 14ª, 32ª e 38ª Varas Cíveis da Comarca de Fortaleza, nos casos impedimento, suspeição e afastamento do Defensor Público em exercício no órgão de atuação, tudo conforme já estabelecido na Resolução nº 73/2013.</p>
<p>2ª Defensoria do Núcleo de Resposta do Réu (Incluído pela Resolução nº 194/2021)</p>	<p>Elaborar as respostas dos réus nos processos distribuídos para as seguintes varas: 5ª, 6ª, 7ª e 8ª Varas de Família da Comarca de Fortaleza e processos ímpares da 17ª Vara de Família da Comarca de Fortaleza.</p> <p>Elaborar as respostas dos réus nos processos distribuídos para as seguintes varas: 6ª, 7ª, 15ª, 17ª, 18ª 19ª, 21ª e 22ª Varas Cíveis da Comarca de Fortaleza e os processos ímpares da 14ª e os pares da 32ª e 38ª Varas Cíveis da Comarca de Fortaleza, nos casos impedimento, suspeição e afastamento do Defensor Público em exercício no órgão de atuação, tudo conforme já estabelecido na Resolução nº 73/2013.</p>
<p>3ª Defensoria do Núcleo de Resposta do Réu (Incluído pela Resolução nº 194/2021)</p>	<p>Elaborar as respostas dos réus nos processos distribuídos para as seguintes varas: 9ª, 10ª, 11ª e 12ª Varas de Família da Comarca de Fortaleza e processos pares da 18ª Vara de Família da Comarca de Fortaleza.</p> <p>Elaborar as respostas dos réus nos processos distribuídos para as seguintes varas: 8ª, 9ª, 23ª, 25ª, 26ª, 27ª, 28ª e 29ª Varas Cíveis da Comarca de Fortaleza e os processos pares da 30ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza e os ímpares da 32ª e 38ª Varas Cíveis da Comarca de Fortaleza, nos casos impedimento, suspeição e afastamento do Defensor Público em exercício no órgão de atuação, tudo conforme já estabelecido na Resolução nº 73/2013.</p>
<p>4ª Defensoria do Núcleo de Resposta do Réu (Incluído pela Resolução nº 194/2021)</p>	<p>Elaborar as respostas dos réus nos processos distribuídos para as seguintes varas: 13ª, 14ª, 15ª e 16ª Varas de Família da Comarca de Fortaleza e processos ímpares da 18ª Vara de Família da Comarca de Fortaleza.</p>



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

	Elaborar as respostas dos réus nos processos distribuídos para as seguintes varas: 16 ^a , 20 ^a , 31 ^a , 33 ^a , 34 ^a , 35 ^a , 36 ^a e 37 ^a Varas Cíveis da Comarca de Fortaleza e os processos ímpares da 30 ^a , 32 ^a e 38 ^a Varas Cíveis da Comarca de Fortaleza, nos casos impedimento, suspeição e afastamento do Defensor Público em exercício no órgão de atuação, tudo conforme já estabelecido na Resolução n° 73/2013.
Órgão de Atuação	Atuação
1 ^a Defensoria Criminal de Maracanaú	1 ^a Vara Criminal de Maracanaú
2 ^a Defensoria Criminal de Maracanaú	2 ^a Vara Criminal de Maracanaú
3 ^a Defensoria Criminal de Maracanaú	3 ^a Vara Criminal de Maracanaú
Órgão de Atuação	Atuação
1 ^a Defensoria Cível de Maracanaú	1^a e 2^a Varas Cíveis de Maracanaú (Alterada pela Resolução n° 175/2019) 2 ^a Vara Cível de Maracanaú
2 ^a Defensoria Cível de Maracanaú	3^a Vara Cível de Maracanaú (Alterada pela Resolução n° 175/2019) 1 ^a e 3 ^a Varas Cíveis de Maracanaú
Órgão de Atuação	Atuação
1 ^a Defensoria de Família e Sucessões de Maracanaú	1 ^a Vara de Família e Sucessões de Maracanaú
2 ^a Defensoria de Família e Sucessões de Maracanaú	2 ^a Vara de Família e Sucessões de Maracanaú



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

Órgão de Atuação	Atuação
1ª Defensoria do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Maracanaú (Incluído pela Resolução nº 222/2023)	Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Maracanaú
Órgão de Atuação	Atuação
1ª Defensoria do 7º Núcleo Regional de Custódia e Inquérito em Maracanaú (Incluído pela Resolução nº 238/2025)	7º Núcleo Regional de Custódia e Inquérito em Maracanaú
Órgão de Atuação	Atuação
1ª Defensoria Cível de Caucaia	1ª Vara Cível de Caucaia e 3ª Vara Cível de Caucaia (Incluído pela Resolução nº 235/2025)
2ª Defensoria Cível de Caucaia	2ª Vara Cível de Caucaia e Vara Única de Infância e Juventude de Caucaia
Órgão de Atuação	Atuação
1ª Defensoria de Família e Sucessões de Caucaia	1ª Vara Família e Sucessões de Caucaia
2ª Defensoria de Família e Sucessões de Caucaia	2ª Vara Família e Sucessões de Caucaia
Órgão de Atuação	Atuação
1ª Defensoria do Júri de Caucaia	1ª Vara Criminal de Caucaia



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

2ª Defensoria Criminal de Caucaia	2ª Vara Criminal de Caucaia
3ª Defensoria Criminal de Caucaia	3ª Vara Criminal de Caucaia Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Caucaia (Alterado pela Resolução nº 222/2023)
4ª Defensoria Criminal de Caucaia	4ª Vara Criminal de Caucaia (Alterado pela Resolução nº 222/2023) 3ª Vara Criminal de Caucaia
5ª Defensoria Criminal de Caucaia (Criada pela Resolução nº 222/2023)	4ª Vara Criminal de Caucaia
Órgão de Atuação	Atuação
1ª Defensoria do 4º Núcleo Regional de Custódia e Inquérito em Caucaia (Criada pela Resolução nº 222/2023)	4º Núcleo Regional de Custódia e Inquérito em Caucaia
2ª Defensoria do 4º Núcleo Regional de Custódia e Inquérito em Caucaia (Criada pela Resolução nº 222/2023)	4º Núcleo Regional de Custódia e Inquérito em Caucaia
Órgão de Atuação	Atuação
1ª Defensoria Criminal de Sobral	1ª Vara Criminal de Sobral
2ª Defensoria Criminal de Sobral	2ª Vara Criminal de Sobral
3ª Defensoria Criminal de Sobral	3ª Vara Criminal de Sobral
4ª Defensoria Criminal de Sobral (Criada pela Resolução nº 222/2023)	4ª Vara Criminal de Sobral



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

Órgão de Atuação	Atuação
1ª Defensoria de Família e Sucessões de Sobral	1ª Vara de Família e Sucessões de Sobral
2ª Defensoria de Família e Sucessões de Sobral	2ª Vara de Família e Sucessões de Sobral
Órgão de Atuação	Atuação
1ª Defensoria Cível de Sobral	1ª e 2ª Varas Cíveis de Sobral
2ª Defensoria Cível de Sobral	3ª Vara Cível de Sobral e Vara da Infância e Juventude de Sobral
Órgão de Atuação	Atuação
1ª Defensoria do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Sobral (Criada pela Resolução nº 222/2023)	Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Sobral
Órgão de Atuação	Atuação
1ª Defensoria do 5º Núcleo Regional de Custódia e Inquérito em Sobral (Criada pela Resolução nº 222/2023)	5º Núcleo Regional de Custódia e Inquérito em Sobral
2ª Defensoria do 5º Núcleo Regional de Custódia e Inquérito em Sobral (Criada pela Resolução nº 222/2023)	5º Núcleo Regional de Custódia e Inquérito em Sobral



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

Órgão de Atuação	Atuação
1ª Defensoria Cível do Crato	1ª Vara Cível
2ª Defensoria Cível do Crato	2ª Vara Cível do Crato
Órgão de Atuação	Atuação
1ª Defensoria de Família e Sucessões do Crato	1ª Vara de Família e Sucessões
Órgão de Atuação	Atuação
1ª Defensoria Criminal do Crato	1ª Vara Criminal
2ª Defensoria Criminal do Crato	2ª Vara Criminal
Órgão de Atuação	Atuação
1ª Defensoria do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca do Crato (Criada pela Resolução nº 222/2023)	Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca do Crato
Órgão de Atuação	Atuação
1ª Defensoria Cível de Juazeiro do Norte	1ª Vara Cível de Juazeiro do Norte



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

2ª Defensoria Cível de Juazeiro do Norte	2ª Vara Cível de Juazeiro do Norte
3ª Defensoria Cível de Juazeiro do Norte	3ª Vara Cível de Juazeiro do Norte
Órgão de Atuação	Atuação
1ª Defensoria de Família e Sucessões de Juazeiro do Norte	1ª Vara de Família e Sucessões de Juazeiro do Norte
2ª Defensoria de Família e Sucessões de Juazeiro do Norte	2ª Vara de Família e Sucessões de Juazeiro do Norte
Órgão de Atuação	Atuação
1ª Defensoria Criminal de Juazeiro do Norte	1ª Vara Criminal de Juazeiro do Norte
2ª Defensoria Criminal de Juazeiro do Norte	2ª Vara Criminal de Juazeiro do Norte
3ª Defensoria Criminal de Juazeiro do Norte	3ª Vara Criminal de Juazeiro do Norte
4ª Defensoria Criminal de Juazeiro do Norte (Criada pela Resolução nº 222/2023)	4ª Vara Criminal de Juazeiro do Norte
5ª Defensoria Criminal de Juazeiro do Norte (Incluído pela Resolução nº 238/2025)	Núcleo de Situação Carcerária do Cariri
Órgão de Atuação	Atuação
1ª Defensoria do 1º Núcleo Regional de Custódia e Inquérito em Juazeiro do Norte (Criada pela Resolução nº 222/2023)	1º Núcleo Regional de Custódia e Inquérito em Juazeiro do Norte
2ª Defensoria do 1º Núcleo Regional de Custódia e Inquérito em Juazeiro do	1º Núcleo Regional de Custódia e Inquérito em Juazeiro do Norte



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

Norte (Criada pela Resolução nº 222/2023)	
Órgão de Atuação	Atuação
1ª Defensoria do Juizado da Violência Contra a Mulher de Juazeiro do Norte	Juizado da Violência Contra a Mulher de Juazeiro do Norte
Órgão de Atuação	Atuação
1ª Defensoria do Núcleo de Defesa da Saúde do Cariri (Criada pela Resolução nº 235/2025)	Núcleo de Defesa da Saúde do Cariri
Órgão de Atuação	Atuação
1ª Defensoria Criminal de Iguatu (Alterado pela Resolução 239/2025)	1ª Vara Criminal da Comarca de Iguatu
2ª Defensoria Criminal de Iguatu (Criada pela Resolução nº 222/2023)	2ª Vara Criminal da Comarca de Iguatu
Órgão de Atuação	Atuação
1ª Defensoria Cível de Iguatu (Alterado pela Resolução 239/2025) Defensoria de Família e Sucessões da Comarca de Iguatu	Vara de Família e Sucessões da Comarca de Iguatu
2ª Defensoria Cível de Iguatu (Alterado pela Resolução 239/2025) Defensoria Cível de Iguatu	1ª e 2ª Varas Cíveis da Comarca de Iguatu



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

Órgão de Atuação	Atuação
1ª Defensoria do Juizado Especial Cível e Criminal de Iguatu (Alterado pela Resolução 239/2025)	Juizado Especial Cível e Criminal de Iguatu
Órgão de Atuação	Atuação
1ª Defensoria do 2º Núcleo Regional de Custódia e Inquérito em Iguatu (Criada pela Resolução nº 222/2023)	2º Núcleo Regional de Custódia e Inquérito em Iguatu
Órgão de Atuação	Atuação
2ª Defensoria Criminal de Quixadá (Criada pela Resolução nº 222/2023)	2ª Vara Criminal de Quixadá
Órgão de Atuação	Atuação
1ª Defensoria Cível de Quixadá (Criado pela Resolução nº 240/2025)	1ª Vara Cível da Comarca de Quixadá
Órgão de Atuação	Atuação
1ª Defensoria do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Quixadá (Criada pela Resolução nº 222/2023)	Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Quixadá
Órgão de Atuação	Atuação



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

1ª Defensoria do 3º Núcleo Regional de Custódia e Inquérito em Quixadá (Criada pela Resolução nº 222/2023)	3º Núcleo Regional de Custódia e Inquérito em Quixadá
Órgão de Atuação	Atuação
1ª Defensoria do 6º Núcleo Regional de Custódia e Inquérito em Crateús (Criada pela Resolução nº 225/2023)	6º Núcleo Regional de Custódia e Inquérito em Crateús
Órgão de Atuação	Atuação
2ª Defensoria Criminal de Tauá (Criada pela Resolução nº 222/2023)	2ª Vara Criminal de Tauá (Extinto pela Resolução nº 238/2025)
Órgão de Atuação	Atuação
1ª Defensoria do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Tauá (Criada pela Resolução nº 222/2023)	Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Tauá (Extinto pela Resolução nº 238/2025)



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

Conselho Superior

Av. Pinto Bandeira, nº 1.111, Luciano Cavalcante, Fortaleza-CE
CEP 60.811-170, Fone: (85) 3194-5015 / 3194-5016



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

Conselho Superior

ANEXO V

SUBSTITUIÇÃO AUTOMÁTICA

DEFENSORIAS DE 2º GRAU (Revogado pela Resolução nº 170/20219)

Núcleo Local:

Defensorias de Fortaleza

Órgão de Atuação

~~1ª Defensoria Cível do 2º Grau~~

~~2ª Defensoria Cível do 2º Grau~~

~~3ª Defensoria Cível do 2º Grau~~

~~4ª Defensoria Cível do 2º Grau~~

~~5ª Defensoria Cível do 2º Grau~~

~~6ª Defensoria Cível do 2º Grau~~

~~7ª Defensoria Cível do 2º Grau~~

~~8ª Defensoria Cível do 2º Grau~~



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

	9ª Defensoria Cível do 2o Grau
	10ª Defensoria Cível do 2o Grau
	11ª Defensoria Cível do 2o Grau
	12ª Defensoria Cível do 2o Grau
	13ª Defensoria Cível do 2o Grau
	14ª Defensoria Cível do 2o Grau
	15ª Defensoria Cível do 2o Grau
	16ª Defensoria Cível do 2o Grau
	17ª Defensoria Cível do 2o Grau
	18ª Defensoria Cível do 2o Grau
	19ª Defensoria Cível do 2o Grau
	20ª Defensoria Cível do 2o Grau
	21ª Defensoria Cível do 2o Grau
	22ª Defensoria Cível do 2o Grau
	24ª Defensoria Cível do 2o Grau
	25ª Defensoria Cível do 2o Grau
	26ª Defensoria Cível do 2o Grau



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

Conselho Superior

	27a Defensoria Cível do 2o Grau
	28a Defensoria Cível do 2o Grau
	29a Defensoria Cível do 2o Grau
	30a Defensoria Cível do 2o Grau
	31a Defensoria Cível do 2o Grau
	32a Defensoria Cível do 2o Grau
	33a Defensoria Cível do 2o Grau
	34a Defensoria Cível do 2o Grau
	35a Defensoria Cível do 2o Grau
	1a Defensoria Criminal do 2o Grau
	2a Defensoria Criminal do 2o Grau
	3a Defensoria Criminal do 2o Grau
	4a Defensoria Criminal do 2o Grau
	5a Defensoria Criminal do 2o Grau
	6a Defensoria Criminal do 2o Grau
	7a Defensoria Criminal do 2o Grau



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

Conselho Superior

	8a Defensoria Criminal do 2o Grau
	9a Defensoria Criminal do 2o Grau
	10a Defensoria Criminal do 2o Grau
	11a Defensoria Criminal do 2o Grau
	12a Defensoria Criminal do 2o Grau
	13a Defensoria Criminal do 2o Grau
DEFENSORIAS DE ENTRÂNCIA FINAL	
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias das Turmas Recursais dos Juizados Cíveis e Criminais
	Órgão de Atuação
	1ª Defensoria das Turmas Recursais dos Juizados Cíveis e Criminais (Extinta pela Resolução nº 227/2024)
	2ª Defensoria das Turmas Recursais dos Juizados Cíveis e Criminais
	Defensoria das Turmas Recursais dos Juizados Cíveis e Criminais (Alterado pela Resolução nº 243/2025)



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

Conselho Superior

Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Cíveis
	Órgão de Atuação
	1ª Defensoria Cível
	2ª Defensoria Cível
	3ª Defensoria Cível
	4ª Defensoria Cível (Extinta pela Resolução nº 206/2022)
	5ª Defensoria Cível
	6ª Defensoria Cível
	7ª Defensoria Cível
	8ª Defensoria Cível
	9ª Defensoria Cível
	10ª Defensoria Cível
	11ª Defensoria Cível
	12ª Defensoria Cível
	13ª Defensoria Cível
14ª Defensoria Cível	
15ª Defensoria Cível	



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

Conselho Superior

	16ª Defensoria Cível
	17ª Defensoria Cível
	18ª Defensoria Cível
	19ª Defensoria Cível
	20ª Defensoria Cível
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias de Família
	Órgão de Atuação
	1ª Defensoria de Família
	2ª Defensoria de Família
	3ª Defensoria de Família
	4ª Defensoria de Família
	5ª Defensoria de Família
	6ª Defensoria de Família
	7ª Defensoria de Família
	8ª Defensoria de Família
9ª Defensoria de Família	



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

Conselho Superior

	10ª Defensoria de Família
	11ª Defensoria de Família
	12ª Defensoria de Família
	13ª Defensoria de Família
	14ª Defensoria de Família
	15ª Defensoria de Família
	16ª Defensoria de Família
	17ª Defensoria de Família
	18ª Defensoria de Família
	19ª Defensoria de Família (Extinta pela Resolução nº 224/2023)
	20ª Defensoria de Família (Extinta pela Resolução nº 224/2023)
	21ª Defensoria de Família
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias de Sucessões
	Órgão de Atuação
	1ª Defensoria de Sucessões
	2ª Defensoria de Sucessões



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

Conselho Superior

Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias da Fazenda Pública
	Órgão de Atuação
	1ª Defensoria da Fazenda Pública de Fortaleza
	2ª Defensoria da Fazenda Pública de Fortaleza
	3ª Defensoria da Fazenda Pública de Fortaleza
	4ª Defensoria da Fazenda Pública de Fortaleza
	5ª Defensoria da Fazenda Pública de Fortaleza
	6ª Defensoria da Fazenda Pública de Fortaleza
	7ª Defensoria da Fazenda Pública de Fortaleza
	8ª Defensoria da Fazenda Pública de Fortaleza (Incluído pela Resolução nº 238/2025)
9ª Defensoria da Fazenda Pública de Fortaleza (Incluído pela Resolução nº 238/2025)	
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias da Infância e Juventude
	Órgão de Atuação
	1ª Defensoria da Infância e Juventude
	2ª Defensoria da Infância e Juventude
	4ª Defensoria da Infância e Juventude



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

	Órgão de Atuação
	3ª Defensoria da Infância e Juventude
	6ª Defensoria da Infância e Juventude (Incluído pela Resolução nº 198/2021)
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Criminais de Fortaleza
	Órgão de Atuação
	1ª Defensoria Criminal
	2ª Defensoria Criminal
	3ª Defensoria Criminal
	4ª Defensoria Criminal (Alterado pela Resolução nº 206/2022)
	5ª Defensoria Criminal
	6ª Defensoria Criminal
	7ª Defensoria Criminal
	8ª Defensoria Criminal
	9ª Defensoria Criminal
	10ª Defensoria Criminal
	11ª Defensoria Criminal



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

	12ª Defensoria Criminal
	13ª Defensoria Criminal
	14ª Defensoria Criminal
	15ª Defensoria Criminal
	16ª Defensoria Criminal
	18ª Defensoria Criminal
	19ª Defensoria Criminal
	20ª Defensoria Criminal
	21ª Defensoria Criminal
	22ª Defensoria Criminal de Fortaleza
	23ª Defensoria Criminal de Fortaleza (Incluída pela Resolução nº 237/2025)
	24ª Defensoria Criminal de Fortaleza (Incluído pela Resolução nº 238/2025)
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias do Júri e Núcleo das Defensorias do Juízo Militar
	Órgão de Atuação
	1ª Defensoria do Júri e 7ª Defensoria do Júri (Alterado pela Resolução nº 238/2025)
	2ª Defensoria do Júri e 8ª Defensoria do Júri (Alterado pela Resolução nº 238/2025)



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

	3ª Defensoria do Júri e 9ª Defensoria do Júri (Alterado pela Resolução nº 238/2025)
	4ª Defensoria do Júri e 10ª Defensoria do Júri (Alterado pela Resolução nº 238/2025)
	5ª Defensoria do Júri e 11ª Defensoria do Júri (Alterado pela Resolução nº 238/2025)
	6ª Defensoria do Júri e 12ª Defensoria do Júri (Alterado pela Resolução nº 238/2025)
	1ª Defensoria da Militar de Fortaleza (Alterado pela Resolução nº 233/2024)
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias de Delitos Sobre Tráfico e Uso de Substâncias Entorpecentes
	Órgão de Atuação
	1ª Defensoria de Delitos Sobre Tráfico e Uso de Substâncias Entorpecentes
	2ª Defensoria de Delitos Sobre Tráfico e Uso de Substâncias Entorpecentes
	3ª Defensoria de Delitos Sobre Tráfico e Uso de Substâncias Entorpecentes
	4ª Defensoria Criminal (Incluído pela Resolução nº 206/2022)
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias de Execução Criminal, corregedoria de presídios, habeas corpus e penas alternativas
	Órgão de Atuação
	1ª Defensoria de Execução Criminal de Fortaleza



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

	2ª Defensoria de Execução Criminal de Fortaleza
	3ª Defensoria de Execução Criminal de Fortaleza
	4ª Defensoria de Execução Criminal de Fortaleza (Incluído pela Resolução nº 206/2022)
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias de Curadoria Especial de Fortaleza
	Órgão de Atuação
	1ª Defensoria de Curadoria Especial de Fortaleza (Criada pela Resolução nº 224/2023)
	2ª Defensoria de Curadoria Especial de Fortaleza
	3ª Defensoria de Curadoria Especial de Fortaleza
	4ª Defensoria de Curadoria Especial de Fortaleza
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias do Juizado da Violência Contra a Mulher de Fortaleza
	Órgão de Atuação
	1ª Defensoria de Orientação e Assistência Jurídica do(a) Acusado(a)
	2ª Defensoria de Orientação e Assistência Jurídica do(a) Acusado(a)
	21ª Defensoria Criminal (Incluída pela Resolução nº 203/2022)



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

Conselho Superior

	3ª Defensoria de Orientação e Assistência Jurídica do(a) Acusado(a) (Criada pela Resolução nº 224/2023)
Núcleo Defensorial	Núcleo de Atendimento e Petição Inicial (NAPI) de Fortaleza
	Órgão de Atuação
	1ª Defensoria do Núcleo de Atendimento e Petição Inicial
	2ª Defensoria do Núcleo de Atendimento e Petição Inicial
	3ª Defensoria do Núcleo de Atendimento e Petição Inicial
	4ª Defensoria do Núcleo de Atendimento e Petição Inicial
	5ª Defensoria do Núcleo de Atendimento e Petição Inicial
	6ª Defensoria do Núcleo de Atendimento e Petição Inicial
	7ª Defensoria do Núcleo de Atendimento e Petição Inicial
	8ª Defensoria do Núcleo de Atendimento e Petição Inicial
	9ª Defensoria do Núcleo de Atendimento e Petição Inicial
	10ª Defensoria do Núcleo de Atendimento e Petição Inicial
Núcleo Defensorial	Núcleo de Solução Extrajudicial de Conflitos (NUSOL) de Fortaleza
	Órgão de Atuação



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

	1ª Defensoria do Núcleo de Solução Extrajudicial de Conflitos de Fortaleza
	2ª Defensoria do Núcleo de Solução Extrajudicial de Conflitos de Fortaleza
	3ª Defensoria do Núcleo de Solução Extrajudicial de Conflitos de Fortaleza (Extinta pela Resolução nº 233/2024)
Núcleo Defensorial	Núcleo de Resposta do Réu (NURDP) de Fortaleza
	Órgão de Atuação
	1ª Defensoria do Núcleo de Resposta do Réu
	2ª Defensoria do Núcleo de Resposta do Réu
	3ª Defensoria do Núcleo de Resposta do Réu
	4ª Defensoria do Núcleo de Resposta do Réu
Núcleo Defensorial	Núcleo de Direitos Humanos e Ações Coletivas (NUDHAC) de Fortaleza
	Órgão de Atuação
	1ª Defensoria do Núcleo de Direitos Humanos e Ações Coletivas
	2ª Defensoria do Núcleo de Direitos Humanos e Ações Coletivas
Núcleo Defensorial	Núcleo de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher (NUDEM) de Fortaleza



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

Conselho Superior

	Órgão de Atuação
	1ª Defensoria do Núcleo de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher de Fortaleza
	2ª Defensoria do Núcleo de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher de Fortaleza
	3ª Defensoria do Núcleo de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher de Fortaleza
Núcleo Defensorial	Núcleo de Defesa da Saúde (NUDESA) de Fortaleza
	Órgão de Atuação
	1ª Defensoria do Núcleo de Defesa da Saúde
	2ª Defensoria do Núcleo de Defesa da Saúde
	3ª Defensoria do Núcleo de Defesa da Saúde
Núcleo Defensorial	Núcleo de Defesa do Consumidor (NUDECON) de Fortaleza
	Órgão de Atuação
	1ª Defensoria do Núcleo de Defesa do Consumidor
	2ª Defensoria do Núcleo de Defesa do Consumidor
	3ª Defensoria do Núcleo de Defesa do Consumidor (Criada pela Resolução nº 227/2024)



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

Conselho Superior

Núcleo Defensorial	Núcleo de Habitação e Moradia (NUHAM) de Fortaleza
	Órgão de Atuação
	1ª Defensoria do Núcleo de Habitação e Moradia
	2ª Defensoria do Núcleo de Habitação e Moradia
Núcleo Defensorial	Núcleo de Atendimento da Defensoria Pública da Infância e Juventude (NADIJ) de Fortaleza
	Órgão de Atuação
	1ª Defensoria do Núcleo de Atendimento da Defensoria Pública da Infância e Juventude
	2ª Defensoria do Núcleo de Atendimento da Defensoria Pública da Infância e Juventude
Núcleo Defensorial	Núcleo de Atendimento aos Jovens e Adolescentes em Conflito com a Lei (NUAJA) de Fortaleza e Projeto Justiça Já
	Órgão de Atuação
	1ª Defensoria do Núcleo de Atendimento aos Jovens e Adolescentes em Conflito com a Lei de Fortaleza
	5ª Defensoria da Infância e Juventude
	2ª Defensoria do Núcleo de Atendimento aos Jovens e Adolescentes em Conflito com a Lei de Fortaleza
	3ª Defensoria do Núcleo de Atendimento aos Jovens e Adolescentes em Conflito com a Lei de Fortaleza



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

Conselho Superior

Núcleo Defensorial	Núcleo Especializado de Atendimento à Pessoa Idosa (NEAPI)
	Órgão de Atuação
	1ª Defensoria do Núcleo do Idoso
	2ª Defensoria do Núcleo do Idoso
Núcleo Defensorial	Núcleo Descentralizado de Fortaleza
	Órgão de Atuação
	1ª Defensoria do Núcleo Descentralizado do Mucuripe
	2ª Defensoria do Núcleo Descentralizado do Mucuripe
	1ª Defensoria do Núcleo Descentralizado do João XXIII
	2ª Defensoria do Núcleo Descentralizado do João XXIII
	3ª Defensoria do Núcleo Descentralizado do João XXIII
Núcleo Defensorial	Núcleo de Assistência aos Presos Provisórios e às Vítimas de Violência (NUAPP) de Fortaleza
	Órgão de Atuação



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

	1ª Defensoria do Núcleo de Assistência aos Presos Provisórios e às Vítimas de Violência
	2ª Defensoria do Núcleo de Assistência aos Presos Provisórios e às Vítimas de Violência
	3ª Defensoria do Núcleo de Assistência aos Presos Provisórios e às Vítimas de Violência (Revogado pela Resolução nº 203/2022)
	4ª Defensoria do Núcleo de Assistência aos Presos Provisórios e às Vítimas de Violência
	5ª Defensoria do Núcleo de Assistência aos Presos Provisórios e às Vítimas de Violência
	6ª Defensoria do Núcleo de Assistência aos Presos Provisórios e às Vítimas de Violência
	7ª Defensoria do Núcleo de Assistência aos Presos Provisórios e às Vítimas de Violência
	8ª Defensoria do Núcleo de Assistência aos Presos Provisórios e às Vítimas de Violência
Núcleo Defensorial	Núcleo da Defensoria Pública Especializado em Execução Penal (NUDEP) de Fortaleza
	Órgão de Atuação
	1ª Defensoria do Núcleo da Defensoria Pública Especializado em Execução Penal de Fortaleza
	2ª Defensoria do Núcleo da Defensoria Pública Especializado em Execução Penal de Fortaleza
	3ª Defensoria do Núcleo da Defensoria Pública Especializado em Execução Penal de Fortaleza
	4ª Defensoria do Núcleo da Defensoria Pública Especializado em Execução Penal de Fortaleza



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

Conselho Superior

	5ª Defensoria do Núcleo da Defensoria Pública Especializado em Execução Penal de Fortaleza
	6ª Defensoria do Núcleo da Defensoria Pública Especializado em Execução Penal de Fortaleza
	7ª Defensoria do Núcleo da Defensoria Pública Especializado em Execução Penal de Fortaleza
Núcleo Local:	Defensorias de Caucaia
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Cíveis de Caucaia
	Órgão de atuação
	1ª Defensoria Cível de Caucaia (Criada pela Resolução nº 235/2025)
	2ª Defensoria Cível de Caucaia
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias de Família e Sucessões de Caucaia
	Órgão de atuação
	1ª Defensoria de Família e Sucessões de Caucaia
	2ª Defensoria de Família e Sucessões de Caucaia
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Criminais de Caucaia
	Órgão de Atuação



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

Conselho Superior

	1ª Defensoria do Júri de Caucaia
	2ª Defensoria Criminal de Caucaia
	3ª Defensoria Criminal de Caucaia
	4ª Defensoria Criminal de Caucaia
	5ª Defensoria Criminal de Caucaia (Criada pela Resolução nº 222/2023)
Núcleo Defensorial	Núcleo de Atendimento e Petição Inicial (NAPI) de Caucaia
	Órgão de Atuação
	1ª Defensoria do Núcleo de Atendimento e Petição Inicial de Caucaia
	2ª Defensoria do Núcleo de Atendimento e Petição Inicial de Caucaia
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias do 4º Núcleo Regional de Custódia Inquérito em Caucaia (Criada pela Resolução nº 222/2023)
	Órgão de Atuação
	1ª Defensoria do 4º Núcleo Regional de Custódia e Inquérito em Caucaia
	2ª Defensoria do 4º Núcleo Regional de Custódia e Inquérito em Caucaia
Núcleo Local:	Defensorias de Maracanaú



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

Conselho Superior

Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Cíveis de Maracanaú e Núcleo das Defensorias de Família e Sucessões de Maracanaú
	Órgão de Atuação
	1ª Defensoria Cível de Maracanaú
	2ª Defensoria Cível de Maracanaú
	1ª Defensoria de Família e Sucessões de Maracanaú
	2ª Defensoria de Família e Sucessões de Maracanaú
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Criminais de Maracanaú
	Órgão de Atuação
	1ª Defensoria Criminal de Maracanaú
	2ª Defensoria Criminal de Maracanaú
	3ª Defensoria Criminal de Maracanaú
	1ª Defensoria do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Maracanaú (Incluído pela Resolução nº 222/2023)
	1ª Defensoria do 7º Núcleo Regional de Custódia e das Garantias (Incluído pela Resolução nº 238/2025)
Núcleo Defensorial	Núcleo de Atendimento e Petição Inicial (NAPI) de Maracanaú



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

Conselho Superior

	Órgão de Atuação
	1ª Defensoria do Núcleo de Atendimento e Petição Inicial de Maracanaú
	2ª Defensoria do Núcleo de Atendimento e Petição Inicial de Maracanaú
Núcleo Local:	Defensorias de Juazeiro do Norte
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Cíveis de Juazeiro do Norte e Núcleo das Defensorias de Família e Sucessões de Juazeiro do Norte
	Órgão de Atuação
	1ª Defensoria Cível de Juazeiro do Norte
	2ª Defensoria Cível de Juazeiro do Norte
	3ª Defensoria Cível de Juazeiro do Norte
	1ª Defensoria de Família e Sucessões de Juazeiro do Norte
	2ª Defensoria de Família e Sucessões de Juazeiro do Norte
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Criminais de Juazeiro do Norte e Núcleo das Defensorias do Juizado da Violência Contra a Mulher de Juazeiro do Norte
	Órgão de Atuação
	1ª Defensoria Criminal de Juazeiro do Norte



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

	3ª Defensoria Criminal de Juazeiro do Norte
	2ª Defensoria Criminal de Juazeiro do Norte
	4ª Defensoria Criminal de Juazeiro do Norte (Alterado pela Resolução nº 222/2023)
	2ª Defensoria Criminal de Juazeiro do Norte (Alterado pela Resolução nº 222/2023)
	1ª Defensoria do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Juazeiro do Norte
Núcleo Defensorial	Núcleo de Atendimento e Petição Inicial (NAPI) de Juazeiro do Norte
	Órgão de Atuação
	1ª Defensoria do Núcleo de Atendimento e Petição Inicial
	2ª Defensoria do Núcleo de Atendimento e Petição Inicial
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias do 1º Núcleo Regional de Custódia Inquérito em Juazeiro do Norte (Incluído pela Resolução nº 222/2023)
	Órgão de Atuação
	1ª Defensoria do 1º Núcleo Regional de Custódia e Inquérito em Juazeiro do Norte
	2ª Defensoria do 1º Núcleo Regional de Custódia e Inquérito em Juazeiro do Norte
Núcleo Defensorial	Núcleo de Defesa da Saúde do Cariri



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

Conselho Superior

	Órgão de Atuação
	1ª Defensoria do Núcleo de Defesa da Saúde do Cariri (Criada pela Resolução nº 235/2025)
Núcleo Local:	Defensorias de Sobral
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Cíveis de Sobral e Núcleo das Defensorias de Família e Sucessões de Sobral
	Órgão de Atuação
	1ª Defensoria Cível de Sobral
	2ª Defensoria Cível de Sobral
	1ª Defensoria de Família e Sucessões de Sobral
	2ª Defensoria de Família e Sucessões de Sobral
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Criminais de Sobral
	Órgão de Atuação
	1ª Defensoria Criminal de Sobral
	2ª Defensoria Criminal de Sobral
	3ª Defensoria Criminal de Sobral
	4ª Defensoria Criminal de Sobral (Incluído pela Resolução nº 222/2023)



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

Conselho Superior

	1ª Defensoria do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Sobral (Incluído pela Resolução nº 222/2023)
Núcleo Defensorial	Núcleo de Atendimento e Petição Inicial (NAPI) de Sobral
	Órgão de Atuação
	1ª Defensoria do Núcleo de Atendimento e Petição Inicial de Sobral
	2ª Defensoria do Núcleo de Atendimento e Petição Inicial de Sobral
	3ª Defensoria do Núcleo de Atendimento e Petição Inicial de Sobral (Alterado pela Resolução nº 238/2025)
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias do 5º Núcleo Regional de Custódia e Inquérito em Sobral (Incluído pela Resolução nº 222/2023)
	Órgãos de atuação
	1ª Defensoria do 5º Núcleo Regional de Custódia e Inquérito em Sobral
	2ª Defensoria do 5º Núcleo Regional de Custódia e Inquérito em Sobral
Núcleo Local:	Defensorias do Crato (Incluído pela Resolução nº 222/2023)
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Criminais do Crato e Núcleo das Defensorias do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher do Crato



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

	Órgãos de atuação
	1ª Defensoria Criminal do Crato
	2ª Defensoria Criminal do Crato
	1ª Defensoria do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca do Crato
Núcleo Local:	Defensorias de Tauá (Incluído pela Resolução nº 222/2023)
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Tauá
Impedimentos e suspeições (Redação dada pela Resolução nº 189/2021)	Órgãos de atuação
	1ª Defensoria Cível de Tauá (Extinto pela Resolução nº 238/2025)
	2ª Defensoria Cível de Tauá
	1ª Defensoria do Juizado Especial Cível e Criminal de Tauá (Incluído pela Resolução nº 222/2023) (Extinto pela Resolução nº 238/2025)
	1ª Defensoria Criminal de Tauá
	2ª Defensoria Criminal de Tauá (Incluído pela Resolução nº 222/2023) (Extinto pela Resolução nº 238/2025)
	1ª Defensoria Cível de Tauá (Alterado pela Resolução nº 222/2023)
	2ª Defensoria Cível de Tauá (Alterado pela Resolução nº 222/2023)



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

Férias, afastamento, licenças ou vacâncias (Redação dada pela Resolução nº 189/2021)	1ª Defensoria Criminal de Tauá
	1ª Defensoria Cível de Tauá (Extinto pela Resolução nº 238/2025)
	2ª Defensoria Cível de Tauá
Núcleo Local:	Defensorias de Iguatu (Incluído pela Resolução nº 222/2023)
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Iguatu
	Órgãos de atuação
Impedimentos e suspeições (Redação dada pela Resolução nº 189/2021)	1ª Defensoria Cível de Iguatu (Alterado pela Resolução nº 239/2025) Defensorias de Família e Sucessões da Comarca de Iguatu
	1ª Defensoria do Juizado Especial Cível e Criminal de Iguatu (Incluído pela Resolução nº 222/2023) (Alterado pela Resolução nº 239/2025)
	2ª Defensoria Cível de Iguatu (Alterado pela Resolução nº 239/2025) Defensoria Cível de Iguatu
	1ª Defensoria Criminal de Iguatu
	2ª Defensoria Criminal de Iguatu (Incluído pela Resolução nº 222/2023)
	1ª Defensoria do 2º Núcleo Regional de Custódia e Inquérito em Iguatu (Incluído pela Resolução nº 222/2023)



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

	1ª Defensoria Cível de Iguatu (Alterado pela Resolução nº 222/2023)
	2ª Defensoria Cível de Iguatu (Alterado pela Resolução nº 222/2023)
Férias, afastamento, licenças ou vacâncias (Redação dada pela Resolução nº 189/2021)	1ª Defensoria Criminal de Iguatu
	1ª Defensoria Cível de Iguatu
	2ª Defensoria Cível de Iguatu
Núcleo Local:	Defensorias de Quixadá
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Quixadá
	Órgãos de atuação
Impedimentos e suspeições (Redação dada pela Resolução nº 189/2021)	1ª Defensoria Cível de Quixadá
	2ª Defensoria Cível de Quixadá
	1ª Defensoria do Juizado Especial Cível e Criminal de Quixadá (Incluído pela Resolução nº 222/2023)
	1ª Defensoria Criminal de Quixadá
	1ª Defensoria Cível de Quixadá
	2ª Defensoria Criminal de Quixadá (Alterado pela Resolução nº 222/2023)
	2ª Defensoria Cível de Quixadá
	1ª Defensoria do 3º Núcleo Regional de Custódia e Inquérito em Quixadá (Alterado pela Resolução nº 222/2023)



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

Férias, afastamento, licenças ou vacâncias (Redação dada pela Resolução nº 189/2021)	1ª Defensoria Criminal de Quixadá
	1ª Defensoria Cível de Quixadá
	2ª Defensoria Cível de Quixadá
Núcleo Local:	Defensorias do Crato
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Cíveis do Crato e Núcleo das Defensorias de Família e Sucessões do Crato
	Órgão de Atuação
	1ª Defensoria Cível do Crato
	2ª Defensoria Cível do Crato
	1ª Defensoria de Família e Sucessões do Crato
Núcleo Defensorial	Núcleo de Atendimento e Petição Inicial (NAPI) do Crato
	Órgão de Atuação
	1ª Defensoria do Núcleo de Atendimento e Petição Inicial do Crato
	2ª Defensoria do Núcleo de Atendimento e Petição Inicial do Crato (Incluído pela Resolução nº 238/2025)



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

Conselho Superior

Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Criminais do Crato e Núcleo das Defensorias do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher do Crato (Alterado pela Resolução nº 222/2023)		
	Órgãos de atuação		
	1ª Defensoria Criminal do Crato		
	2ª Defensoria Criminal do Crato		
	1ª Defensoria do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca do Crato		
DEFENSORIAS DE ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA			
Núcleo Local:	Defensorias de Barbalha		
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Barbalha		
	Órgão de Atuação		
	Impedimentos e suspeições (Redação dada pela Resolução nº 189/2021)	1ª Defensoria Cível de Barbalha	
		2ª Defensoria Cível de Barbalha	
		1ª Defensoria Criminal de Barbalha	
1ª Defensoria Cível de Barbalha			



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

		2ª Defensoria Cível de Barbalha
	Férias, afastamento, licenças ou vacâncias (Redação dada pela Resolução nº 189/2021)	1ª Defensoria Criminal de Barbalha
		1ª Defensoria Cível de Barbalha
		2ª Defensoria Cível de Barbalha
Núcleo Local:	Defensorias de Brejo Santo	
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Brejo Santo	
	Órgão de Atuação	
	1ª Defensoria de Brejo Santo (Alterada pela Resolução nº 189/2021) Defensoria Cível de Brejo Santo	
	2ª Defensoria de Brejo Santo (Alterada pela Resolução nº 189/2021) Defensoria Criminal de Brejo Santo	
Núcleo Local:	Defensorias de Acopiara	
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Acopiara	
	Órgão de Atuação	
	1ª Defensoria de Acopiara (Alterada pela Resolução nº 189/2021) Defensoria Cível de Acopiara	



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

	2ª Defensoria de Acopiara (Alterada pela Resolução nº 189/2021) Defensoria Criminal de Acopiara
Núcleo Local:	Defensorias de Várzea Alegre
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Várzea Alegre
	Órgão de Atuação
	1ª Defensoria de Várzea Alegre
	2ª Defensoria de Várzea Alegre (Extinto pela Resolução nº 179/2019)
Núcleo Local:	Defensorias de Baturité
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Baturité
	Órgão de Atuação
	1ª Defensoria de Baturité (Alterada pela Resolução nº 189/2021) Defensoria Cível de Baturité
	2ª Defensoria de Baturité (Alterada pela Resolução nº 189/2021) Defensoria Criminal de Baturité
Núcleo Local:	Defensorias de Canindé



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Canindé
	Órgão de Atuação
	1ª Defensoria de Canindé (Alterada pela Resolução nº 189/2021) Defensoria Cível de Baturité
	2ª Defensoria de Canindé (Alterada pela Resolução nº 189/2021) Defensoria Criminal de Baturité
Núcleo Local:	Defensorias de Mombaça
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Mombaça
	Órgão de Atuação
	1ª Defensoria de Mombaça (Alterada pela Resolução nº 189/2021) Defensoria Cível de Mombaça
	2ª Defensoria de Mombaça (Alterada pela Resolução nº 189/2021) Defensoria Criminal de Mombaça
Núcleo Local:	Defensorias de Quixeramobim
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Quixeramobim
	Órgão de Atuação



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

	1ª Defensoria de Quixeramobim (Alterada pela Resolução nº 189/2021) Defensoria Cível de Quixeramobim	
	2ª Defensoria de Quixeramobim (Alterada pela Resolução nº 189/2021) Defensoria Criminal de Quixeramobim	
Núcleo Local:	Defensorias de Russas	
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Russas	
	Órgão de Atuação	
	1ª Defensoria de Russas (Alterada pela Resolução nº 189/2021) Defensoria Cível de Russas	
	2ª Defensoria de Russas (Alterada pela Resolução nº 189/2021) Defensoria Criminal de Russas	
Núcleo Local:	Defensorias de Aracati	
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Aracati	Órgão de Atuação
	Impedimentos e suspeições (Redação dada pela Resolução nº 189/2021)	1ª Defensoria Cível de Aracati
		2ª Defensoria Cível de Aracati



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

Conselho Superior

		1ª Defensoria Criminal de Aracati
		1ª Defensoria Cível de Aracati
		2ª Defensoria Cível de Aracati
	Férias, afastamento, licenças ou vacâncias (Redação dada pela Resolução nº 189/2021)	1ª Defensoria Criminal de Aracati
		1ª Defensoria Cível de Aracati
		2ª Defensoria Cível de Aracati
Núcleo Local:	Defensorias de Cascavel	
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Cascavel	
	Órgão de Atuação	
	1ª Defensoria de Cascavel (Alterada pela Resolução nº 189/2021) Defensoria Cível de Cascavel	
	2ª Defensoria de Cascavel (Alterada pela Resolução nº 189/2021) Defensoria Criminal de Cascavel	
Núcleo Local:	Defensorias de Limoeiro do Norte	
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Limoeiro do Norte	Órgão de Atuação



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

	Impedimentos e suspeições (Redação dada pela Resolução nº 189/2021)	1ª Defensoria Cível de Limoeiro do Norte
		2ª Defensoria Cível de Limoeiro do Norte
		1ª Defensoria Criminal de Limoeiro do Norte
		1ª Defensoria Cível de Limoeiro do Norte
		2ª Defensoria Cível de Limoeiro do Norte
	Férias, afastamento, licenças ou vacâncias (Redação dada pela Resolução nº 189/2021)	1ª Defensoria Criminal de Limoeiro do Norte
		1ª Defensoria Cível de Limoeiro do Norte
		2ª Defensoria Cível de Limoeiro do Norte
Núcleo Local:	Defensorias de Morada Nova	
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Morada Nova	Órgão de Atuação
	Impedimentos e suspeições (Redação dada pela Resolução nº 189/2021)	1ª Defensoria Cível de Morada Nova
		2ª Defensoria Cível de Morada Nova
		1ª Defensoria Criminal de Morada Nova
		1ª Defensoria Cível de Morada Nova



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

		2ª Defensoria Cível de Morada Nova
	Férias, afastamento, licenças ou vacâncias (Redação dada pela Resolução nº 189/2021)	1ª Defensoria Criminal de Morada Nova 1ª Defensoria Cível de Morada Nova 2ª Defensoria Cível de Morada Nova
Núcleo Local:	Defensorias de Aquiraz	
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Aquiraz	
	Órgão de Atuação	
	1ª Defensoria de Aquiraz (Alterada pela Resolução nº 189/2021) Defensoria Cível de Aquiraz	
	2ª Defensoria de Aquiraz (Alterada pela Resolução nº 189/2021) Defensoria Criminal de Aquiraz	
Núcleo Local:	Defensorias de Eusébio	
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Eusébio	Órgão de Atuação
	Impedimentos e suspeições (Redação dada pela Resolução nº 189/2021)	1ª Defensoria Cível de Eusébio
		2ª Defensoria Cível de Eusébio



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

		1ª Defensoria Criminal de Eusébio
		1ª Defensoria Cível de Eusébio
		2ª Defensoria Cível de Eusébio
	Férias, afastamento, licenças ou vacâncias (Redação dada pela Resolução nº 189/2021)	1ª Defensoria Criminal de Eusébio
		1ª Defensoria Cível de Eusébio
		2ª Defensoria Cível de Eusébio
Núcleo Local:	Defensorias de Maranguape	
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Maranguape	Órgão de Atuação
	Impedimentos e suspeições (Redação dada pela Resolução nº 189/2021)	1ª Defensoria Cível de Maranguape
		2ª Defensoria Cível de Maranguape
		1ª Defensoria Criminal de Maranguape
		1ª Defensoria Cível de Maranguape
		2ª Defensoria Cível de Maranguape



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

	Férias, afastamento, licenças ou vacâncias (Redação dada pela Resolução nº 189/2021)	1ª Defensoria Criminal de Maranguape 1ª Defensoria Cível de Maranguape 2ª Defensoria Cível de Maranguape
Núcleo Local:	Defensorias de Pacajus	
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Pacajus	
	Órgão de Atuação	
	1ª Defensoria de Pacajus (Alterada pela Resolução nº 189/2021) Defensoria Cível de Pacajus	
	2ª Defensoria de Pacajus (Alterada pela Resolução nº 189/2021) Defensoria Criminal de Pacajus	
Núcleo Local:	Defensorias de Pacatuba	
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Pacatuba	
	Órgão de Atuação	
	1ª Defensoria de Pacatuba (Alterada pela Resolução nº 189/2021) Defensoria Cível de Pacatuba	
	2ª Defensoria de Pacatuba (Alterada pela Resolução nº 189/2021) Defensoria Criminal de Pacatuba	



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

Conselho Superior

Núcleo Local:	Defensorias de Itapajé	
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Itapajé	
	Órgão de Atuação	
	1ª Defensoria de Itapajé (Alterada pela Resolução nº 189/2021) Defensoria Cível de Itapajé	
	2ª Defensoria de Itapajé (Alterada pela Resolução nº 189/2021) Defensoria Criminal de Itapajé	
Núcleo Local:	Defensorias de Itapipoca	
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Itapipoca	Órgão de Atuação
	Impedimentos e suspeições (Redação dada pela Resolução nº 189/2021)	1ª Defensoria Cível de Itapipoca
		2ª Defensoria Cível de Itapipoca
		1ª Defensoria Criminal de Itapipoca
		1ª Defensoria Cível de Itapipoca
	2ª Defensoria Cível de Itapipoca	



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

	Férias, afastamento, licenças ou vacâncias (Redação dada pela Resolução nº 189/2021)	1ª Defensoria Criminal de Itapipoca 1ª Defensoria Cível de Itapipoca 2ª Defensoria Cível de Itapipoca
Núcleo Local:	Defensorias de Camocim	
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Camocim	
	Órgão de Atuação	
	1ª Defensoria de Camocim (Alterada pela Resolução nº 189/2021) Defensoria Cível de Camocim	
	2ª Defensoria de Camocim (Alterada pela Resolução nº 189/2021) Defensoria Criminal de Camocim	
Núcleo Local:	Defensorias de Granja	
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Granja	
	Órgão de Atuação	
	1ª Defensoria de Granja (Alterada pela Resolução nº 189/2021) Defensoria Cível de Granja	
	2ª Defensoria de Granja (Alterada pela Resolução nº 189/2021) Defensoria Criminal de Granja	



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

Núcleo Local:	Defensorias de Massapê	
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Massapê	
	Órgão de Atuação	
	1ª Defensoria de Massapê (Alterada pela Resolução nº 189/2021) Defensoria Cível de Massapê	
	2ª Defensoria de Massapê (Alterada pela Resolução nº 189/2021) Defensoria Criminal de Massapê	
Núcleo Local:	Defensorias de Tianguá	
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Tianguá	Órgão de Atuação
	Impedimentos e suspeições (Redação dada pela Resolução nº 189/2021)	1ª Defensoria Cível de Tianguá
		2ª Defensoria Cível de Tianguá
		1ª Defensoria Criminal de Tianguá
		1ª Defensoria Cível de Tianguá
2ª Defensoria Cível de Tianguá		



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

	Férias, afastamento, licenças ou vacâncias (Redação dada pela Resolução nº 189/2021)	1ª Defensoria Criminal de Tianguá
		1ª Defensoria Cível de Tianguá
		2ª Defensoria Cível de Tianguá
Núcleo Local: Defensorias de Crateús		
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Crateús	Órgão de Atuação
	Impedimentos e suspeições (Redação dada pela Resolução nº 189/2021)	1ª Defensoria Cível de Crateús
		2ª Defensoria Cível de Crateús
		1ª Defensoria Criminal de Crateús
		1ª Defensoria Cível de Crateús
		2ª Defensoria Cível de Crateús
	Férias, afastamento, licenças ou vacâncias (Redação dada pela Resolução nº 189/2021)	1ª Defensoria Criminal de Crateús
		1ª Defensoria Cível de Crateús
		2ª Defensoria Cível de Crateús
Núcleo Local: Defensorias de Nova Russas		



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Nova Russas	
	Órgão de Atuação	
	1ª Defensoria de Nova Russas (Alterada pela Resolução nº 189/2021) Defensoria Cível de Nova Russas	
	2ª Defensoria de Nova Russas (Alterada pela Resolução nº 189/2021) Defensoria Criminal de Novas Russas	
Núcleo Local:	Defensorias de Santa Quitéria	
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Santa Quitéria	
	Órgão de Atuação	
	1ª Defensoria de Santa Quitéria (Alterada pela Resolução nº 189/2021) Defensoria Cível de Santa Quitéria	
	2ª Defensoria de Santa Quitéria (Alterada pela Resolução nº 189/2021) Defensoria Criminal de Santa Quitéria	
Núcleo Local:	Defensorias de Tauá	
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Tauá	Órgão de Atuação
	Impedimentos e suspeições (Redação dada pela Resolução nº 189/2021)	1ª Defensoria Cível de Tauá (Extinto pela Resolução nº 238/2025)



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

		2ª Defensoria Cível de Tauá
		1ª Defensoria do Juizado Especial Cível e Criminal de Tauá (Incluído pela Resolução nº 222/2023) (Extinto pela Resolução nº 238/2025)
		1ª Defensoria Criminal de Tauá
		1ª Defensoria Cível de Tauá 2ª Defensoria Criminal de Tauá (Alterado pela Resolução nº 222/2023)-(Extinto pela Resolução nº 238/2025)
		2ª Defensoria Cível de Tauá (Alterado pela Resolução nº 222/2023)
	Férias, afastamento, licenças ou vacâncias (Redação dada pela Resolução nº 189/2021)	1ª Defensoria Criminal de Tauá
		1ª Defensoria Cível de Tauá (Extinto pela Resolução nº 238/2025)
		2ª Defensoria Cível de Tauá
Núcleo Local:	Defensorias de Boa Viagem	
Núcleo Defensorial	Núcleo das Defensorias Forenses de Boa Viagem	



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

Conselho Superior

	Órgão de Atuação
	1ª Defensoria de Boa Viagem (Alterada pela Resolução nº 189/2021) Defensoria Cível de Boa Viagem
	2ª Defensoria de Boa Viagem (Alterada pela Resolução nº 189/2021) Defensoria Criminal de Boa Viagem